



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

MARCELO MELO DA SILVA

VOTAR É PRECISO:

Os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado
feminino (1931-1934)

RECIFE
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

MARCELO MELO DA SILVA

VOTAR É PRECISO:

Os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado
feminino (1931-1934)

Dissertação apresentada como
requisito final para obtenção do título
de Mestre junto ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da
Cultura da Universidade Federal Rural
de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Tiago de Melo
Gomes (*In Memoriam*).

Revisão Final: Profa. Dra. Giselda
Brito Silva.

RECIFE
2016

Ficha catalográfica

S586v Silva, Marcelo Melo da
Votar é preciso: Os movimentos feministas em Recife e a
construção do eleitorado feminino (1931-1934) / Marcelo Melo da
Silva. – Recife, 2016.
123 f. : il.

Orientador: Tiago de Melo Gomes.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional)
– Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de
História, Recife, 2016.
Referencias.

1. Voto 2. Sufrágio 3. Feminismo 4. Recife (PE) I. Gomes,
Tiago de Melo, orientador II. Título

CDD 981.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

VOTAR É PRECISO

Os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino
(1931-1934)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

MARCELO MELO DA SILVA

APROVADA EM / /2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o Giselda Brito Silva
Presidente da Banca – Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof^o Dr^o Rita de Cássia Barbosa de Araújo
Fundação Joaquim Nabuco– FUNDAJ

Prof^o Dr^o Alexandre Zarias
Fundação Joaquim Nabuco– FUNDAJ

Dedico esta dissertação

A Raquel e Marcos (*in memoriam*),
meus queridos pais, que me ensinaram a
beleza da vida;

E a Tiago de Melo Gomes (*in
memoriam*), nosso estimado professor.

AGRADECIMENTOS

Aparentemente agradecer parece ser a parte mais fácil da dissertação, mas sempre há o temor de esquecer-se de alguém. Vivo neste momento o misto de alegria e cansaço por ter chegado ao fim de mais uma etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço primeiramente a Deus por permitir vivenciar este momento e a minha mãe, Raquel, que foi pai e mãe ao mesmo tempo desde a minha infância, sempre me apoiando nas minhas decisões.

Agradeço aos amigos da academia: Henrique, Bruno, Izabelle, Sandra, Isabella, Jeffrey, Luanna, Tércio, Helisangela, Rosana, Harlan, Juliana. Essa, com certeza, foi a melhor turma de mestrado de história da UFRPE. As risadas e as brincadeiras ajudaram atenuar as dúvidas do trabalho e me fizeram perceber que não estava só nesta caminhada. Os debates em sala foram de grande valia para pensar minha pesquisa. Entretanto, o melhor de tudo foram as amizades criadas. Agradeço também aos amigos, que não são do mundo acadêmico, mas tenho certeza que sempre torceram por mim.

Gostaria de agradecer a minha namorada, Suelany, que esteve sempre do meu lado nesse momento de escrita, um momento muitas vezes de estresse e irritação. Obrigado pela paciência, carinho, atenção, amor, companheirismo e lealdade. Te amo!

Esta pesquisa demandou um trabalho minucioso nos jornais do Recife. E sem as tantas idas a Fundaj esse intento não se realizaria. Agradeço pelo profissionalismo de todos os servidores desta instituição, algo raro em arquivos, que me atenderam de forma sempre atenciosa.

Esta dissertação foi realizada com o apoio financeiro da CAPES, que me proporcionou a bolsa de mestrado desde o início da minha caminhada. Agradeço também a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a minha segunda casa desde a época da graduação. Ambiente perfeito para horas de estudos. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação e todos os professores que a compõem.

Ao final desta dissertação nosso querido professor faleceu de forma precoce, abalando todos nós. As salas e corredores do Cegoe não serão mais os mesmos com sua partida. Suas risadas e forma alegre de viver a vida nunca serão esquecidos. Amava o futebol, a história e sobretudo a vida. Resta-nos hoje a saudade e a certeza que ele não passou por essa vida em vão. Agradeço pela orientação e pelas aulas apaixonadas de história. Aprendi com seu exemplo que a vida vale mais que um lattes abarrotado e que é possível ser professor universitário de forma simples. Tenho orgulho de ter sido seu aluno e orientando. Professor, por tudo, meu muito obrigado. Descanse em paz!

Sou grato a Giselda Brito e Sueli Luna. Professoras que me deram suporte no período do mestrado, mas sobretudo nesse momento tão traumático.

Tudo meus senhores e senhoras, tudo que aqui vedes, não é senão uma pequena parcela do esforço feminino, despendido por este Brasil afora, dentro de quatro centenas de anos.

Bertha Lutz

RESUMO

A presente dissertação investigou os movimentos feministas no Recife, durante o início da década de 1930, enfocando as lutas pelo sufrágio feminino. O voto feminino constitui nosso objeto central e tema irradiador dos três capítulos desta pesquisa. No tocante ao nosso objeto de estudo, também procuramos compreender os movimentos de reações antifeministas que cresciam paralelamente à construção do eleitorado feminino logo após o acesso à cidadania política das mulheres. No campo da abordagem histórica, esta investigação se fundamentou na perspectiva analítica da história das mulheres interligada à história de gênero, considerando-se que nosso objetivo é analisar as lutas pelo sufrágio feminino, dentro do campo das desigualdades entre mulheres e homens na sociedade recifense. Analisamos esse período, principalmente, por meio de periódicos do Recife como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal Pequeno* e também através da documentação pessoal das líderes feministas. Sob nosso ponto de vista, o trabalho pretende contribuir para uma maior reflexão e compreensão da história política de Pernambuco e do feminismo da época.

Palavras-chave: Voto, Feminismo, Recife.

RESUMEN

En la presente tesis se abordaron los movimientos feministas en el Recife durante el inicio de la década de 1930, con enfoque en las luchas por el sufragio femenino. Dicho abordaje constituye nuestro objeto central y nuestra temática irradiadora de los tres capítulos de esta investigación. Con respecto al tema, también intentamos plantear los movimientos de reacciones anti-feministas que se desarrollaban paralelamente a la construcción del electorado femenino tras el acceso a la ciudadanía política de las mujeres. Para el abordaje de la problemática desde un punto de vista histórico, ese trabajo se basó desde una perspectiva analítica de la historia de las mujeres integrada a la historia de género, considerándose que nuestro objetivo es analizar las luchas por el sufragio femenino dentro del campo de las desigualdades entre mujeres y hombres en la sociedad recifense. El análisis se realizó, principalmente, por medio de periódicos del Recife como el *Diario de Pernambuco* y el *Jornal Pequeno* y, además, a través de la documentación personal de las líderes feministas. Desde nuestro punto de vista, la investigación se propone a contribuir para una reflexión y comprensión más amplias de la historia política de Pernambuco y del feminismo de la época.

Palabras clave: Voto, Feminismo, Recife

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A mulher na política	44
Figura 2 – Ah! Se eu fosse minha própria mulher	45
Figura 3 – Esposa insubmissa	48
Figura 4 – A fisiologia feminina não foi feita para os exercícios físicos	50
Figura 5 – Fotografia de Edwiges de Sá Pereira	71
Figura 6 – Fotografia de Martha de Hollanda	76
Figura 7 – Campanha de Edwiges de Sá Pereira	99
Figura 8 – Juventude Católica Feminina	107
Figura 9 – Título eleitoral de Martha de Hollanda	109
Figura 10 – Fotografia de Celina Nigro	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matérias por mês do <i>Jornal Pequeno</i>	91
Tabela 2 - Matérias por mês do <i>Diario de Pernambuco</i>	92

LISTA DE ABREVIACOES

CAPES – Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FPPF – Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

IHGUSA – Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão

LEC – Liga Eleitoral Católica

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PSD – Partido Social Democrático de Pernambuco

RN – Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I: O antifeminismo ou a reafirmação do lugar “natural” da mulher	24
1.1 O antifeminismo em fins do séc. XIX: a Constituinte de 1891	25
1.2 Antifeminismo no Recife (1931-1934)	30
1.3 Nas páginas da revista <i>P’ra você</i> (1932-1933)	42
1.3.1 A incapacidade física da mulher na revista <i>P’ra Você</i>	48
1.4 Mulheres contra o feminismo	51
Capítulo II: O feminismo no Recife dos anos de 1930	55
2.1 O feminismo “bem-comportado”: algumas considerações	56
2.2 Os feminismos nos jornais	59
2.3 A construção dos movimentos	61
2.4 Os projetos feministas: a federação pernambucana pelo progresso feminino e a cruzada feminista brasileira	65
2.5 O lugar social feminista: a obra <i>pela mulher, para a mulher</i> de Edwiges de Sá pereira	78
Capítulo III: O voto feminino	83
3.1 A Campanha feminina no Brasil	84
3.2 As pioneiras vão às urnas: o exemplo do Rio Grande do Norte	88
3.2.1 1927: o ano I do voto feminino	88
3.3 O voto feminino nos jornais	90
3.4 Cuidar do lar... e da pátria: a campanha de Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda	94
3.5 Construindo o eleitorado feminino	104
3.5.1 Movimento católico	105
3.5.2 As feministas em prol do alistamento	108
3.6 As eleições de 3 de maio	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

A mulher precisa realizar os seus altos destinos. Ser levada ao nível social e político onde dominam seus irmãos, porque, nele afirma a história de todos os povos, na linguagem de todas as idades, a mulher não é inferior em nada, nem na moral, nem no intelecto, nem na atividade e energia

(Martha de Hollanda)¹

Em 1931, os movimentos das militantes do Recife criaram duas organizações feministas: a Cruzada Feminista Brasileira e a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Ambas possuíam pronunciamentos – como os da feminista Martha de Hollanda – que eram cada vez mais comuns nos jornais da cidade e afirmavam a capacidade intelectual das mulheres para a vida política, tida, naquele contexto, como própria e “natural” dos homens.

Na mesma época, no entanto, intelectuais, jornalistas e políticos também reafirmavam o pensamento tradicionalista e antifeminista em livros, periódicos e no legislativo. Além deles, as feministas também enfrentavam a oposição e crítica de outras mulheres. Entre estas últimas, predominava o discurso da falta de habilidade das mulheres para a vida intelectual e política. O referido pensamento destacava a importância do trabalho, a presença das mulheres nos deveres do lar e da família e reafirmava os discursos de ausência intelectual feminina para exercer o voto.

O ponto de partida desta dissertação é justamente confrontar as dissonantes visões e experiências de mundo, no período entre 1931 e 1934. Ficou claro desde o início das pesquisas que, para as mulheres da época em prol do sufrágio, o voto era a chave de acesso ao mundo público, com todas as suas implicações, modificando a perspectiva política, legislativa, social e trabalhista.

A pesquisa teve início na graduação, em 2008, quando comecei a pesquisar as relações de gênero como a violência doméstica e o impacto da Lei Maria da Penha no país. Contudo, foi em 2010 que o objeto de estudo desta dissertação começou a interessar-me nas pesquisas realizadas sob orientação do pesquisador Alexandre Zarias para o PIBIC na FUNDAJ. Os estudos, baseados em uma perspectiva historiográfica, eram referentes à mulher na legislação constitucional, desde a primeira Constituição em 1824 até a mais recente, de 1988, conhecida como

¹ **Diário de Pernambuco**. 15 nov. 1931.

‘Constituição Cidadã’. Logo depois, amadureci a ideia de estudar o voto feminino e a construção do eleitorado nos primeiros anos de 1930, estabelecendo algumas questões a serem desenvolvidas em torno do tema como contribuição para a História Política do Recife. A partir daí, definimos como objetivo analisar as relações de gênero e a História das Mulheres, de modo a compreender e estudar o cotidiano da ascensão do feminismo no Brasil, suas relações e enfrentamentos com o universo masculino daquele momento.

Conforme veremos, as feministas foram as primeiras a enfatizar, em suas pesquisas, o esquecimento da mulher diante da história, antes mesmo das historiadoras. Essa questão estava ligada a um movimento social que “por um longo período, [...] foi escrita a partir de convicções feministas” (TILLY, 1994, p. 31). Entretanto, na década de 1980, a História das Mulheres rompeu com a questão militante, passando da política para a história especializada (SILVA, 2005). Maria Stella Martins Bresciani (1989, apud PEDRO; SOIHET, 2007, p. 281) afirmava que a História das Mulheres era, sobretudo, a “história da exclusão”. Este trabalho busca, de algum modo, reparar em parte essa exclusão.

Por décadas as historiadoras das mulheres trataram seu objeto de estudo no singular: ‘a mulher’, ‘o problema’, ‘a condição’, ‘a identidade feminina’. No entanto, existe uma pluralidade de experiências que não podem ser tangenciadas em uma ‘condição feminina’. Nossa narrativa histórica trata de mulheres letradas de classes média e alta do Recife. Vale salientar que neste mesmo espaço e período (a década de 1930), havia mulheres pobres, analfabetas, que não tinham as mesmas demandas das mulheres do nosso estudo. Para Clementina Pereira Cunha (1998, p. 2), a difundida “condição feminina” na historiografia abriu margem para homogeneizar as “falas *de e sobre* mulheres tão diferentes entre si”. Podemos averiguar, por exemplo, se o que foi dito sobre as feministas do Rio de Janeiro poderia servir igualmente às feministas do Recife. Pensamos que não.

A História das Mulheres aliada à História de Gênero implica não só a análise das mulheres como sujeitos históricos, mas também em uma percepção relacional entre os papéis sexuais. Entendemos tais relações como pressupostos sociais e culturais, invariavelmente, assimétricos. Natalie Davis (1975, apud SCOTT, 1995, p. 72) já percebia isso em meados de 1970 quando afirmava que “não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses”.

A História de Gênero impede que a mulher seja estudada isoladamente, como a História das Mulheres faz. Esta, enquanto campo de análise, surgiu em um contexto em que o ‘homem’ era objeto universal, compreendendo-se que a ‘mulher’ estava inserida nessa nomenclatura. A emergência de estudos históricos mais específicos, surgido com os Annales, “contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia” (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 284). Nesse cenário, a história social também se destaca pelo seu interesse em estudar os excluídos como operários, camponeses, escravos e pessoas comuns, abrindo-se, assim, um leque de estudos em que a ‘mulher’ aparece como sujeito da história (PEDRO; SOIHET, 2007). Pretendemos, portanto, problematizar o nascimento dos movimentos femininos, as normas da época que inferiorizavam as mulheres e a prática feminista: vivência e *experiência*, dentro de um caráter relacional de gênero.

O feminismo é geralmente definido “como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros” (SILVA, 2005, p. 145), que são inegavelmente desiguais. Não sendo apenas caracterizado por um movimento organizado e ‘publicamente visível’, mas se revelando, também, como um discurso e/ou “na esfera doméstica, no trabalho, em todos os âmbitos em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma em que o feminino não seja o menos, o desvalorizado” (ALVES; PINTANGUY, 2007, p. 9).

Até 1940, o feminismo no Brasil não era um movimento de massas (SILVA, 2005). Em seu primeiro momento, tinha um caráter elitista, sem ideologia consistente e geralmente confundido com a questão sufragista. O sufragismo foi uma bandeira importante de luta do movimento, porém não era a única. O nosso recorte histórico trata deste período, anos 1930 do século XX, e diz respeito, exatamente, ao início dos movimentos feministas no Recife, em 1931, até o fim do ciclo, com a Constituição de 1934.

Outro conceito trabalhado é do patriarcalismo, ainda muito utilizado pelos estudiosos de gênero e das mulheres. De acordo com Scott (1995, p. 77), “as teorias do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na ‘necessidade’ masculina em dominar as mulheres”. Scott discorda que a perspectiva do patriarcado seja basilar para entender as desigualdades de gênero, posto que é uma teoria que se estrutura “na variável única da diferença física”, voltado para o corpo humano, negando as concepções fundamentais

de gênero, as construções sociais e culturais, sendo uma perspectiva a-histórica de gênero (SCOTT, 1995, p. 77).

Mariza Corrêa (1982, p. 13) critica a definição de “família patriarcal”, vista como “um tipo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais”. Esse “molde” da família no Brasil não pode ser utilizado como justificativa para toda a realidade de opressão e desigualdade.

Um debate pertinente entre as historiadoras e demais pesquisadoras são os termos utilizados para periodizar os movimentos, chamados de “ondas”, momentos, fases. Nesse cenário dos movimentos feministas, Céli Pinto (2003) a concebe em diferentes fases. A primeira fase diz respeito à luta pelo sufrágio feminino, final do século XIX até a década de 1930. A segunda fase trata do momento pós-guerra, entre as décadas de 1960 e 1970. E a terceira fase corresponde ao período dos anos oitenta, pós-Regime Militar.

Já Constância Lima Duarte (2003) chama os movimentos feministas de “momentos-onda”, dividindo o movimento feminista em quatro décadas: 1830, 1870, 1920 e 1970. Essa autora sintetiza a ideia das “ondas” feministas:

[...] tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (DUARTE, 2003, p. 152).

Para Duarte “a nossa primeira onda, mais que todas as outras, vem de fora, de além-mar, não nasce entre nós” (Ibidem, p. 154). Joana Maria Pedro criticou esta ideia de “onda”, pois acreditava que esse termo conservava um caráter linear do movimento feminista, no qual os países desenvolvidos (de além-mar) depositam seu conteúdo e os países subdesenvolvidos os reproduzem (PEDRO, 2011). Considerando a ideia de Joana Pedro, trataremos aqui o feminismo por “movimento” e não “ondas”.

Todas essas periodizações do movimento feminista dizem respeito a uma percepção histórica voltada para a região Sudeste do país, isto é, a delimitação do movimento feminista brasileiro está intrinsecamente ligada ao que foi realizado na região em tela, como afirma a historiografia nacional.

Os estudos do feminismo em Recife da década de 1930 são ainda incipientes, tendo trabalhos importantes como o de Rita de Cássia Barbosa Araújo (2003), a precursora deste estudo, Alcileide Cabral do Nascimento (2011 e 2013) e também monografias (SILVA, 2011; SILVA, 2012). Contudo, no eixo Rio-São Paulo, são diversas as autoras que tiveram as ‘mulheres’ como objeto específico de pesquisa. Entre tantas, destacamos Rachel Soihet, Céli Pinto, June Hahner, Joana Maria Pedro, Branca Moreira Alves, Susan Besse, Miriam Moreira Leite, Martha de Abreu, Margareth Rago, Cristiana Schettini Pereira e Maria Clementina Pereira Cunha.

As primeiras autoras a trabalharem este tema são do final dos anos 1960 e das décadas seguintes. Essas escritoras consideravam que as feministas da época foram conservadoras por não lutarem explicitamente pela igualdade de gênero, mas apenas de tentarem participar do mundo político.

Heleieth Saffioti foi a precursora nos estudos da mulher e do feminismo no Brasil, sobretudo por sua obra clássica *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de 1969. Sua análise da condição feminina estava ligada à perspectiva marxista. O problema da mulher se relacionava com o problema geral da sociedade, dentro da exploração capitalista. A condição da mulher brasileira sofria o impacto do centro hegemônico do capitalismo internacional em dois sentidos antagônicos: o que condicionava a mulher aos padrões domésticos e o que permitia a conscientização, por meio do feminismo, no intuito de sua emancipação econômica. Entretanto, não poupou as líderes feministas de crítica, considerando o movimento como “pequeno-burguês”, que não chegou a questionar a desigualdade de gênero (SAFFIOTI, 1969, p. 138).

Contudo, a autora fundamental para compreender o feminismo foi Rachel Soihet, que trabalha com esta temática desde os anos de 1970. Entre artigos e livros, suas obras foram essenciais, como *O feminismo tático de Bertha Lutz* (2006) e *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (2013). Ela apresenta uma visão global do feminismo nos anos de 1930, sendo uma das primeiras autoras, junto com Susan Besse a estudar o antifeminismo no país. Sua visão difere de Saffioti, até pela diferença temporal das obras, pois não leva apenas em consideração a questão elitista do movimento, mas também suas estratégias de luta, que muitas vezes questionaram as hierarquias de gênero.

Com a emergência dos estudos sobre as relações de gênero, chama a atenção os números de “dicionários” e outras obras que se propuseram pesquisar a História

das Mulheres. Destacamos o *Dicionário mulheres do Brasil* (2000), o *Dicionário crítico do feminismo* (2009) e o *Dicionário crítico de gênero* (2015). O primeiro dicionário citado, no entanto, não fez referência à feminista vitoriana Martha de Hollanda, uma das personagens do nosso estudo.

Entre os livros dedicados à história das mulheres, destacamos *História das mulheres no Brasil* (2009) e *Nova história das mulheres no Brasil* (2012). As obras buscaram fazer um apanhado da história das mulheres em diversas sociedades (quilombola, indígena, pobre, negra) e em diversas épocas, desde a América portuguesa ao mundo contemporâneo. Essas obras ajudaram a solidificar uma área de estudo ainda vista com desconfiança pela história tradicional.

Esta historiografia proporcionou uma ideia ampliada do tema, contudo há lacunas a serem estudadas e, portanto, pretendemos sanar algumas nesta dissertação. O título desta dissertação deriva da famosa frase “Navegar é preciso, viver não é preciso” de autoria do cônsul romano Pompeu, que viveu entre 106 a 48 a.C. Conta-se que ele motivava sua tropa a enfrentar o mar intempestivo, quando, conseqüentemente, os soldados temiam por suas vidas (BELLE, 2004). De fato, foram diversas “tempestades”, que dificultaram o acesso ao voto feminino e muitas “guerras” travadas até a sua conquista. Esta pesquisa foi dividida em três capítulos, como podemos observar a seguir.

CAPÍTULOS

A dissertação está dividida em três capítulos, sendo a questão do voto feminino em Recife, nos primeiros anos de 1930, o tema irradiador do texto.

O primeiro capítulo trata da construção e reafirmação da inferioridade feminina – o antifeminismo (aqui considerado como as opiniões que justificavam a não-participação da mulher no ambiente político e público). Essas justificativas estavam demarcadas na reafirmação de incapacidade física, intelectual e jurídica da mulher. Analisamos um dos primeiros debates que impediram a mulher de participar da vida político no final do século XIX e começo do século XX, na Constituinte de 1891. Nesse momento, as justificativas se baseavam em uma inferioridade fisiológica, na qual a menstruação era um exemplo. Outra justificativa era o chamado imposto de sangue, que estava relacionado à isenção da mulher ao alistamento militar.

Estudamos as opiniões antifeministas, como a do, na época, jovem escritor Gilberto Freyre e do articulista Mario Melo nos jornais da cidade e os argumentos dos antifeministas que intencionavam masculinizar e ridicularizar as mulheres. Tal prática também foi utilizada na revista *P'ra Você* que, além do discurso antifeminista, fazia uso de imagens, inclusive com desenhos de Manuel Bandeira, para inferiorizá-las.

Dedicaremos este capítulo a investigar as normas sociais e jurídicas que condicionavam e justificavam a incapacidade feminina no período estudado, colocadas às margens do fazer político. Essas informações são relevantes para entendermos as reações das mulheres e feministas nos capítulos seguintes. Para isso, utilizaremos: os periódicos de maior circulação – o *Diario de Pernambuco* e o *Jornal Pequeno* – e também a revista *P'ra Você*. Convém lembrar que, à época do período estudado, o *Jornal do Commercio*, periódico em circulação ainda hoje, havia sido fechado pelo governador Carlos de Lima Cavalcanti.

O debate que envolvia o antifeminismo e o feminismo estava em diversos jornais do Recife, como no *Jornal do Recife* e no *A Notícia*. Escolhemos o *Diario de Pernambuco* por ser inegavelmente o maior jornal em circulação da época e o *Jornal Pequeno* pelo seu caráter muitas vezes jocoso e útil para entender o antifeminismo na cidade. Devido à análise exaustiva da imprensa escrita dos quatro anos do nosso recorte, foi, por isso, inviável estudar todos.

Com relação às revistas, várias foram as publicações no começo do século XX. Entretanto, elas nasceram nos anos de 1910, 1920 e decaíram nos anos de 1930, em sua maioria, extintas. Já a revista *P'ra Você* surgiu em 1930 e voltou nos anos de 1932 e 1933, período de nosso estudo. Esta revista, apesar de ser dedicada às mulheres, reafirmava o discurso antifeminista.

O segundo capítulo abordou a construção dos movimentos feministas e a pauta de luta. Observamos que as mulheres não estavam totalmente pressas às amarras normativas de sua época. O objetivo deste capítulo foi compreender a visão de mundo das feministas do Recife em suas práticas e experiências na militância política que, muitas vezes, chocavam-se com o discurso normatizador. Nesse intuito, estudamos os dois movimentos feministas criados no Recife, entendendo suas particularidades, em uma perspectiva coletiva.

As principais feministas desse momento foram Edwiges de Sá Pereira e a já citada Martha de Hollanda Cavalcanti. Outras mulheres fizeram parte desses movimentos e estiveram no contexto político, como Maria do Carmo Mendonça,

Celeste Dutra, Heloísa Chagas, Noemia Xavier, Julia Pereira Faneca, Aurea Palmeira e Celina Nigro. Faremos ainda uma relação, muitas vezes, divergente entre o feminismo do Recife e o do Rio de Janeiro, compreendido como feminismo brasileiro². Elas foram diretamente influenciadas pelo feminismo tido pelas estudiosas como “bem-comportado” do Rio, por isso analisamos este fenômeno no capítulo.

Existiam, de fato, divergências nos projetos das feministas, como a relação da Federação Pernambucana com o catolicismo, que fugia da perspectiva de imparcialidade sobre as questões religiosas pregada pela Federação Brasileira. A religião católica unida ao feminismo da FPPF é uma peculiaridade dessa organização, se comparada ao feminismo do resto do país. Por outro lado, o feminismo atuante de Martha de Hollanda (feminista de relevo no Recife), posicionava-se favoravelmente ao divórcio.

Para esse capítulo, efetuaremos novamente a análise dos jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal Pequeno*, que noticiavam tanto ideias antifeministas quanto pensamentos de cunho feminista. Além das referidas fontes, também usamos a revista *A Pilhéria*, que publicou notícias em apoio aos movimentos feministas.

Neste capítulo, ainda, utilizaremos os arquivos pessoais das militantes Edwiges de Sá Pereira e de Martha de Hollanda. Esses documentos fazem referência a outras mulheres do período e são importantes para o estudo global do movimento feminista recifense. Apesar da dificuldade documental, tentamos apresentar outras mulheres que fizeram parte do contexto feminista. Os demais jornais serão usados de forma pontual, de acordo com as referências dos documentos pessoais. Cabe ressaltar a obra *Uma guerreira no tempo*, de Luciene Freitas (2003), que trata de uma compilação da vida de Martha de Hollanda e incluiu seus pronunciamentos em diversos jornais e no rádio, contendo fotos raras de sua vida.

No terceiro capítulo, analisamos o cenário do sufrágio feminino e das eleições no Recife. Não há como esquecer neste capítulo o pioneirismo das potiguares em 1927, inaugurando a participação política das mulheres no Brasil. E, em 1933, após anos de luta pelo sufrágio feminino, havia chegado o momento de a mulher exercer o direito de voto em todo o país.

Com a obtenção do voto em 1932, as feministas intentaram pela construção de um eleitorado feminino que, por motivos óbvios, até então não existia. Some-se a isso

² Na maioria das vezes, as obras sobre o “feminismo brasileiro” falam, no geral, da região Sudeste ou apenas do Rio de Janeiro (ALVES, 1980; HAHNER, 1981; PINTO, 2003).

a não-obrigatoriedade de seu voto, diferentemente do homem, e do número reduzido de mulheres letradas. Nunca é demais enfatizar o traço social e econômico das feministas e das simpatizantes do movimento: classes média e alta. Ou seja, o objetivo foi estudar o processo de formação e luta dos movimentos feministas e investigar o momento posterior à conquista da cidadania política nos anos de 1930. Convém destacar que o estudo das feministas, após o direito de voto conquistado, não foi uma preocupação efetiva para a maioria das estudiosas desse período.

Participaram das eleições em Pernambuco, como candidatas, as feministas Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda. As campanhas eleitorais das feministas também marcaram a construção do eleitorado feminino. Elas eram exemplos de que as mulheres tinham capacidade de acessar o mundo público e político. Os caminhos político-partidários foram distintos entre as candidatas: Edwiges de Sá Pereira se filiou ao Partido Economista e Martha de Hollanda se candidatou como avulsa. Essas eleições marcaram um processo inédito na História das Mulheres, nesse estado, por décadas esquecido.

O sufrágio feminino não foi o ponto de chegada para os movimentos feministas do Recife e nem para o movimento católico, pois tinham a intenção de construir um eleitorado feminino. As moças da Juventude Católica Feminina, por exemplo, iam de porta em porta convencer as mulheres ao voto. Já as líderes feministas utilizavam os jornais para este fim, com discursos que buscavam elevar as mulheres. Essas mulheres que intencionavam pela construção de um eleitorado eram intelectualizadas, com argumentos polidos, no intuito de provar a capacidade feminina.

Os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal Pequeno* foram utilizados também de forma quantitativa, observando o número de notícias e matérias que estavam relacionadas com o voto feminino. Adotamos também o relatório das eleições de 1933, em Pernambuco, contendo dados minuciosos dos votos, e do desempenho eleitoral das candidatas Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda, únicas mulheres na disputa.

Capítulo 1: O antifeminismo ou a reafirmação do lugar “natural” da mulher

Desde quando é permitido abrir mão de seu sexo? Desde quando é decente ver as mulheres abandonarem os pios cuidados de suas casas, os berços de seus filhos, para virem a espaços públicos, discursarem nas galerias, nos foros do Senado? Foi aos homens que a natureza confiou os cuidados domésticos? Foi a nós que ela deu seios para amamentar nossas crianças?
(Pierre-Gaspard Chaumette)³

O ambiente em que as mulheres viveram no Recife, no começo do século XX, era negativo para a ação política das mulheres, justificando sua incapacidade social e jurídica e que, nas décadas seguintes as impediram de votar e serem votadas. Nesta parte do trabalho, procuramos entender como as mulheres agiram e reagiram ao discurso de sua desqualificação política, apoiado na afirmativa do historiador E. P. Thompson (2012, p. 243), quando nos diz que “a história é a disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto”. É nesse sentido que refutamos a ideia de que as mulheres recifenses, de 1930, estavam à frente de seu tempo, como se costuma pensar: antes, essas mulheres lutavam contra as injustiças do seu tempo.

Assim, analisamos o movimento de mulheres dentro do contexto e do processo que culminou pela obtenção do voto feminino. Estudamos ainda as raízes do antifeminismo desde fins do século XIX até o início dos anos de 1930, quando tal perspectiva antifeminista ganhou corpo nos jornais da capital pernambucana.

Nesse contexto, consideramos por antifeminismo os discursos que inferiorizavam as mulheres, sobretudo diante do ambiente político e público. As justificativas foram as mais diversas como incapacidade física, intelectual e jurídica. Seu lugar “natural” também foi reafirmado pelos antifeministas. As autoras que definiram a perspectiva antifeminista foram Susan Besse (1999) e Rachel Soihet (2013).

Evidenciamos, contudo, que os discursos antifeministas não partiram apenas dos homens, mas também das mulheres. Muitas delas entendiam que a sua participação política deveria ser protelada devido ao seu despreparo ou mesmo

³ LEVY, Darlene Gay; APPLEWHITE, Harriet Branson; JOHNSON, Mary Durham. **Women in Revolutionary Paris**, 1789-95. Urbana: University of Illinois Press, 1979, p. 219.

negavam a sua participação, pois já tinham os afazeres do lar e dos filhos, que já consumiam seu tempo.

Um dos pontos do debate acerca da incapacidade da mulher se dava em torno do artigo 70 da Constituição de 1891. O documento não excluía nominalmente a mulher da política representativa brasileira, porém, quando analisada, a Constituinte torna clara a intencionalidade de excluí-la do processo eleitoral. Existiam pelo menos duas visões que justificavam a exclusão: o discurso biológico e o jurídico, que estavam relacionados. Essas interpretações permaneceram nos anos de 1920 e 1930, sob forte debate dos prós e contras à participação feminina na política, com destaque para as visões antifeministas.

Essas interpretações antifeministas no Recife foram reproduzidas fundamentalmente pelos jornais, sendo estes as fontes dessa pesquisa. O objetivo primordial consistiu em entender as convergências e divergências do tema, no Recife, e os estudos já consagrados, oriundos basicamente do Rio de Janeiro.

Em seus artigos, evidencia-se o posicionamento antifeminista dos legisladores, dos intelectuais e da imprensa, justamente no momento que antecede o direito ao voto, período em que se avolumaram os discursos antifeministas. É perceptível a dimensão da imagem negativa que a participação feminina poderia ter na política e no voto, com lista enumerada das avaliações públicas, de homens e mulheres, afirmando a incapacidade delas para a vida eleitoral, e que não deveriam “sujar-se” nas “cabalas” eleitorais. E, fechando os discursos e as opiniões públicas, vinham as reafirmações de que o lugar da mulher era como cuidadora da casa e dos filhos.

1.1 O Antifeminismo em fins do século XIX: a Constituinte de 1891

Muitas das ideias antifeministas que foram proferidas na Constituinte de 1891 ainda permaneciam nos anos 1930, com partes intactas. Tal fato demonstra que a participação feminina na vida política era uma grande preocupação dos legisladores que procuravam não esquecer de expor suas posições contrárias à participação da mulher no voto. (PINTO, 2003) Os legisladores davam relevo às questões do antifeminismo como justificativa para não conceder o direito ao voto às mulheres, apesar de que essa intencionalidade não fica explícita no artigo 70 da Constituição de 1891 que dispunha o seguinte:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

A constituição era lacunar, não citava as mulheres como inelegíveis, mas também não afirmava, o que levou alguns movimentos feministas a solicitar o direito de votar com base na ausência de uma negação. O Partido Republicano Feminino, por exemplo, foi criado em 1910, com o intuito de reivindicar o lugar da mulher no cenário político, daí o termo “partido” para designar a participação do feminino na política partidária, eleitoral.

A Constituição garantia que todos os cidadãos eram iguais perante a lei. Contudo, não houve uma definição clara entre “igualdade” e “cidadania”. Convenientemente, o gênero não foi mencionado. No entanto, a Constituição foi construída sob o aspecto pronominal masculino, que também assumia o campo de interpretação da mesma perante a sociedade. Os legisladores interpretaram tal escrita, “os cidadãos”, como uma forma de excluir a mulher. Para eles, as mulheres estavam na mesma posição das “crianças, loucos, mendigos, analfabetos e índios protegidos pelo Estado” e “permaneceram cidadãs ‘inativas’, sujeitas às leis republicanas, mas sem o direito de participação cívica” (CAULFIELD, 2000, p. 63).

Vários grupos foram objeto de reivindicações dos legisladores e políticos para o direito de voto, as mulheres, contudo, permaneciam esquecidas e até eram objeto de declaração pública de suas incapacidades e consequências para toda a família. O deputado Muniz Freire, do Espírito Santo, lastimou a recusa do voto para os religiosos, das ordens monásticas, e dos analfabetos. A respeito do voto feminino, contudo, considerava imoral e anárquico “porque, no dia em que a convertêssemos em lei pelo voto do Congresso, teríamos decretado a dissolução da família brasileira” (Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Constituinte de 1890/91, p. 456). Ele entendia, ainda, que a aprovação do voto feminino seria um desvio da própria “natureza” feminina:

Ora, querer desviar o espírito feminil desse dever, dessa função, que é a base de toda a organização social, cujo primeiro grão é a família, para levá-lo ao atrito das emulações práticas, no exercício de funções públicas, é decretar a concorrência dos sexos nas relações da vida ativa, modificar esses laços sagrados da família, que se formam em torno da vida puramente doméstica da mulher, e corromper a fonte preciosa de moralidade e de sociabilidade, que ela mais diretamente representa, demandando como condição de pureza a sua abstenção completa da vida prática. (Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Constituinte de 1890/91, p. 456).

Advogar contra o voto feminino era, antes de tudo, um requisito patriótico. A vida pública tiraria a pureza feminina e, por consequência, interferiria na vida familiar. Por outro lado, o deputado pela Bahia, César Zama, considerava que a família não se desorganizava quando a mulher exercia a função de advogada, médica ou quando ocupava cargos públicos que exigiam muito mais tempo e por isso, em dia de eleição, a mulher ir votar não traria problema algum na organização da família. César Zama rebate assim a opinião dos opositores ao voto feminino:

Nenhuma objeção séria tenho, até agora, ouvido contra a opinião, que sustentamos: os nossos adversários limitam-se a asseverar que a concessão de direitos políticos às mulheres trará, infalivelmente, a desorganização do lar e da família; nenhum deles, porém, deu-se ao trabalho de explicar-nos o modo e os motivos dessa desorganização. Em assuntos desta ordem não basta afirmar, é preciso provar. Ninguém contesta a mulher a igualdade de aptidões que tem o homem: quanto à diferença de organização psíquica, pouco ou nenhum valor tem a objeção: é mais uma questão de educação. Nervosas e fracas! Porém elas são, também, enérgicas e fortes, conforme as ocasiões e meio social em que vivem: elas se aplicam a medicina e a jurisprudência tão bem como nós; no magistério, nos excedem; no exercício dos empregos públicos não nos são inferiores; na administração de sua casa e bens, em regra geral, andam melhor do que nós, a exceção do imposto de sangue, concorrem também com o imposto para encher as arcas do tesouro: finalmente, podem desempenhar todos os deveres do homem. Por que se lhes há de privar do exercício do direito político? A família não se desorganiza quando ela exerce a medicina, a advocacia, o magistério e funções públicas, que exigem muito mais tempo, trabalho e critério: desorganizar-se-á, porém, pelo fato de ir ela, em dia de eleição, dar o seu voto! Não, isso não é verdade. (Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Constituinte de 1890/91, p. 356-357).

Diferentemente dos demais constituintes, Zama acreditava que não existia contestação com relação à igualdade de aptidões entre os sexos. As mulheres já exerciam profissões liberais como medicina e advocacia. Com certeza, o foco em defesa do voto não era as mulheres pobres, mas as mulheres letradas e da elite. Para ele, ainda, o voto feminino “é uma questão de direito, que cedo ou tarde será resolvida em favor das mulheres” (Idem).

Compreendem todos que na minha idade não me posso arvorar em paladino do belo sexo, e muito menos pretendo fazer ruído em torno do meu nome. Para mim é uma questão de Direito, que tarde ou cedo será resolvido em favor das mulheres. Bastará que qualquer país importante da Europa confira-lhes direitos políticos, e nós o imitaremos. Temos nosso fracasso pela imitação. (Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Constituinte de 1890/91, p. 356-357)

O deputado, Lacerda Coutinho, de Santa Catarina, utilizou o argumento jurídico na sua oposição ao voto feminino.

O argumento a respeito dos analfabetos é o mesmo com relação à mulher; a mulher não tem capacidade... (*Trocam-se vários apartes*). Oh! Como entendem os senhores a capacidade? Os nobres representantes não me compreenderam; falo em capacidade jurídica, não falo de funções intelectuais semelhantes às dos homens; muitas vezes o excedem. Mas isso são exceções, e com exceções não se argumenta, porque não destroem a regra, antes a confirmam. Mas digo: a mulher não tem capacidade, porque a mulher não tem, no Estado, o mesmo valor que o homem. Ponhamos de parte o imposto que paga a mulher, que é em muito menor proporção, muito menor; ponhamos isto de lado, porque a nossa Constituição não exige o imposto para o exercício do direito eleitoral; mas, pergunto: a mulher pode prestar o serviço militar? Pode ser soldado ou marinheiro? (Idem, p. 544).

Essa discussão do chamado imposto de sangue vai reverberar também nos anos de 1930. Existia a ideia de que a mulher deveria ser igual em tudo ao homem para daí reivindicar direitos. Por ela não ter esse dever em servir as forças armadas, logo não tinha direito à cidadania política. Coutinho foi além, afirmando uma inconstância psicológica feminina:

O organismo da mulher é muito diverso; ela tem funções que o homem não tem, essas funções são tão delicadas, tão melindrosas, que basta a menor perturbação nervosa, um susto, um momento de excitação, para que se pervertam, e as consequências sejam, muitas vezes, funestas (Ibidem).

Existia o argumento jurídico que negava o acesso da mulher ao espaço político na Constituinte de 1891. Para Lacerda Coutinho, a menstruação era uma barreira para as mulheres exercerem tarefas então atribuídas aos homens. A menstruação foi um dos elementos para justificar o discurso “biologizante” do ser feminino. O argumento usado pelos opositores do voto feminino era de fato a preservação da família, o real dever da mulher de cuidar da casa, dos filhos e do marido. Coutinho resume bem o pensamento da oposição:

[...] si querem elevar a mulher, dando-lhe o direito de voto, não fazem mais do que amesquinhá-la, fazendo-a descer da elevada altura em que se acha colocada, da esfera serena da mãe de família, para vir entrar conosco no lodaçal das cabalas e trincas eleitorais. (Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Constituinte de 1890/91, p. 544)

Além do argumento jurídico, a tese do patriarcado foi por muito tempo um conceito que fundamentou as ideais contrárias à cidadania política das mulheres. Saraceno (1995, p. 209) afirmou que, dentro do conceito do patriarcado, “as mulheres não são portadoras de interesses autônomos, mas apenas dos da família, tal como são definidos a partir dos interesses e poderes dos maridos-cidadãos”. Assim, a mulher, enquanto responsável pela unidade familiar e dependente do pai ou marido, não obteve a cidadania política com a Constituição de 1891. Para Caulfield (2000, p. 64), eram necessárias para a “harmonia” familiar as diferenças dos direitos entre homens e mulheres.

Após esse momento constitucional, algumas mulheres se organizaram para reivindicar o direito ao voto, que aparentemente havia sido negado no artigo 70 da primeira constituição republicana. O Partido Republicano Feminino e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundadas no Rio de Janeiro, foram os movimentos nacionais de maior destaque do período. A principal bandeira de luta dessas organizações foi o acesso das mulheres ao campo político, restrito até então aos homens alfabetizados e maiores de 21 anos.

Além da impossibilidade do voto feminino, igualmente foi negado o voto aos analfabetos. Para esses, a negação foi de forma explícita, já que havia sido negada com a reforma eleitoral de 1881, que exigia um eleitor alfabetizado. A Constituição ratificou essa lei, mas não responsabilizou a obrigatoriedade do ensino pelo Estado (CARVALHO, 2004, p. 43-44). Convém recordar que a maioria da população era analfabeta, recém-saída do sistema escravocrata, sendo, assim, impedida de exercer o direito ao voto.

José Murilo de Carvalho (2004) apontou que, na eleição presidencial de 1894, apenas 2% da população brasileira poderia votar. Carvalho (2004, p. 84) considerava que “embora a República tivesse eliminado o voto censitário, manteve, por outro lado, todas as outras restrições, inclusive a exclusão dos analfabetos e das mulheres”. Após esse momento, os movimentos feministas se multiplicam para exigir o direito ao voto feminino.

1.2 Antifeminismo no Recife (1931-1934)

As novas gerações [década de 1920/30] de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não tem gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e correrem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa.

(Gilberto Freyre)⁴

Esta visão retrata um sentimento de desagregação do mundo tradicional, no qual a desigualdade de gênero era o pilar da sociedade. Há aí um colapso da hierarquia, devido ao pressuposto de que a mulher é subalterna ao homem. Os primeiros anos da década de 1930, além disso, eram marcados pelo determinismo biológico, isto é, as mulheres tinham seu lugar específico na sociedade, compatível a sua natureza (PISCITELLI, 2004).

O jovem Gilberto Freyre (1967) temia a descaracterização de nossa regionalidade, diante do Brasil que se “modernizava”. Sua opinião, contudo, reafirma o “lugar” da mulher, permanentemente ligado aos afazeres do lar. As “obrigações”, que as mulheres não deveriam refutar, estão na encruzilhada do feminismo e do antifeminismo. Os anos 1930 marcaram a efervescência do movimento feminista no Recife e, ao mesmo tempo, o crescimento do temor de uma emancipação que tirasse a mulher do seu ambiente “natural”: o lar.

Nesse período, o antifeminismo se expunha sobretudo nos jornais. O mundo “moderno” se contrapunha ao “antigo”, o que fica claro na opinião de Freyre. O Dr. Alexandre de Souza lembra com saudosismo sua época: “que saudade eu tenho das mulheres do meu tempo!”. Comparando a mulher dos anos 1930 e de “seu tempo”, ele afirmava:

⁴ FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

Eram com certeza muito mais graciosas, muito mais femininas, muito mais mulheres. Quando vejo o desembaraço viril das raparigas de agora, que jogam o tênis e cruzam a perna como rapazes, sinto – palavra de honra! A nostalgia da saia de balão. [...] para mim, e para os da velha guarda, como eu, o encanto supremo, da mulher está ainda na modéstia, na ingenuidade, no pudor, na graça tímida, na ignorância discreta, e – quer que lhe diga? Naquele delicioso grãozinho de estupidez a que nós outros, românticos, chamamos inocência. Não sei se você já reparou que não são as mulheres muito inteligentes as que despertam as maiores paixões. A inteligência tem qualquer coisa de ágil, de másculo, de irritante – que repele o homem. **Não conheço encanto superior ao de uma mulher que estar calada**, - e não sei que escritor inglês afirmou que não havia volutuosidade comparável ao do silêncio. A simplicidade de espírito das raparigas do meu tempo, que tão interessantes as tornou, foi sobretudo, um produto de educação, uma obra carinhosa da família. (Saías de Balão. **Jornal Pequeno**. 13 fev.1931, p. 4, Grifos nossos)

Existe uma percepção de masculinização da mulher devido à roupa que usava, à forma de comportar-se e, sobretudo, a sua contestação, pois não estava mais calada. A efervescência da luta feminista estava diretamente relacionada com as opiniões antifeministas. A mulher, para ele, deveria ter um quê de estupidez, enquanto a inteligência estava relacionada ao másculo, pois “estava subjacente ao antifeminismo masculino a convicção de que as mulheres eram inatamente inferiores aos homens e de que a fragilidade era parte integrante de seus encantos” (BESSE, 1999, p. 214).

A escritora da página “Senhoras e senhorinhas”, do *Diário de Pernambuco*, com codinome Boneca, fala sobre um amigo que pensa o feminismo também com a ideia de masculinização da mulher.

É pela mulher feminina, e se irrita com a feminista. Baralha, confunde, não aceita. E eu que sou francamente feminista, sou para o meu amigo o mais perigoso dos dilemas... não aceita, não pode aceitar. Pensa talvez, que o feminismo irá trocar o meu bonito vestido de mulher, vaporoso e leve por um comprido e desajeitado jaquetão de lã escura, fechando o meu pescoço no mais ridículo e engomado dos colarinhos... (Ideias e ideais. **Diário de Pernambuco**. 20 set. 1931, p. 7)

A vestimenta da mulher, que supostamente imitava o homem, também foi tema de artigo em 18 de setembro no *Diário de Pernambuco*.

Depois daquele ruidoso fracasso que anos atrás tivera a moda da saia-calção, acreditávamos que os costureiros não rescindiriam em introduzir coisa alguma nesse sentido. Mas nesta área de emancipação e de liberdade absoluta em que as mulheres têm adquirido notoriamente hábitos masculinos com o fim de imitar em tudo os homens – em tudo que podem, sem deixar de serem mulheres – o indumento que elas usam se viu afetado, conquanto reduzido a certa modificação eufemística. [...] a saia-calção afetava uma cópia servil do rígido traje masculino, agora só uma aproximação ressaltada e mais uma coisa que provém da indumentária oriental: os pijamas. (**Diário de Pernambuco**. 18 set. 1931, p.1)

As mulheres ensaiavam o uso de calças ao vestirem pijamas, no qual muitos discordavam do uso pelas mulheres. Susan Besse (1999, p. 214) afirma que dentre as estratégias antifeministas, as mais eficientes eram a ridicularização e a vulgarização do feminismo. As matérias antifeministas no Recife não tinham um caráter apenas de ridicularização das militantes, as questões eram tratadas com seriedade. Essa masculinização da moda era o começo para uma masculinização dos direitos e, por isso, era vista com mais preocupação do que chacota.

A escalada da mulher ao voto era vista de maneira desconfiada também por Mário Melo, articulista do *Diário de Pernambuco* e *Jornal Pequeno*, afirmando que “enquanto os homens de vergonha alistados como eleitores faziam praça de abster-se da pouca vergonha das nossas eleições, as mulheres caprichavam por querer trocar as panelas de suas cozinhas pela panela política” (O voto feminino. **Jornal Pequeno**. 15 set. 1931, p. 1). Contudo, a luta pelo sufrágio feminino tomou cada vez mais força no Recife, como os próprios jornais demonstravam. Mário Melo criticou a criação de dois movimentos, acreditando que nem entre elas existia consenso.

Quando foi fundada aqui uma das cruzadas femininas – digo uma das Cruzadas porque as saias se assanharam em a nova República e querem bancar os Barbas-roxas e os Bonifácios – tive oportunidade de divergir da campanha feminista, prometendo aplaudi-la quando apresentasse finalidade mais compatível com o meio social. Antes de fazê-lo agora, estranho que haja no Recife duas Cruzadas femininas, ambas com o mesmo título, ambas com o mesmo programa, mas em guerra surda. Parece que as mulheres só chegam a acordo quando discutem modas, para imitar servilmente os figurinos de Paris... (As Cruzadas Femininas. **Jornal Pequeno**. 7 ago. 1931, p. 1)

O feminismo sofreu várias críticas, sendo tratado como estrangeirismo ou uma “modinha” oriunda da Europa. Mário Melo seguiu esse caminho, desqualificando o discurso feminista que ainda se estruturava na cidade. Para o articulista, o feminismo que intencionava direitos políticos não merecia seu apoio, pois não condizia com a realidade do Brasil. Ele apoiava, por exemplo, o amparo às mulheres viúvas. Essa seria uma pauta útil do feminismo, o voto, não. O feminismo para Melo era outro assunto. Isto é, ele concordava com o caráter assistencialista do feminismo, como o acolhimento às viúvas desamparadas⁵, mas entrar no “lamaçal da política” parecia destoar do ser feminino. A moda era algo mais apropriado para elas. Continua:

⁵ A Cruzada Feminista Brasileira criou uma “Caixa Beneficente” para ajudar as viúvas desamparadas.

Imagine-se que, numa cidade como o Recife, ainda não é possível conciliar, dentro dum programa idealista, duas dúzias de saias que aspiram as posições políticas! Que não seria num parlamento em que algumas delas tivessem voto? Nem se pode dizer que as duas Cruzadas pernambucanas marcham separadamente, mas por estradas paralelas em busca da mesma Jerusalém. O que parece é que marcham para um encontro com a divisa: nada nos une; tudo nos separa. Ainda bem para nós homens... (Ibidem).

O colaborador do *Jornal Pequeno* acreditava que os dois movimentos feministas eram iguais em suas ideias. Nome igual e uma mesma pauta de luta. Essa visão de mundo do autor justificava seu antifeminismo, acreditando que as mulheres só se uniam com relação a questões de moda (francesa), de forma servil. Os movimentos, para ele, já nasciam sem credibilidade. Essa divisão entre as feministas, ironizava, era boa para os homens, que continuariam dominando a política. Diferentemente do que o autor acreditava, no entanto, existiam diferenças entre tais movimentos, como a questão religiosa e o divórcio.

Por outro lado, no próprio *Jornal Pequeno* havia espaço para opiniões contrárias à inferiorização da mulher. O debate sobre o papel da mulher no mundo “moderno” e do acesso ao meio político era constante. As mulheres dos anos de 1930 rebatiam as opiniões que as desagradavam, de forma indireta, como fez uma escritora que não se identificou, afirmando: “Não, a mulher não é o ser frívolo, misto de perversidade, inconseqüência e sedução, a boneca gentil, mas fértil, que uma injusta e inexplicável hostilidade ancestral do homem escolheu para símbolo de nulidade intelectual” (O valor intelectual da mulher na sociedade moderna. **Jornal Pequeno**. 17 nov. 1931).

Ela continua argumentando sobre um ponto importante na desigualdade entre os sexos: a educação:

Se à mulher, desde sempre, fosse permitido instruir-se, prover-se de conhecimentos, profundar ciências, desenvolver, enfim, o ser intelecto a par do homem, e acionar livremente, em igualdade de circunstancias, em todos os campos da atividade mental e social, sem restrições de leis, nem coações de garantias, a sua comparência nos altos plainos do pensamento e das grandes realizações da inteligência humana, seria frequente e indiscutivelmente validosa. (Idem)

Era rara a educação para as mulheres e, quando havia, ficava restrito a mulheres de famílias abastadas. Não existia igualdade no acesso à educação entre os sexos. Para os homens, era proposto o ensino secundário, que destinava aos cursos superiores. Para as mulheres, eram designadas as escolas normais, que estavam ligadas à profissionalização e à vida no lar (SOIHET, 2006).

O reclamo de Freyre na epígrafe se devia justamente ao que o autor entendia como a perda dos valores domésticos determinados ao sexo feminino. Elas, por exemplo, desejavam acessar os cursos superiores. Por isso, o feminismo era muitas vezes visto como rival ao mundo masculino, prevalecendo a ideia de que a mulher iria tomar o lugar do homem nas atividades públicas.

A mulher age, como uma força perfeitamente igual ao homem, sendo sua rival na luta pela vida; sim, muito superior ao de seu companheiro de sexo oposto, mas diferente, por que consegue atuar no mundo inspirando o homem, impelindo-o ao progresso. [...] Assim aceitamos, como verdade incontestada, que a mulher atua eficientemente na evolução humana, sem precisar se acotovelar com o homem, mantendo uma atividade perfeitamente igual à dele. (Prólogo de um livro póstumo. Perfil físico de alguns governadores de Pernambuco. **Jornal Pequeno**. 26 dez. 1931, p. 1)

Já existia uma “harmonia natural” entre os sexos e a entrada da mulher na política violaria sua “verdadeira natureza feminina” (BESSE, 1999, p. 215). Essa seria uma das interpretações do antifeminismo. A mulher já teria seu lugar específico no campo do privado. Isso poderia ser justificado por uma inferioridade intelectual e também fisiológica.

Na reparação dessa injustiça reside grande dificuldade. É impossível estabelecer-se a igualdade absoluta dos dois sexos. As diferenças fisiológicas impõem necessariamente a diversidade quanto aos direitos e deveres. Devemos chamar a colaborar na solução do problema na parte mais interessante ao belo sexo. Não se compreende porque a mulher sempre tem sido afastada dos parlamentos e da elaboração de leis que regulam a sua situação perante a sociedade. (O Sr. Antônio Amaral Vieira fala sobre o voto feminino. **Diário de Pernambuco**. 7 out. 1931, p. 8)

Antonino Amaral Vieira, em aparente contradição, não compreendia a exclusão da mulher da política institucional, mas justificava a dificuldade em estabelecer a igualdade de gênero, devido às diferenças fisiológicas. Essa perspectiva fisiológica, de acordo com a historiografia do Rio, estava respaldada pela ciência da época, em que a mulher era supostamente mais frágil e menos inteligente, sendo, por isso, inadequado o seu acesso à política (SOIHET, 2012).

Os médicos afirmavam que “a mulher foi formada para sentir como o homem foi criado para pensar” (SOIHET, 2006, p. 21) e, se a mulher apresentasse uma inteligência superior, poderia desenvolver “doenças, comportamentos aberrantes, esterilidade, degeneração racial, eram alguns dos perigos decorrentes da inversão

desse princípio, inclusive porque do desenvolvimento do cérebro feminino resulta a atrofia do útero” (Idem).

O debate antifeminista ocorria no momento em que se julgava a pertinência com relação ao voto feminino. A luta pelo voto sobrevinha há pelo menos vinte anos, mas com o posicionamento favorável de Getúlio Vargas (1882-1954) o tema tornou-se cada vez mais recorrente nos jornais. Aí se avalia a capacidade intelectual da mulher, seu verdadeiro lugar na sociedade. Qual é o papel da mulher no mundo “moderno”? “No lar, na educação dos filhos, norteando o marido pelo seu fluido inspirador, a mulher moderna torna-se não só a coluna básica da família, como uma força progressiva em prol da humanidade” (Prólogo de um livro póstumo. Perfil físico de alguns governadores de Pernambuco. **Jornal Pequeno**. 26 dez. 1931).

A mulher moderna estava do lado do homem em seu crescimento, sendo uma peça basilar na perpetuação da família. Tal discurso reafirmava a ideia, rechaçada pelo feminismo, de que a mulher não era apenas uma extensão do homem e protetora da família. Nascimento (2013, p. 45) afirma que a procriação estava entre os “deveres verdadeiramente femininos”, pois existia uma “responsabilidade inscrita em sua natureza, em seu corpo, em sua essência, e da qual nenhum direito político poderia isentá-la”.

No cenário nacional, percebemos o papel “natural” das mulheres também reafirmado pela Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, seguindo o programa de fortalecer a fé católica. Plínio Salgado, líder do movimento, afirmou que o feminismo não representava a libertação das mulheres, mas sua própria escravidão. Para ele, as mulheres deveriam rechaçar as ideias atuais e seguir em seu papel “natural” de esposa, mãe e educadora dos filhos, fortalecendo a família tradicional brasileira (BESSE, 1999, p. 219).

De acordo com Branca Moreira Alves (1980, p. 55), existiam “características femininas” específicas, sendo as mulheres de “natureza doce, terna, obediente, passiva, de inteligência intuitiva, mais afeita às lides com as crianças do que as abstrações intelectuais, de composição orgânica frágil, dada aos achaques e histerismos”. Uma série de características que justificava a inferiorização da mulher, inclusive, perante a “ciência”.

Em 1931 já era evidente a participação da mulher no mundo político, em nível nacional. Contudo, o anteprojeto que garantiria o voto feminino trazia alguns aspectos

que destoavam do ideário feminista brasileiro: para votar, a mulher teria que ter um emprego e se fosse casada ainda precisava da aprovação do marido.

João Cabral, perguntado sobre a reforma eleitoral, concordou com a “restrição feita às casadas”, achando mesmo possível a exclusão dessa restrição. Entretanto relembra que as restrições são mínimas, pretendendo-se a “boa ordem das relações privadas da família brasileira, na hora presente” (A reforma eleitoral. O Sr. João Cabral fala ao “Diário da Noite” sobre as críticas a lei eleitoral. **Diário de Pernambuco**. 29 set. 1931, p. 10). Ele ainda ressaltou que se a mulher tinha o consentimento do marido para trabalhar, logo aprovaria que a mulher exercesse o direito ao voto. Ele não pregava pela independência da mulher, mas, sim, pela concessão que o homem naturalmente faria a sua mulher.

Nesse cenário, o Código Civil de 1916 tinha grande influência. O documento tratava a mulher como um ser inferior ao homem, “relativamente incapaz”, necessitando de proteção, orientação e aprovação do marido (CORTÊS, 2012). O homem, por exemplo, decidia tudo sobre os filhos menores. A mulher só teria poder sobre os filhos se o marido estivesse ausente ou morrido. A justificativa era que “na mulher, a emoção predomina sobre a razão, tendo o homem mais discernimento para avaliar o que é melhor para o filho” (CORTÊS, 2012, p. 266). O homem era o “cabeça do casal” e detinha o “pátrio poder”, que determinava onde seus dependentes iriam viver, onde iriam trabalhar e decidiam sobre os bens da família (CAULFIELD, 2000, p. 64). Alexandre Zarias elenca os pontos do Código que traduzia esse espírito da lei:

a) para o casamento de filhos menores de 21 anos, [com] o consentimento dos pais, prevalecendo a vontade do marido nos casos de discordância; b) o marido é o chefe do casal, competindo a ele administrar os bens particulares da mulher, fixar e mudar o domicílio do casal e **autoriza a profissão da esposa**; c) o juiz pode ordenar a separação dos filhos da mulher que contrai novas núpcias se provado que ela ou o novo companheiro não os trata convenientemente; d) a mulher que se casa novamente perde, quanto aos filhos do casamento anterior, o direito ao pátrio poder; e) compete ao pai o direito de nomear tutor aos filhos. (ZARIAS, 2008, p. 59, Grifo nosso)

O casamento por muitas vezes era visto como um entrave para as feministas que desejavam tomar suas próprias decisões. De acordo com o Código, de fato, o homem sempre detinha a decisão final no matrimônio.

Com o advento do voto feminino, crescia o medo entre os homens, pois seriam governados por mulheres: “o sufrágio feminino vem-se desenvolvendo por aí afora de maneira alarmante para o chamado sexo forte que está sentindo visto ser forçado a transmitir ao fraco a hegemonia política e administrativa” (Não estará o mundo destinado a ser governado por mulheres? **Diário de Pernambuco**. 11 out. 1931, p. 16). O escritor, que não se identifica, lembrava que na Inglaterra as mulheres já haviam ultrapassado aos homens em números de eleitores. Para ele, ainda, esse “fato deve ser objeto de preocupação para nós brasileiros que vamos ter agora as filhas de Eva comparecendo às urnas” (Idem).

O anteprojeto causava desconfiança entre os articulistas. Alguns concordavam com o voto feminino, mas tinham dúvidas sobre o momento propício para se “conceder” tal direito.

Sobre o anteprojeto do alistamento eleitoral, ocupa-se do voto feminino dizendo que a projeção brusca da mulher brasileira no cenário tumultuoso da política sem o estágio de um período de preparação parece-nos uma temeridade cujas conseqüências perniciosas não será fácil calcular. Nesse problema não é só a capacidade da mulher que deve ser tomada em consideração, mas também, principalmente, a conveniência social do novo papel que se lhe vai confiar. (O “Estado de S. Paulo” e o voto feminino. **Diário de Pernambuco**. 16 set. 1931, p. 8)

Não havia aí uma oposição ao voto feminino e nem a sua capacidade intelectual, mas uma perspectiva de “conveniência social”. Ainda não era o momento das mulheres votarem, avaliava. É importante pensar na concepção de que a mulher era marcada pela emoção. Suas atitudes eram tomadas pelo coração e não pela razão. O homem era a razão e a mulher o coração no mundo moral da época (BESSE, 1999, p. 217).

No período da constituinte de 1934, o deputado por Santa Catarina se posicionou “visceralmente” contra o voto feminino, argumentando:

Sou visceralmente e intransigentemente contrário ao voto feminino, por que somente o lar da mulher pode prestar serviços à sociedade e a pátria. Além disso sou pelo voto de qualidade essencialmente representativo e socialmente expressivo. A mulher pode dar esse voto? Certo que não. Digo isto, pelo menos diante do que venho observando no Brasil, e em torno do que gira toda a minha tese desenvolvida sobre o panorama brasileiro. Encaremos a questão pelo seu lado prático. A verdade é que a mulher brasileira votando, será levada pela vontade do marido, do irmão mais velho ou pelo amigo mais sincero (O deputado Aarão Rabelo é contra o voto feminino. **Diário de Pernambuco**. 23 mar. 1934, p. 1)

A mulher, para ele, não teria autonomia ao votar, sendo influenciada por seus familiares e amigos. Elas eram vistas de forma subalterna. Já Othon Fialho de Oliveira não discordava do voto feminino. Para ele, a mulher não era eleitora nos quarenta anos de eleições no país, pois não queria perder o “escrúpulo” do encanto de sua brasilidade (O voto e a mulher brasileira. **Jornal Pequeno**. 24 out. 1932, p. 1).

Diversos temas antifeministas foram destilados por articulistas nos jornais do Recife. Mas essa euforia de textos abordando o tema, como vimos, deu-se primordialmente pelo fato concreto da escalada da mulher pelo direito ao voto e continuou mesmo após o acesso. Othon Fialho (O voto e a mulher brasileira. **Jornal Pequeno**. 24 out. 1932, p. 1) continua afirmando que:

[...] uma nova fase vem trazer-nos a recente lei. Que seja a letra do decreto a pura expressão da vontade dos brasileiros, começando a mulher patrícia a usar do direito de voto neste século de mutações e progresso, não vindo ela, porém, na embriaguez do seu novo direito esquecer a grandeza da sua **verdadeira função sobre a terra**. (Grifo nosso)

Por mais que esse direito fosse uma realidade, havia uma “verdadeira função sobre a terra” que as mulheres não deveriam esquecer. Assim, Othon Fialho afirmava, novamente, o “lugar” da mulher, ainda que concordasse com tal direito. Pois, mesmo que pudessem votar, a verdadeira realização do feminino ocorreria apenas no papel de esposa e mãe (BESSE, 1999).

O excesso de emoção feminina, que faz agir com o coração, favorece Godofredo Freire a reafirmar a inconstância emotiva da mulher:

Que seria da mulher (com raríssimas exceções, é certo) servindo de jurada, num julgamento de um caso escabroso, que, por vezes, fala a razão e, nunca, o coração? A mulher, [...] e com muita razão, é para a direção do lar, onde a sua ação, pela complexidade dos seus aspectos, demanda muito tato e absoluto conhecimento dos misteres a que ela se entrega no labor continuado e fecundo do seu tríplice papel de filha, esposa e mãe. (O feminismo. Carta aberta ao desembargador Santos Pereira. **Jornal Pequeno**, 20 fev. 1933, p. 1)

A mulher em seus papéis de filha, esposa, mãe e dona-de-casa é reafirmada, como vimos em outros momentos. Além da sua natureza de cuidadora da família, a mulher tinha um caráter emotivo que a impossibilitava de atuar como jurada, afinal é o “coração da humanidade” (BESSE, 1999, p. 217). Godofredo Freire continua, com relação ao debate sobre a emancipação feminina, argumentando que a mulher tenha

uma emancipação relativa, isto é, mesmo que vote, esteja consciente do seu dever precípua que são os afazeres do lar e a criação dos filhos:

Que a mulher tenha uma emancipação relativa; que a mulher auxilie dentro das suas possibilidades o pai, o irmão, o marido, no afã da luta pela vida; que a mulher não seja a escrava do homem; que a mulher se dedique de corpo e alma à sua arte, que é o aperfeiçoamento sempre crescente da felicidade do lar, e ela julgar-se-á compensada de viver feliz. (O feminismo. Carta aberta ao desembargador Santos Pereira. **Jornal Pequeno**, 20 fev. 1933, p. 1)

Para Godofredo Freire, as feministas tinham declarado guerra aos homens. Ele comentou que uma “ilustre dama da nossa sociedade, casada, modelo de virtude, preconiza às suas irmãs de sexo, guerra aos homens” (Guerra aos homens? **Jornal Pequeno**, 23 mar. 1933, p. 1). Não fala que ilustre mulher seria essa. E, considerando que a mulher, por natureza, tem funções restritas, que são completamente diversas das do homem, afirmava que esse momento de guerra aos homens iria terminar: “passado o embate nas urnas, vindo o advento constitucional, veremos todos que a mulher, perfeitamente identificada com as diretrizes, traçadas pelo homem, diminuirá um pouco o seu ardor belicoso” (Idem).

Possivelmente nenhuma mulher tenha declarado guerra aos homens, como afirma Godofredo Freire. Contudo, o acesso à cidadania política das mulheres era muitas vezes interpretado como tal. As mulheres não propuseram nenhuma perda de direitos masculinos, mas o fato das mulheres conquistarem direitos políticos já seria considerado uma, dentro de um mundo privilegiado e hierarquicamente constituído. Era um lugar historicamente masculino e que estava sendo ocupado também por mulheres. Mesmo com a participação feminina, as diretrizes seriam traçadas pelos homens.

Nery de Souza rebate o discurso que as mulheres são incapazes de realizar afazeres confiados aos homens:

A doutrina de que ela deve ficar restrita a sua situação de administradora do lar não pode ser aceita por que não consta que a mulher no Brasil seja um entrave na vida do homem, ou já lhe tenha estorvado as suas idealizações mais nobres. Não estamos de acordo com aqueles que pensam de modo contrário à inclusão da mulher na política. O Código eleitoral vigente assegurando-lhe o exercício de voto esboçou uma nova fase através da qual ela vai dizer muito alto de sua capacidade de organização e construtora. (A mulher na política. **Jornal Pequeno**, 21 fev. 1933, p. 1)

Para essa escritora, a mulher tinha capacidade de desempenhar atribuições tipicamente masculinas, inclusive porque o próprio código eleitoral ratifica a capacidade feminina.

Outra discussão que foi colocada nos jornais foi a participação da mulher no voto secreto, haja vista que as eleições que se aproximavam, em 1933, seria a primeira experiência do voto secreto no Brasil. Nesse contexto, Paulo Gustavo escreveu no *Diario de Pernambuco*, desacreditando da capacidade da mulher em guardar segredo após o momento do voto. Para ele, acertaram quando instituíram o voto feminino, mas erraram quando fizeram em caráter secreto. Sua argumentação se pauta na perspectiva que a mulher não sabe guardar segredo: “Quem será capaz dessa façanha: realizar o voto secreto com mulheres?”. Ele mesmo respondeu à pergunta que formulou: “Ninguém! Porque o segredo é uma espécie de veneno mortal para as mulheres. Elas não sossegam enquanto não eliminarem por todos os poros. Do contrário, morreriam!” (O voto secreto e as mulheres. **Diario de Pernambuco**, 30 abr. 1933, p. 2). Ressaltava, contudo, que este problema seria resolvido em consonância à ideia de um estudioso inglês chamado Bartha que afirmava que as mulheres eram discretas quando amavam.

Mesmo assim o articulista não acreditava na discrição feminina, ironizando que “seria mais fácil fazer o sol andar a volta da lua ou tornar a terra quadrada do que fazer discreta uma mulher” (Idem). Paulo Gustavo aconselhava o governo a investigar a veracidade do estudo de Bartha e sendo correta, perguntar à eleitora antes de votar se ela amava ou não. As que amavam poderiam votar sem maiores perguntas. Já as que afirmassem que não amavam, passariam por várias perguntas no intuito de esclarecer que elas não poderiam contar a ninguém em quem votaram, pois, o voto era secreto.

Aos olhos de hoje essa questão nos parece uma brincadeira, mas, na época, não era. Era um assunto sério que preocupava o governo, devido às fraudes eleitorais e ao voto de cabresto, tão comum na chamada República Velha (1889-1930). Existia, portanto, uma preocupação demasiada sobre o segredo do voto: ninguém poderia falar em quem votou, nem para o melhor amigo ou marido; voltando a mulher a ser vista apenas pela questão da emoção.

Humberto de Campos acreditava que as mulheres poderiam ter mais sucesso na política do que os homens. As mulheres não teriam responsabilidades financeiras

no lar, por isso poderiam agir com autonomia na política, sem medo de nenhum tipo de represálias.

A mulher está, na verdade, entre nós, mais apta a ser independente em política do que o homem. O político brasileiro é sempre um chefe de família, premido por enormes responsabilidades financeiras. Romper com o Governo; desgostar o Governo, divergir do Governo, não representa para ele simplesmente o ostracismo, o afastamento das posições, a perda de prestígio pessoal: representa a fome na sua casa; representa a discórdia doméstica, a indignação das filhas sem conforto, dos filhos sem colégio e da parentela numerosa que vive quase sempre à sua custa, no regido patriarcado. (As mulheres e a política. **Diário de Pernambuco**, 4 mai. 1933, p. 3)

Existe aí uma concepção social do mundo político. De fato, as mulheres que buscavam ascender nas eleições que se aproximavam eram de famílias de classe média. Em seu entender, as mulheres estariam isentas dos deveres financeiros:

A mulher vai entrar para o parlamento sem esses deveres e responsabilidades. Casada, o marido é o responsável pela manutenção do lar. O seu voto é livre, porque ela não tem necessidade de convertê-lo em pão para a despesa do casal. Solteira, as suas despesas são pequenas, quase insignificantes. (As mulheres e a política. **Diário de Pernambuco**, 4 mai. 1933, p. 3)

Em qualquer situação, a mulher tinha menos despesas que o homem, afirmava Humberto de Campos, confirmando uma visão de subalternidade.

De qualquer modo, as responsabilidades econômicas da mulher são incomparavelmente inferiores às do homem. O que uma senhora elevada à Câmara ganhar, é dela própria. Dela só. O marido continuará a sustentar a casa, a educar os meninos, a pagar as contas do fim do mês. Se a mulher as submeter a injunções políticas, não encontrará para isso, a menor justificação. Esperamos, pois, os acontecimentos. A mulher brasileira poderá se quiser salvar o Brasil. Todas as circunstâncias militam a seu favor. O eleitor não lhe pedirá dinheiro, como pedia e continuará a pedir aos deputados masculinos. [...] não há razão nenhuma para que ela vote contra a sua consciência. (Ibidem)

O homem se corrompia por depender financeiramente do parlamento, já a mulher não teria essa dependência, podendo, ela, salvar o Brasil.

Outra discussão de cunho antifeminista gerada pela cidadania política foi que se a mulher tinha tal direito político também deveria ter a obrigação de servir ao exército, o chamado há época de “imposto de sangue”. Essa foi uma bandeira levantada pelo general Góis Monteiro que destacava que o serviço militar deveria ser

obrigatório para as mulheres, pois se elas obtiveram os mesmos direitos dos homens, também deveriam compartilhar os mesmos deveres (O serviço militar para as mulheres. **Diário de Pernambuco**. 14 jul. 1933, p. 1).

Quem tem direitos, tem conseqüentemente obrigações. Não era justo, pois, que as mulheres podendo votar e ser votadas, funcionar como juízes de fato, bacharelar-se e tudo mais, estivessem dispensadas do serviço militar. A idéia lançada nesse sentido alvoroçou os arraiais feministas e a argumentação dos dois pesos e duas medidas encheu os memoriais das delegações feministas. Como exigir-se tamanho esforço do sexo frágil? (As mulheres no exército. **Diário de Pernambuco**. 27 mar. 1934, p. 3)

Apesar de a ideia da mulher não servir ao exército devido as suas limitações físicas haverem justificado, por muito tempo, sua incapacidade política e os afazeres do ambiente público, não obrigar a mulher ao alistamento militar era injusto para os homens, de acordo com quem apoiava essa causa.

Essa questão mobilizou ainda mais as mulheres do Rio de Janeiro. A ideia se justificava numa concepção de direitos e deveres iguais entre homens e mulheres. A mulher que agora acessou a cidadania política deveria ser tratada como homem. Os homens, por isso, não deveriam ceder lugar às mulheres nos bondes. Deveria acabar com o antigo tratamento que o homem dispensava às mulheres, pois findou o tempo de sua “inferioridade” (Idem).

1.3 Nas páginas da Revista “P’ra Você” (1932-1933)

Mentem as mulheres com tanta graça, que nada lhes fica melhor do que a mentira.

(Lorde Byron)⁶

As palavras de Lorde Byron⁷ figuraram nas páginas da revista *P’ra Você*, na edição 21, de 1932. Apesar de ser uma revista dedicada às mulheres, tinha, muitas vezes, um caráter antifeminista que, por ser tão naturalizado, com opiniões recorrentes, não causava estranheza entre as suas leitoras.

A revista *P’ra você* surgiu em 22 de fevereiro de 1930, sendo propriedade do *Diário da Manhã S.A.* À época, a revista circulava semanalmente até ser suspensa no

⁶ *P’ra Você*. 1932, p. 3.

⁷ Byron foi um poeta inglês do século XIX que influenciou a chamada segunda geração romântica no Brasil, como Álvares de Azevedo (BOSI, Alfredo, 2006, p. 93).

meio do ano. A revista ressurgiu, no ano de 1932, com circulação quinzenal (NASCIMENTO, 1966). Esta revista, diferentemente dos jornais do Recife, utilizava charges e figuras em suas páginas antifeministas. Entretanto, não podemos comparar com as charges do Rio de Janeiro, por exemplo, onde a ascensão do feminismo teve maior repercussão social.

Em seu editorial, a revista explicava o caráter inovador da sua segunda fase, diferenciando-se de outras revistas da cidade: “habituaamo-nos, infelizmente, a favorecer as publicações do Rio que são, na sua quase totalidade, malfeitas, sem originalidade nas suas ilustrações, sem escrúpulos na sua parte escrita, recortadas, automaticamente, dos ‘magazines’ europeus” (**P’ra Você**. 31 out. 1932, p. 13). De fato, a grande parte do material produzido foi da própria revista, característica que nos motivou a analisá-la, mas, sobretudo, porque é uma revista dedicada às mulheres. As charges e ilustrações foram feitas especialmente para a revista, por Manuel Bandeira e J. Ranulpho.

A ideia empregada de antifeminismo corrobora com a perspectiva de Rachel Soihet (2006; 2013), que compreende esse termo não só pelo ataque direto às feministas, mas qualquer intenção de inferiorizá-las, física ou psicologicamente. As opiniões tinham o caráter de diminuir a mulher e, também, de justificar a hegemonia masculina no âmbito público e político (2013, p. 90-91).

Uma das charges mais famosas do período, no Rio de Janeiro, foi da Revista da Semana (1934), que ridicularizava a mulher, que, engajada no movimento feminista, deixava, por isso, o filho desamparado.



Figura 1. A mulher na política

Fonte: Revista da Semana (1934). Autor: Raul *apud* SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 227.

Só a ideia de “partido mulherista” denota uma ideia da perspectiva egoísta da mulher, na qual excluía a família de sua vida para pensar em si e em seus ideais. A revista *P’ra Você* do Recife, entretanto, trata tais questões de forma mais sutil, mas não menos antifeminista em seu caráter simbólico. Em texto da edição 19, a ilustração de Manuel Bandeira, retrata a posição inferior que a mulher deveria permanecer para o homem, no caso da imagem, seu marido. O título era “Ah! Se eu fosse minha própria mulher...”



Figura 2. Ah! Se eu fosse minha própria mulher

Fonte: P'ra Você. Número 19, 1932, p. 31. Autor: Manuel Bandeira

A mulher está em segundo plano na ilustração. De acordo com o texto da revista, a mulher não deveria atrapalhá-lo enquanto lia seu jornal: “se eu fosse a minha mulher, permitiria ao meu marido que lesse sossegadamente [...] enquanto tomasse o seu aperitivo, o que é sempre preferível a que o leia no banco ou na rua expondo-se a perder o ponto de parada ou ao perigo de ser atropelado por um automóvel” (Ah! Se eu fosse a minha própria mulher... **P'ra Você**. 31 out. 1932, p. 31).

À primeira vista, parece-nos uma ilustração sem maiores conotações que, de alguma forma, inferioriza a mulher. Mas a própria matéria da revista justifica a ilustração, em que reafirma o seu lugar “natural”. O autor, que não se identifica, pensa a vida conjugal tal qual uma mulher deveria pensar:

Se eu fosse minha mulher não permitiria que meu marido perdesse tempo e chegasse retardado as suas ocupações por causa de um miserável botão de camisa, escondido não se soubesse onde. E, desde logo, não só trataria de ajudá-lo no possível para diminuir as suas preocupações e trabalhos, como lamentaria profundamente que ele tivesse tanto que fazer, enquanto eu, com uma empregada, em duas horas arranjaria, sem gastar o cérebro e os nervos, toda a nossa casa. Diria a mim mesmo não ser mais do que o meu dever velar por meu marido e ter a casa em ordem, fazendo alegremente o meu trabalho, que é pouco em comparação com as muitíssimas ocupações que ele tem a cumprir. (Idem)

A ilustração e o texto retrataram o papel da mulher na família: seu lugar eternizado nos afazeres do lar. O homem, na imagem, está com roupas próprias para a vida pública e a mulher com roupas de dona-de-casa. A vestimenta masculina implica responsabilidade, a da mulher não, como afirma o próprio autor:

Enfim, se eu fosse minha mulher, agradeceria todos os dias ao meu marido ao encarregar-se de tudo quanto implique responsabilidade, e nos faça falta para viver. É, agarrando um lápis e um pedaço de papel, faria o seguinte cálculo: responsabilidades: do marido, 90 por cento; da mulher, 10 por cento. **Daí não me sairia mais da cabeça esta verdade: o marido deve ter um pouco mais de direitos que a mulher** (Idem. Grifos nossos).

Tal justificativa representa um círculo vicioso, configurado na desigualdade de gênero. A mulher era impedida de trabalhar fora de casa porque deveria cuidar dos filhos e do próprio lar, conseqüentemente, deveria ter menos direitos que os homens. Ora, se a mulher arvorasse por direitos políticos era impedida porque não trabalhava e porque já possuía seu “lugar natural” na sociedade, mas se optava pela vida política e por trabalhar, destruiria a harmonia familiar. Há aí um impasse que dificultou por décadas a ascensão do feminismo no Brasil.

Na edição 28 de 1933, as opiniões que justificam o “lugar” da mulher reaparecem, desta vez, com exemplos de todo o mundo e também dos lugares em que a conduta feminina destoava de sua “natureza” e não deveria ser seguido em nosso meio. Aluizio Azevedo intitulou sua matéria de “Páginas esquecidas”, reafirmando o papel da mulher. Iniciou o artigo criticando a postura feminina da Espanha e dos Estados Unidos, países nos quais, cada vez mais, as mulheres se masculinizavam:

[...] a mulher de qualquer dos dois (EUA e Espanha) [são], em regra geral e por processos opostos igualmente leviana e traiçoeira, fazendo ambas do adultério, não já uma simples preocupação de gozo inconfessável, mas, o que é pior, um hábito banal da existência, uma espécie de direito individual, um legítimo exercício da própria vontade... (Páginas esquecidas. **P'ra Você**. 25 mar. 1933, p. 36)

O que parece surpreender Aluizio Azevedo é a liberdade sexual da mulher estadunidense e espanhola, em sua prática legítima de “uma espécie de direito individual”. Sabemos que a ideia da época era que a mulher deveria ser casta, casando virgem e mantendo-se fiel até sua morte, base indissolúvel da sociedade cristã. A honra e a moralidade eram supostamente os valores mais estimados pelo povo brasileiro (CAULFIELD, 2000, p. 115). A mulher quando ousava a liberdade sexual

ou se interessava por questões políticas, por exemplo, excedia os valores que lhes eram imputados pela sociedade. Assim, estes são atos considerados como “masculinização” do ser feminino. Mas outros fatores também entram nessa ideia, como Aluízio Azevedo afirma, utilizando as norte-americanas como exemplo:

[...] a norte-americana tem a pretensão de fazer-se igual ao homem e principalmente por **copiar-lhe a liberdade do pensamento, acabou por macaquear-lhe também a liberdade dos atos**. Começou ela por imitar-lhe o colarinho, a gravata, o chapéu, a bengala, depois passou a imitar-lhe os jogos de exercício e a vida de clubes, e afinal imitou-lhe os vícios, desde a tranquila partida de poker antes da ceia, até a agitada “partie d’amour” depois do último gole de cognac. (Páginas esquecidas. **P’ra Você**. 25 mar. 1933, p. 38. Grifos nossos)

A política, o pensamento, a vida pública, o *flirt* são próprios do ser masculino. Quando as mulheres entram nessa seara, as críticas revelam o aspecto “invejos” da mulher em tomar o “lugar” do homem. Tal retórica antifeminista foi igualmente aplicável ao espaço recifense. O autor explica que tal inversão das relações de gênero não se assentaria nas sociedades orientais, dando o exemplo do Japão:

Pois, senhores, com a mulher japonesa enquanto viver está fechada no anel de ferro da restrição moral em que até hoje viveu, jamais acontecerá, nem poderá acontecer semelhante coisa, porque ela, bem longe de querer ser homem, não lhe discute sequer os direitos de superioridade sobre ela, conservando-se perfeitamente satisfeita e feliz no **círculo feminino e passivo que lhe traçou a natureza**, sem pretender nunca estender fora dele a sua frágil mão feminina, para apoderar-se de violentas regalias que repugnam a delicadeza do seu sexo e aos melindrosos deveres do seu estado, como submisso auxiliar na obra da família. (Idem. Grifos nossos)

O “lugar natural” da mulher, mais uma vez, é colocado para justificar a inferioridade feminina. Ele continua afirmando a relação entre os sexos:

Enquanto o marido segue lá fora no bulício da vida livre e seu destino de homem e de senhor, ela, a doce prisioneira, guarda a casa que é dele; cria os filhos, que são dele e não dela, porque é toda dele, não só no corpo, mas na vontade, na inteligência, na alma, que ele se quiser impunemente apagar com um sopro. Mas o caso é que ela é sempre feliz, e a ela nunca lhe doe a cabeça (Páginas esquecidas. **P’ra Você**. 25 mar. 1933, p. 59).

Não havia o que reclamar: a mulher do Japão era feliz em sua doce prisão. Afinal, o destino dos sexos já havia sido traçado. Então, porque muitas das mulheres do Recife questionavam sua tida inferioridade? As inúmeras páginas antifeministas dos jornais e revistas comprovam que elas não aceitavam mais a condição de “doce

prisioneira”. Aliado à ideia de Aluísio Azevedo está a charge de Villares na edição 24 de 1933.

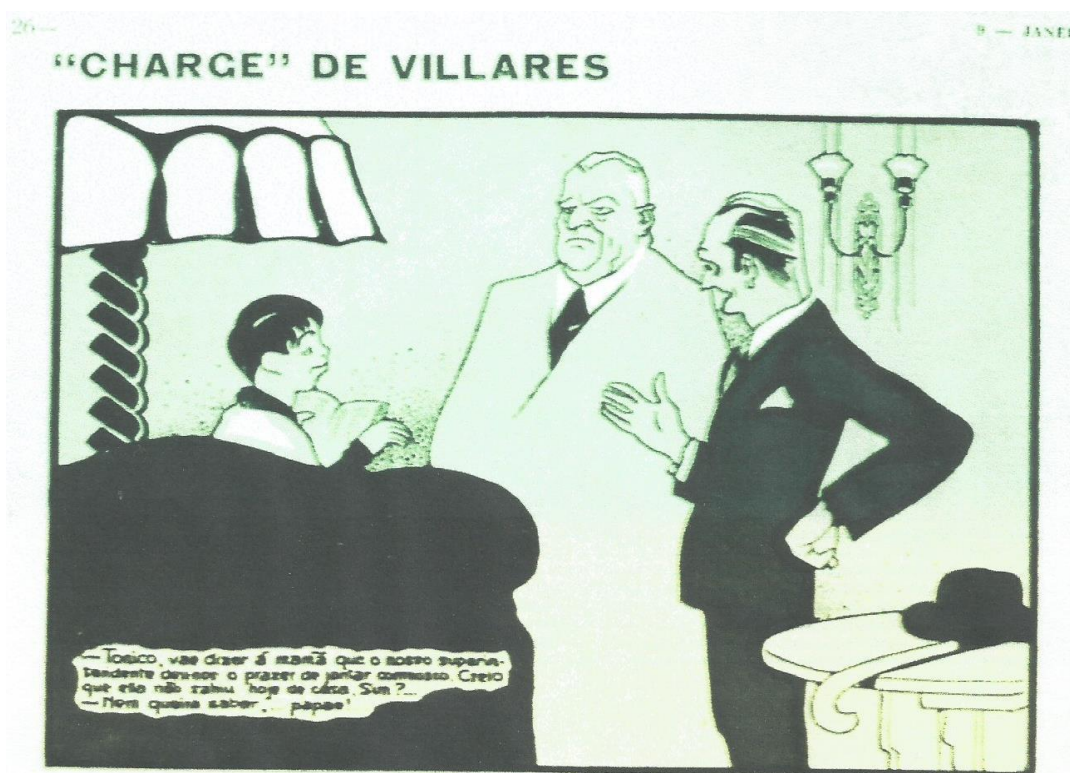


Figura 3. Esposa insubmissa

Legenda: –Tonico, vai dizer á mamãe que o nosso superintendente deu-nos o prazer de jantar conosco. Creio que ela não saiu hoje de casa. Sim? – Nem queira saber, papai!...

Fonte: *P’ra Você*. Número 24, 1933, p. 26. Autor: Villares.

A charge, aparentemente, não se relaciona à questão antifeminista. Contudo, reafirma a máxima da mulher dona-de-casa e mãe de família, que não pode se ausentar da casa, pois deve estar sempre de prontidão aos afazeres domésticos. As charges e ilustrações da revista *P’ra Você* são sutis, mas corroboram na perspectiva de manter a mulher submissa ao homem e apegada intrinsecamente à lide do lar.

1.3.1 A incapacidade física da mulher na revista *P’ra Você*

Uma das questões que justificavam o acesso limitado das mulheres à vida pública e política, como vimos, foi sua tida incapacidade física. A revista apresentou uma questão não abordada pelos jornais analisados. Foi o tema do exercício físico para as mulheres. Tal assunto irradiou diversas explicações que as inferiorizavam.

Na edição 23 de 1932, a revista afirmava logo no título da matéria “A mulher não deve praticar esportes”. O texto informava que existiam “profundas diferenças” entre os sexos, como a fisiológica, e o papel que deveriam desempenhar na sociedade.

Através dos preceitos higiênicos não é lógico nem humano olvidar-se a existência dos dois sexos. Alguém já disse que a infância não tem sexo e, partindo dessa premissa, de veracidade relativa, governos e educadores julgaram razoável e propício instruir e educar o menino do mesmo modo que a menina. Erro funesto esse que ocorreu anos! Ponhamos os conhecimentos em seu verdadeiro lugar: um e outro, quero dizer, menino e menina não vão exercer papel “diferente” na vida social? Ora, porque suas fisiologias em íntima conexão com suas anatomias, completam-se para integrar a unidade zoológica-humana. (A mulher não deve praticar esportes. **P’ra Você**. 24 dez. 1932, p. 43)

Em outras palavras, homens e mulheres desempenhavam papéis distintos na vida social e detinham estrutura anatômica diferentes, o que justificaria a exclusão para as mulheres dos exercícios físicos tidos como masculinos. Os exercícios femininos, segundo a revista, seriam os mais “leves”, como beisebol, patinação, futebol. Essa é apenas uma ideia inicial da matéria que foi mais além ao afirmar que o exercício físico acarretaria na mulher, filhos débeis e/ou afeminados:

Aparentemente eles são sugestivos e até inofensivos para as jovens [exercício físico]. Em breve, porém, o tempo se encarrega de lhes desfazer essa ilusão com o aparecimento das mais dolorosas conseqüências. Um exemplo edificante? Ouçamos o que diz a dra. Arabella Kernealy: “As mulheres, que desenvolvem os seus instintos femininos, fazem-no à custa da potencialidade masculina absoluta transmitida pelo pai a filha e conservada latente por esta para sua descendência masculina. As mulheres atléticas, por exemplo, produzem principalmente prole feminina e raras vezes filhos varões: quando tal acontece, entretanto, são esses em geral débeis e delicados, ou afeminados ou de tipo inferior”. (Idem)

De acordo com a médica, a mulher não poderia fazer exercícios físicos “masculinos” devido ao risco de conceber filhos afeminados e débeis, e se desenvolvessem o cérebro, como afirmava a ciência da época, poderiam atrofiar o útero, como observamos anteriormente. Tais ideias configuram a prática antifeminista, pois são perspectivas que inferiorizavam a mulher perante o homem e justificam seu lugar social: a mulher “nasceu” para o lar, afinal sua fisiologia

comprovava isso. A própria revista⁸ afirma que “Na realidade, a mulher não poderá nunca, pelas suas próprias condições físicas, biológicas, equipara-se aos homens em certas liberdades sociais” (Consultório sentimental. **P’ra Você**. 10 dez. 1932, p. 33).

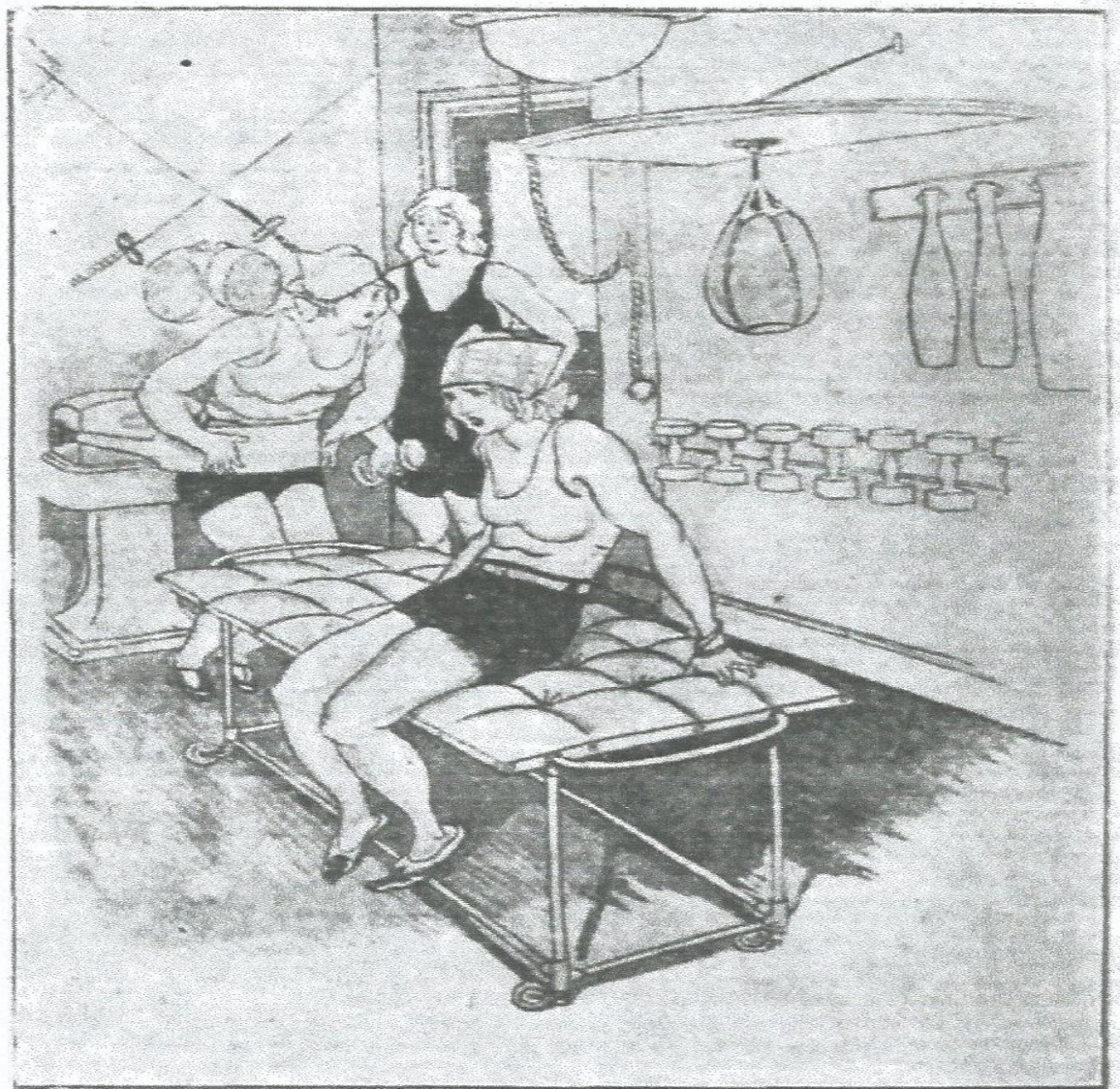


Figura 4. A fisiologia feminina não foi feita para os exercícios físicos

Fonte: P’ra Você. Número 21, 1932, p. 37. SEM autoria.

Esta ideia da incapacidade fisiológica feminina veio da Inglaterra, no qual ainda foi afirmada que o exercício físico causou em oitenta por cento das mulheres absoluta esterilidade. Sendo a esterilidade um dos maiores motivos para o divórcio, “o

⁸ A seção da revista intitulada “Consultório sentimental”, respondia perguntas das leitoras, a cargo da “Mulher Psicóloga”. A citação é uma réplica à leitora sobre possível traição do seu marido.

grande dissolvente da família moderna” (A mulher não deve praticar esportes. **P’ra Você**. 24 dez. 1932, p. 57). Contudo, esta notícia inglesa tinha o intuito de alertar “as mulheres latinas” para esta questão “alarmante”. Francisco Leonardo Ramos, compilador da notícia, afirma no final do texto:

Atente-se na gravidade da questão diante do rigor dos conceitos dessa raça forte [Inglaterra], bem nutrida e hereditariamente de sólida estrutura. Se os prejuízos decorrentes de práticas esportivas violentas são consideráveis para as suas mulheres, imagine-se o que acarretarão para as nossas jovens latinas **tão débeis, delicadas e sensíveis...** (1932, p. 57. Grifos nossos)

As mulheres das sociedades latinas são “débeis, delicadas e sensíveis”, adjetivos normalmente utilizados no discurso antifeminista. Em outro momento, a revista reafirmou sua posição contrária ao exercício físico, pois “além de outros motivos, há uma razão de ordem anatômica (a debilidade do coração) para contraindicar os exercícios sobremodos violentos” (Valor da educação física. **P’ra Você**. 9 jan. 1933, p. 30).

O que significa dizer que a revista *P’ra Você*, apesar de dedicar suas páginas às mulheres, reafirmava os discursos que as inferiorizavam social, econômica e politicamente.

1.4 Mulheres contra o feminismo

As mulheres também dialogavam com antifeminismo nesse período. Até mesmo Gilka Machado (1893-1980), feminista carioca, afirmou que a mulher perderia seu requinte de feminilidade tendo contato com a política (O direito do voto à mulher na opinião de uma poetisa brasileira. **Diário de Pernambuco**, 30 jan. 1932). É curioso o discurso de Gilka Machado, pois era uma ativa militante feminista no começo do século, fundado inclusive em 1910 o Partido Republicano Feminino. Oito anos depois o partido foi extinto e Gilka Machado passou a se dedicar apenas à poesia. Talvez tenha se decepcionado com a causa feminista nos anos que militou, tornando-se contrária ao movimento.

Já Maria Laura do Carmo Almeida, pianista e dona-de-casa, no Recife, afirmava que a mulher deveria assumir o posto de eleitora nos momentos emergenciais, pois já cuidava da família, não devendo por isso cuidar das coisas

públicas (A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**, 12 fev. 1933, p. 1).

Nair de Andrade, senhora da elite pernambucana, considerava importante a participação feminina na política e “vacilar agora no meio do caminho, seria trair o próprio pensamento”. Mas acreditava que as mulheres não poderiam “negligenciar os deveres de ordem individual”, pois a finalidade verdadeira da mulher é no lar, na família (A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**, 28 jan. 1933, p. 1). Afirmava, ainda, que o sentimentalismo era inato à mulher, mas “a mulher sadia e seriamente educada” guardaria apenas o lado superior dessa característica feminina. As mulheres que tinham erudição não teriam problema em participar do mundo político, pois equilibrariam com o meio doméstico.

Antônia Ventura, escritora e contabilista paraibana, entendia que a mulher não deveria participar da degenerada política brasileira. E, se participasse, fosse com certa restrição, devido ao ambiente de “negócios abstrusos” (A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**, 3 mar. 1933, p. 1), pois considerava que, mesmo que todas as mulheres se alistassem, a maior parte delas seguiria a orientação dos esposos e dos pais.

Assis Brasil (1857-1938) seguia este mesmo raciocínio, no qual era contra o voto feminino por considerar que a mulher não teria liberdade em sua opinião, pois seria influenciada pelo marido (PINTO, 2003). Assis Brasil, ironicamente, foi o idealizador do Código Eleitoral de 1932, que permitiu o voto às mulheres. Na verdade, Vargas já havia orientado Assis nesse sentido (O Sr. Getúlio Vargas pediu ao Sr. Assis Brasil para incluir o voto feminino na reforma eleitoral. **Diário de Pernambuco**, 19 jul. 1931).

Outra opinião antifeminista dizia respeito ao verdadeiro caráter da mulher e à moral católica. Esther de Rego Barros, oriunda da elite recifense, era contrária ao voto, afirmando que a missão social da mulher estava na criação dos filhos, no qual se baseia a moral cristã (NASCIMENTO, 2013). É importante considerarmos a revitalização do catolicismo como força intelectual contra o feminismo nas décadas de 1920 e 1930, liderado pelo cardeal Sebastião Leme (BESSE, 1999).

Carlota Pereira de Queiroz⁹, eleita deputada constituinte por São Paulo em 1933, considerava que as profissões eram divididas de acordo com aptidão própria a sua natureza. Para Carlota Pereira de Queiroz, o feminismo tinha um caráter individualista, que levaria a luta dos sexos. Ela acreditava que o feminismo buscava os interesses restritos do seu sexo, “como se tratasse de uma classe” em detrimento das questões do país (SOIHET, 2006, p. 74). Para Soihet, a mentalidade de Carlota Pereira de Queiroz era conservadora e tradicional, descontextualizada da realidade social das mulheres, sobretudo as mais pobres (2006, p. 74-75).

Carmem Dolores, literata carioca, afirmava que a mulher na política era “forma apenas grotesca de um exibicionismo sem necessidade, que fere preconceitos sem vantagem senão para a vaidade feminina” (SOIHET, 2006, p. 116).

Francisca de Bastos Cordeiro era contrária à mulher ser eleita, pois tinha seu dever com a família. A militância deveria apenas ser praticada pelas mulheres mais velhas, viúvas ou as que não constituíram um lar (SOIHET, 2006).

As mulheres do Rio de Janeiro e de Pernambucano tinham opiniões antifeministas convergentes. Elas não se referiam à incapacidade intelectual ou física da mulher, sendo tais justificativas mais comuns aos homens. No entanto, consideravam o cuidado com o lar e com os filhos seu espaço primordial. Outra justificativa foi que a mulher ainda não estava preparada para o mundo político.

Existia ainda, entre algumas mulheres, o medo de serem tachadas de feministas, pois eram identificadas muitas vezes por feias, frustradas, amorais, “desprovidas do sentimento de mãe e descumpridoras das obrigações de esposa” (SOIHET, 2006, p. 114). Este seria um entrave que fazia mulheres de prestígio não se assumirem como feministas. Caulfield (2000, p. 139) arremata que Patrícia Galvão, a Pagú, Maria Lacerda de Moura e Tarsila do Amaral eram contrárias ao feminismo pelo seu caráter tido como burguês. Elas queriam a liberdade sexual e o fim da família fundada no patriarcalismo. Não se viam no feminismo por questões políticas e não por medo de serem tachadas de frustradas.

O discurso contrário à mulher veio de todos os lados. A mulher foi infantilizada no Código Civil de 1916, que estava em vigor nos anos de 1930. Muitos articulistas dos jornais reafirmavam o discurso de que a mulher era inferior na sua capacidade física e mental ao homem. Os jornais são exemplos do debate corrente da

⁹ Carlota Pereira de Queiroz foi a única candidata mulher eleita. Bertha Lutz ficou como suplente e só em 1936 assumiu o cargo deixado por Cândido Pessoa, devido seu falecimento.

época. Soihet afirmou que a imprensa do Sudeste representava a mulher em “grosseiras caricaturas, em crônicas e em charges” (2013, p. 109). Os jornais do Recife não tiveram esta característica das caricaturas ou charges para rebaixar a mulher. Ao contrário, as opiniões não eram engraçadas, não objetivavam o riso do leitor, mas, antes, corroboravam os discursos.

Existia realmente uma preocupação de o voto feminino ocasionar a desordem familiar. É importante ressaltar, diante das fontes e da bibliografia pesquisadas, que as mulheres antifeministas eram minoria nesse debate.

As desigualdades de gênero expostas neste capítulo refletem uma concepção basilar na visão de mundo da época, compreendida como tradicional. As mulheres eram subalternas diante de uma sociedade hierárquica, que não as percebia como detentoras de direitos. A intencionalidade das mulheres em conquistar esses direitos causaria, supostamente, algum tipo de perda para os homens. Buscamos ressaltar a visão de mundo de alguns jornalistas e escritores, que reafirmavam tais desigualdades.

O argumento repetido por décadas de que existia o lugar “natural” da mulher na sociedade não passaria em branco nas práticas do feminismo, buscando em certos momentos harmonizá-los. Contudo, a vida das mulheres existia além do discurso sobre elas. As mulheres pobres trabalhavam, acessavam o espaço público sem a companhia do homem. As feministas do Recife não cruzaram os braços diante dos discursos que as diminuía. Nosso segundo capítulo diz respeito à prática feminista no Recife, desconstruindo as ideias que limitavam a mulher no espaço público e seu acesso à cidadania política.

Capítulo 2: O feminismo no Recife dos anos de 1930

O feminismo é um termo que surge das lutas contra a desigualdade entre homens e mulheres e ocorre na maioria das sociedades, em algumas estas disparidades vem camuflada ou escamoteada, em outras vem mesmo assumida. Entram, nestes momentos, os movimentos de reação de mulheres que assumem, perante a sociedade, o papel de enfrentar e encabeçar as lutas contra esta assimetria, denunciando as situações em que esta desigualdade mais se estabelece. No campo da política, o mote das lutas contra a dominação masculina nas sociedades contemporâneas abriu espaço para que possamos estudar historicamente este tema de caráter social. Luis Felipe Miguel (2014, p. 17) lembra que, como corrente intelectual:

O feminismo, em várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, em que o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo.

No capítulo anterior, sobre o ponto de vista antifeminista, foram discutidas as normas sociais e jurídicas que justificavam a incapacidade feminina. Analisamos os discursos que colocavam as mulheres nas margens do fazer político, entre argumentos biológicos e jurídicos. Muitas dessas ideias foram proferidas na Constituinte de 1891, nos jornais e nas revistas. Contudo, sabemos que as mulheres não estavam totalmente pressas às amarras normativas de sua época e posicionaram-se com as correntes intelectuais, muitas vezes, de esquerda para mudar sua situação. Neste capítulo, buscamos compreender a visão de mundo das feministas do Recife, em suas práticas e experiências na militância política que, muitas vezes, chocava-se com o discurso normatizador, que enfrentavam com táticas e estratégias no cotidiano.

Segundo Michel de Certeau (1994), os campos de normatização definem que o melhor modo de se organizar pessoas e eventos é atribuir-lhes um lugar. Para ele, contudo, o homem ordinário inventa um cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a essa conformação que é o lugar que lhe é destinado. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos às necessidades de cada um. Desta forma, podemos dizer que as mulheres feministas foram abrindo seus caminhos na luta cotidiana.

Observe-se que, na década de 1930, ainda predominava aquilo que Jules Michelet (1859) escreveu sobre a imagem da mulher na sociedade do século XIX, quando a meta era casar, bastando à mulher ser bela e asseada, conforme pregavam os reformadores e legisladores do século. Procuravam-se soluções para o casamento em crise diante das modernidades que se observavam na França daquele momento e que refletia na cultura brasileira através de nossa intelectualidade¹⁰.

Para tanto, entendemos que é necessário um apanhado histórico da origem dos movimentos feministas do Recife, que nasceram entre uma leva de movimentos de mulheres por todo o país, para que possamos dar visibilidade as suas lutas locais articulando ao que se tinha em outros espaços. Os movimentos da capital pernambucana tinham uma estrutura similar ao primeiro do Rio de Janeiro, a FBPF, fundado por Bertha Lutz em 1922¹¹. No caso de Pernambuco, há, contudo, uma tendência a acreditar que a FPPF, por exemplo, tinha o mesmo caráter da brasileira, pelo fato de se apresentar como uma filial¹². Na verdade, entre as federações, existiam divergências com relação ao direcionamento político e a conduta feminina desejada.

Após essa análise, buscamos entender o lugar social dessas feministas que compuseram, na experiência cotidiana, suas formulações e direcionamentos políticos para as mulheres. Na intenção de compreender as práticas dos sujeitos sociais inseridos no debate feminista do Recife.

2.1 O feminismo “bem comportado”: algumas considerações

O termo “bem comportado” tinha como fundamentação os métodos de reivindicação das feministas, sempre dentro da lei e nunca por meio violento. É importante considerar que essa mentalidade era própria da época. Elas lutavam dentro das suas condições de sociedade e vida, refletindo mudanças, mas também se reafirmava ideias conservadoras.

¹⁰ Cf. MICHELET, Jules. **A Mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. A obra foi escrita em 1859 e tinha por meta questionar a miséria que a sociedade industrial estava impondo à mulher e às crianças, destruído a imagem que a mesma tinha no período anterior de valorização na construção da família, dos filhos e no amor ao marido, onde, segundo a época era seu lugar de felicidade, não nas fábricas sujas e exploradoras de seu trabalho mal remunerado, já que também era desqualificada para o trabalho a que estava sendo imposta pelos legisladores da época.

¹¹ Sobre outras organizações anteriores à Federação Brasileira, ver o capítulo 1.

¹² Filial é um termo habitualmente utilizado, mas não significa que as federações eram idênticas.

Uma característica marcante que a FPPF corroborava com a federação nacional foi as formas de reivindicação. Edwiges de Sá Pereira¹³ afirmava que vinha “de longa data pugnando pelos ideais do feminismo sadio, realizador, moderado” (A campanha feminista no Brasil. **Diário de Pernambuco**. 19 jul. 1931, p. 2). Esse feminismo “moderado” também era intitulado pelas autoras como “feminismo bem comportado”¹⁴, que tinha a característica de atuação sempre dentro da lei, nunca fora dela.

De acordo com Dulce Chacon, o feminismo de Edwiges de Sá Pereira era “ciosa de uma ética fundamentalmente feminina, sem exageros nem injúrias” (Arquivos pessoais, Edwiges de Sá, FUNDAJ). Segundo a própria Bertha Lutz, sobre o procedimento feminista:

Venho propor-me fazer um ensaio de fundação de uma liga de mulheres brasileiras. Não proponho uma associação de “suffragettes” para quebrar as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela. Assim deixariam de ocupar sua posição social tão humilhante para elas como nefasta para os homens, e deixaria de ser um dos pesados elos que atam o nosso país ao passado, para se tornarem instrumentos preciosos ao progresso do Brasil. (HAHNER, 1981, p. 140)

Essa característica foi por muitos anos alvo de críticas das estudiosas, pois se acreditava que as militantes não contestavam as desigualdades de gênero, mas, na verdade, apenas as modernizavam. A visão de um feminismo “bem comportado” estava relacionada à suposta luta que visava prioritariamente ao voto feminino, sem criticar a posição masculina na política, gerando repreensões de algumas pesquisadoras, como Branca Moreira Alves (1980), June Hahner (1981) e Susan Besse (1999).

Alves critica primordialmente a ausência da luta feminista em contestar a relação patriarcal¹⁵ e o poder exercido pelo homem no âmbito familiar. A cientista

¹³ Fundadora da FPPF.

¹⁴ Soihet lembra que a pressão da Federação era feita de forma comedida, “bem educada”, fazendo parte da própria estratégia. O objetivo final seria a conquista da cidadania política feminina, ocasionando outras conquistas futuras. Branca Moreira Alves (1980, p. 96) considera que essa tática de pressionar os membros do Congresso foi uma herança do Partido Republicano Feminino.

¹⁵ Apesar de evitarmos o conceito, foram muito utilizados nos anos 1980 e 1990 por diversos pesquisadores das ciências humanas.

política afirma que a submissão da mulher é construída por meio da ideologia do sexo dominante, que atribui a ela o mito da dona-de-casa e mãe de família.

O debate sufragista não ultrapassou a ideologia dominante, mantendo intacta a imagem da mulher e de sua missão primordialmente feminina de mãe e dona-de-casa, e revelando-se incapaz de criticar as relações econômicas e ideológicas que fundamentam a inferiorização. (ALVES, 1980, p. 18)

Um ponto importante discutido por Alves é a ideia de família no âmbito capitalista, pois acreditava que a organização da família é a contradição principal nas relações de sexo. Ela considera, portanto, que, “sem a reformulação da organização da família, todas as mudanças conseguidas na condição da mulher serão meras reformas que não extinguirão a base a qual se sustenta a sua subordinação” (ALVES, 1980, p. 46). É importante ressaltar que a sua obra traz a questão do feminismo em uma narrativa marxista.

Já Hahner afirmou que as feministas desejavam igual participação com os homens no âmbito político, deixando claro, no entanto, que não haveria dano em suas funções na vida doméstica. A historiadora brasilianista corroborava com o pensamento de Alves de que essa estrutura patriarcal deveria ser contestada. Para Hahner (1981, p. 114), ainda, “as líderes do movimento sufragista brasileiro não expressaram desejo significativo por uma reestruturação radical do sistema político da nação, muito menos de sua sociedade. Essas mulheres procuraram juntar-se ao sistema como participantes iguais”, uma crítica ao conservadorismo da FBPF, que não questionava a formação patriarcal da sociedade brasileira.

Besse considera que as feministas, ao modernizarem a desigualdade entre os gêneros, legitimaram a ordem burguesa. Pois “embora a FBPF desempenhasse um papel importante na conquista de vitórias essenciais para as mulheres, nunca conseguiu provocar as mudanças sociais e culturais de longo alcance previstas por suas líderes” (BESSE, 1999, p. 183).

Para essas autoras, portanto, a busca “bem comportada” pelo voto, sem questionar de forma radical a ideia patriarcal de família, estava ligada não só à tática¹⁶

¹⁶ Essa ideia de tática é desenvolvida, sobretudo, por Rachel Soihet nas suas obras que tratam sobre o feminismo dos anos 1930. Na sua interpretação, a tática é subterfúgio “a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua incapacidade, num dado momento, de questionarem as prerrogativas da vontade dominante” (2013, p. 103).

traçada pelo feminismo da FBPF, mas pela consciência da sua limitação e pelo tradicionalismo de algumas feministas.

Esse olhar crítico foi típico dos anos de 1980 e 1990, em que a ideia de família patriarcal era o pecado original da inoperância feminina. E como o feminismo não contestava a “família patriarcal”, as feministas foram consideradas conservadoras.

Contudo, para a época, a luta pelo voto era claramente uma atitude radical. Pensar o feminismo daquele período com olhos do feminismo atual, certamente seria considerá-lo conservador, mas incorreríamos no pecado do anacronismo (SOIHET, 2013, p. 103). As táticas da Federação iam desde pressionar os políticos no Congresso e fazer pronunciamentos públicos, sobretudo utilizando a imprensa escrita, até buscar apoio nas lideranças do país (SOIHET, 2000).

Nesse período (começo do século XX), existia ainda o feminismo (dito) anarquista e o feminismo difuso. O anarquista era formado, grosso modo, por imigrantes como italianos, portugueses e espanhóis. O pensamento anarquista foi gestado nas incipientes fábricas do Rio e de São Paulo. O movimento foi iniciado pelas mulheres que participavam de grupos anarquistas e que percebiam (e sofriam) a opressão não só burguesa, mas, também, a opressão masculina (PINTO, 2003).

A União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, manifestantes próximas ao anarquismo, apontava para a “ideia da impossibilidade de se chegar à igualdade sem o reconhecimento da desigualdade particularizada da mulher na fábrica” (PINTO, 2003, p. 35). Esta foi, provavelmente, a primeira manifestação desse cunho no país.

Já o feminismo difuso não estava representado em núcleos de coletividade. De acordo com Céli Pinto, tais mulheres tinham “um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público”. Teve um número pequeno de participantes, sendo considerada a “face menos comportada do feminismo” (PINTO, 2003, p. 15).

2.2 O feminismo nos jornais

No início de 1931, as notícias sobre os movimentos feministas eram oriundas do Rio de Janeiro, de jornais cariocas como o *Correio da Manhã* e *A Noite* e só

depois, quando da criação desses movimentos no Recife, houve apontamentos relacionados à capital pernambucana.

As feministas do Recife ainda eram desconhecidas na militância, sendo notórias como escritoras, poetisas e intelectuais. No Sudeste, o feminismo já era uma realidade e o *Diário de Pernambuco* estampava que “a imprensa carioca está empolgada pela ideia feminista. Todos os jornais, examinando detidamente o assunto, entrevistam as líderes do feminismo, estudando as possibilidades de cooperação da mulher na obra de reorganização em marcha” (O surto vitorioso da campanha feminista. **Diário de Pernambuco**, 13 mar. 1931, p.1).

Nesse período existiam pelo menos três movimentos importantes: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Aliança Nacional das Mulheres e a Cruzada Feminina. A Aliança Nacional das Mulheres surgiu em 1931, após o rompimento de sua fundadora, Natércia da Silveira, com Bertha Lutz e, conseqüentemente, com a FBPF. Natércia apoiou, em 1929, o candidato da Aliança Liberal para a presidência da República, opondo-se à ideia de Bertha Lutz, que era contrária a esse tipo de engajamento político, por acreditar que tal atitude poderia comprometer a luta pelo voto feminino (SHUMAHER & BRAZIL, 2000).

De acordo com os jornais, existiam diferenças entre a Aliança e a Federação. A Aliança tinha uma perspectiva política e também moral, por exemplo. Já a FBPF pregava relação estritamente política. De acordo com o *Diário de Pernambuco* “a Federação afasta questões políticas e religiosas, visando ao fim social, sucede que a Aliança Nacional de Mulheres quer a participação ativa na vida política brasileira da política de renovação intelectual e moral para a obra do rejuvenescimento da pátria” (Manifesto da “Aliança Nacional de Mulheres”. **Diário de Pernambuco**, 11 abr. 1931, p. 1).

A Aliança Nacional de Mulheres chegou a contar com três mil associadas, tendo base entre as mulheres operárias, sobretudo devido ao apoio jurídico prestado pela Aliança (SHUMAHER & BRAZIL, 2000). Já a Cruzada Feminina foi pouco explorada pelos jornais, tendo como presidente Martha da Silva Gomes¹⁷.

Os jornais do Recife começaram a noticiar sobre o feminismo após o nascimento dos movimentos. Já era notória a participação das militantes na imprensa, por suas características no âmbito das artes ou por ocupar uma profissão de destaque.

¹⁷ Não confundir com a Cruzada Feminista Brasileira, fundada em Pernambuco.

Um canal importante para a divulgação do movimento foi a imprensa escrita, utilizada muito bem pelas mulheres da capital do país e de Pernambuco. Analisamos nos jornais o debate feminista entre 1931 e 1934, compreendendo o lugar social das mulheres.

2.3 A construção dos movimentos feministas

Dois movimentos feministas foram criados no Recife, quase que simultaneamente: a Cruzada Feminista Brasileira e a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF). A Cruzada foi fundada em 29 de maio de 1931 pelas feministas Heloísa Chagas e Martha de Hollanda Cavalcanti¹⁸ (Cruzada Feminista Brasileira. A brilhante escritora Martha de Hollanda fundou, entre nós, a Cruzada Feminista Brasileira no dia 29 de maio último. **Jornal Pequeno**. 3 jun. 1931, p. 3), sendo o primeiro movimento organizado em Pernambuco com características do feminismo do começo do século XX.

A reunião inaugural ocorreu na casa de Martha de Hollanda, o que era possível devido ao número reduzido de adeptas. Como vimos na introdução, as organizações desse período não eram de massas. Muitos observavam-nas como o primeiro passo para o triunfo do feminismo, pois “a mulher brasileira quer e há de ver vitorioso o seu direito de cidadã triunfante na mesma ordem do que se observa em várias nações” (**A Pilheria**, 20 jun. 1931). O movimento não idealizava apenas o direito de voto, mas outros direitos, como educação e trabalho.

A Cruzada surgiu como filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e convidou a poetisa Edwiges de Sá Pereira para ser presidente de honra. Martha de Hollanda obviamente buscava apoio para a sustentação do movimento, que realmente contou com o apoio inicial da FBPF (Cruzada Feminista Brasileira. **Diário de Pernambuco**. 2 jun. 1931, p. 3).

Contudo, Edwiges de Sá Pereira não aceitou o convite da Cruzada, fundando, logo após, a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino e conquistando o apoio da FBPF em detrimento da Cruzada. Nesse ínterim, Edwiges de Sá Pereira participou do II Congresso Feminista, articulando seu espaço de militância como a

¹⁸ A vitoriense Martha de Hollanda, após sua saída da Cruzada, flertou com o tipo de feminismo difuso, mais perigoso para a sociedade da época.

representante pernambucana, ao lado da pintora Georgina Barbosa Vianna e da acadêmica de medicina Paulina Waisman (2º Congresso Internacional Feminista. As impressões das três delegadas pernambucanas: Edwiges de Sá Pereira, Georgina Vianna e Paulina Waisman. **Jornal Pequeno**. 22 jul. 1931, p. 1).

No mesmo dia de fundação da Cruzada, ocorreu uma reunião na casa de Edwiges de Sá Pereira, visando à criação de um movimento que, desde o início, foi pensado como filial da FBPF (Movimento feminista. **Jornal Pequeno**. 1 jun. 1931, p. 1). De acordo com Nascimento (2013, p. 48) existia um laço de amizade entre Bertha Lutz e Edwiges que foi decisivo na escolha daquela em apoiar o seu núcleo em Pernambuco.

Os movimentos feministas no Recife nasceram de um conflito por apoio da organização nacional. Martha de Hollanda foi eleita presidente da Cruzada pouco depois da fundação, sendo sua casa transformada em sede provisória do movimento (Cruzada Feminista Brasileira. **Diário de Pernambuco**. 29 out. 1931, p. 3). A outra fundadora, Heloisa Chagas, foi escolhida como oradora (Cruzada Feminista Brasileira. **Diário de Pernambuco**. 11 nov. 1931, p. 2).

Maria Eugenia Celso, vice-presidente da FBPF, falou efusivamente da criação da Cruzada, saudando “a todas, irmãs no bom combate em prol do mesmo alentado ideal, fraternalmente concito ao trabalho, à perseverança e à união. A Martha de Hollanda – alma de líder e coração de artista – todo o meu carinhoso pensamento num grande abraço fraternal” (Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal Pequeno**. 20 jul. 1931, p. 1). O pronunciamento de Eugenia Celso é um exemplo do apoio inicial da Federação Brasileira à Cruzada.

A Cruzada Feminista Brasileira já colhia os frutos dois meses após sua fundação: mais mulheres se associavam ao movimento e criavam núcleos municipais filiados à Cruzada fora do Recife. O primeiro núcleo foi criado em Vitória, cidade onde Martha de Hollanda nasceu (Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal Pequeno**. 29 jul. 1931, p. 3). No discurso de posse, Martha de Hollanda afirmava:

Minhas queridas, escolhestes-me para dirigir os destinos desta casa, e eu, por vós, pela nossa causa, pela nossa glória, atravessarei todos os caminhos do impossível, e não recuarei nem diante das dez pragas com que Moisés fez estremecer o Egito. Beijando-vos, sentido o ardor da fé em vossos olhos, e a ventania desenfreada da liberdade sacudir os meus cabelos, eu vos repito, parafraseando o sinete de fogo de nossa história: a Cruzada Feminina Brasileira, espera que cada uma cumpra seu dever. (**A Notícia**, 13 nov. 1931)

Martha de Hollanda não permaneceu por muito tempo na Cruzada, devido a discussões com participantes do movimento, inclusive com a escritora maranhense Heloísa Chagas, então na diretoria do movimento. Heloísa Chagas se afastou do cargo, mas continuou atuando. Com relação aos destinos que a Cruzada deveria tomar, Martha de Hollanda considerou:

Mulheres do Brasil: para a frente. Para a vida e para a glória, iniciemos, cantando e sorrindo, a campanha eloquente do nosso civismo. Para ela não há mister a brutalidade do músculo... Nem cota d'armas, nem manoplas de ferro. Com peitilhos de seda e punhos de renda marchemos para a conquista galharda do nosso amanhã. (Cruzada Feminista Brasileira. A linda irradiação da brilhante escritora Martha de Hollanda. **Jornal Pequeno**. 31 jul. 1931, p. 1)

A militante criticava justamente as normas que impediam a mulher de participar da vida política, “a brutalidade do músculo” e contestava a justificativa da não-participação neste âmbito devido à isenção da mulher ao alistamento militar.

Em pouco tempo, a Cruzada atraía cada vez mais a “elite feminina” de Pernambuco, como a “ilustre educadora e intelectual patriciana Alzira da Fonseca Brenel, diretora do grupo escolar Silva Jardim” (Cruzada Feminista Brasileira. A sessão de ontem. **Jornal Pequeno**. 10 jun. 1931, p. 3). Outro exemplo foi da poetisa cearense Auri Moura, que estava no Recife cursando Direito e também se filiou ao movimento (Cruzada Feminista Brasileira e a bacharelada Auri Moura. **Jornal Pequeno**. 11 ago. 1931, p. 1). Tais mulheres, de fato, detinham traço social elitizado, o que explica, muitas vezes, suas ações.

Após um ano de fundação, Martha de Hollanda afirmava que a Cruzada não tinha se limitado a atividades apenas de propaganda, indo para uma realidade prática. Ela se referia, sobretudo, à assistência do movimento às viúvas desamparadas e, ao mesmo tempo, criticava a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.

De volta do Rio de Janeiro, então capital do país, após o II Congresso Feminista, Edwiges de Sá Pereira começou a amadurecer a sua organização feminista. Contudo, a Federação surgiu no final de junho, pouco antes de começar o Congresso. A FPPF teve boa repercussão entre a “elite feminina” recifense, na qual Edwiges de Sá Pereira considerava que contava com o melhor elemento social (A campanha feminista no Brasil. **Diário de Pernambuco**. 15 jul. 1931, p. 3). Ela havia reunido “ótimos elementos da sociedade, quais pequeninas peças dispersas numa grande

oficina, mas que reunidas formam uma máquina possante” (ARAÚJO, 1971, p. 440). É preciso ressaltar que as autoras, na maioria das vezes, colocavam as líderes feministas em um patamar superior, de visionárias. Neste estudo, tentamos não abordá-las como heroínas.

Falando ao *Diário da Noite*, Edwiges de Sá Pereira justificava o momento propício, considerando que “o feminismo é uma evolução natural dos tempos. Como todas as forças vivas da natureza, a mulher não poderia estacionar nas fronteiras do passado, montando guarda aos velhos preconceitos que lhe tolham a faculdade de pensar e de agir” (O Segundo Congresso Feminino. O seu brilhante êxito. **Jornal Pequeno**. 2 jul. 1931).

O II Congresso Feminino motivou ainda mais os movimentos feministas em todo país, devido ao posicionamento de Vargas que não só apoiou o congresso, mas, também, os direitos das mulheres que foram reivindicados. O choque com as normas já era evidente antes do congresso e depois só aumentou. Edwiges de Sá Pereira continuou afirmando, nesse sentido, que “o direito sagrado de viver movimentou-a a princípio para a conquista do pão e do teto. Hoje, [...] a mulher pleiteia e reclama direitos, que as leis dos códigos não lhe deram, para ocupar na sociedade o lugar que os costumes lhe recusam” (O Segundo Congresso Feminino. O seu brilhante êxito. **Jornal Pequeno**. 2 jul. 1931). Esse movimento feminista, assim como a Cruzada, nasceu da insatisfação das normas e costumes, que negavam à mulher a participação política e civil.

A sessão solene de posse da primeira presidente da FPPF, Edwiges de Sá Pereira, foi sob muita pompa, aos olhos da elite pernambucana, entre autoridades e representantes de embaixadas (NASCIMENTO, 2013). Ocorreu em 10 de novembro no Club Internacional do Recife, deixando “magnífica impressão” (Cruzada Feminista Brasileira. **Diário de Pernambuco**. 11 nov. 1931, p. 2), contando com a representante da FBPF, Odila Porto da Silveira. Edwiges de Sá Pereira, em seu discurso, “pronunciou vibrante oração sobre as conquistas do feminismo no Brasil” (Idem), seguindo os preceitos pacíficos da organização nacional. Nesta ocasião também defendeu o trabalho feminino e criticava as mulheres que frequentavam festas e apreciavam o *footing* (NASCIMENTO, 2013).

O período de gerência da federação era de dois anos. Houve quatro gestões: 1º biênio (1931-1933), 2º biênio (1933-1935), 3º biênio (1935-1937) e o 4º biênio (1937-1939). Devido ao Estado Novo (1937-1945) esse último período da Federação perdeu

seu caráter político, restando apenas o caráter cultural e beneficente (ARAÚJO, 2003, p. 145).

O feminismo do começo dos anos de 1930 tinha, de fato, um caráter elitizado. As participantes do núcleo dos dois movimentos do Recife eram de escritoras, poetisas, professoras e advogadas. Elas possuíam também uma relação próxima com os políticos da época: muitas vezes eram do mesmo convívio social. Foram dois movimentos que nasceram em um curto espaço de tempo entre um e outro e que, de certa forma, disputavam espaço e adeptas, existindo inclusive uma disputa de legitimação de um movimento em detrimento do outro.

A Cruzada se afirmava como o “primeiro núcleo” feminista em Pernambuco e a Federação Pernambucana como as representantes do feminismo nacional, ou seja, da Federação Brasileira, precursoras dos ideais femininos da época. E a pauta feminista não se restringia apenas ao voto, muitas vezes visto como ato individualista das mulheres mais ricas (BESSE, 1999, p. 183), mas existia, também, em uma perspectiva de auxílio às mulheres mais pobres, como o amparo as viúvas, encampado pela Cruzada; a “escola de oportunidades” e as “companhias de bandeirantes”, objetivados pela Federação Pernambucana.

2.4 Os projetos feministas: a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino e a Cruzada Feminista Brasileira

Desde o início, as organizações tiveram suas primeiras ações divulgadas nos jornais, assim como seus programas. O amparo às viúvas, da Cruzada Feminista, foi a primeira ação desse movimento, tendo grande visibilidade nos jornais. Foi criada uma “caixa beneficente” para receber donativos para auxiliar as viúvas mais pobres. Essas caixas foram colocadas em “diversos e requentados pontos da cidade” (A Cruzada Feminista Brasileira e as viúvas desvalidas. **Jornal Pequeno**, 23 jul. 1931, p. 1).

O ato da beneficência foi algo comum entre os movimentos desse período, preceito muitas vezes relacionado ao espírito católico. A caixa de ajuda estava em lugares “requentados”, ou seja, era uma campanha que falava às elites. A Cruzada inclusive mandou cartas a “pessoas de destaque” solicitando ajuda, como publicou o *Jornal Pequeno*:

O muito que elas precisam, é pouco para vós outros. Nada tirais nas rendas escumilhas de vossos filhos – os filhos da abundância – para alegrar os farrapos dos pobrezinhos – filhos da miséria. Um minuto de vossa graça valerá, para elas, essa existência de alegria. A desgraça contenta-se com o ser menos desgraçada. Lembrai-vos que, um simples gesto, partindo da casa nobre de um rico, poderá traçar riscos de luz, na choupana dos pobres. Ajudai o Natal dos desgraçados e dos infelizes. Deixai cair sobre a cabeça pequenina das criancinhas pobres e das mães desvalidas, a piedade de vosso amor, cunhada no metal generoso das moedas. A esmola que se vos pede para aqueles que têm, somente, as folhas tristes que o destino escreveu, no livro da vida, será uma dádiva divina – o empréstimo que fazeis a Deus – Deus que tudo vê, e vos abençoará nas alturas, como um filho predileto de seu amor. (Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal Pequeno**, 23 dez. 1931, p. 2)

Martha de Hollanda chegou a promover um filme no Teatro do Parque para arrecadar fundos para socorrer as viúvas pobres. Ela conseguiu algo inusitado para sua campanha: a propaganda para as viúvas nas transvias da companhia inglesa *Tramways*, gratuitamente, e na maioria dos bondes se lia “Vinde pelas mãos da Cruzada Feminista Brasileira minorar o desconforto das viúvas desamparadas” (A Cruzada Feminista Brasileira e a firma M. G. Ferreira. **Jornal Pequeno**, 26 jan. 1932, p. 1). Martha de Hollanda foi à Radio Club, em 29 de janeiro, no intuito de falar sobre esse projeto, tendo, incontestavelmente, grande notoriedade na cidade (Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal Pequeno**, 29 jan. 1932, p. 1). O projeto foi finalizado com evento na Associação dos Empregados no Comércio, em um momento “sem música, sem flores, sem artifícios”, circunstância foi entregue o dinheiro arrecadado às 150 viúvas escolhidas, conseguidos pela “piedade pernambucana” (O dia das viúvas desamparadas. **Jornal Pequeno**, 1 fev. 1932, p. 1).

Foi ainda na Rádio Club que, supostamente, ocorreu o agravo de Martha de Hollanda com outras adeptas do movimento. De acordo com ela, tudo não passou de acusações caluniosas de suas companheiras de movimento, Heloísa Chagas e Celeste Dutra. Essas três foram as principais articuladoras desse movimento feminista. Martha chegou a formalizar uma queixa crime na 3ª Vara Criminal da Capital (FREITAS, 2003). Esse entrevero entre as participantes da Cruzada teve repercussão nos jornais, nos quais, aparentemente tomaram partido de Martha de Hollanda¹⁹. Esse fato provavelmente acarretou alguns insucessos na sua caminhada como feminista.

¹⁹ Um periódico, por exemplo, noticiou que: “Uma ilustre senhora, na sua honra gravada, e o juiz apurando as responsabilidades de uma grande injúria, que afeta profundamente o feminismo em Pernambuco” (**Jornal Pequeno**. 16 set. 1932).

A queixa crime foi aberta por injúria, utilizando-se a letra b do artigo 317 do Código Penal da época²⁰, que julgava a injúria como: “a imputação de fatos ofensivos da reputação, do decoro e da honra”. Infelizmente ainda não se teve acesso ao conteúdo final do processo impetrado por Martha de Hollanda. Ela saiu da Cruzada e fundou outro movimento, a Liga Social Democrática Feminina, tendo como principal objetivo “a defesa dos direitos e interesses da mulher pernambucana, integrando-a em toda a plenitude da vida política e social do país” (Uma liga feminina. **Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 3). Na verdade, Martha de Hollanda já objetivava as eleições para deputada que ocorreria em 1933. Após a criação deste movimento, ela foi indicada para candidata às eleições (Idem).

O assistencialismo foi uma característica dos movimentos feministas no Recife, assim como do feminismo carioca. A Federação Brasileira tinha projetos que enfatizavam a proteção à maternidade e à infância (SHUMAHER & BRAZIL). Os projetos da FPPF estavam ligados à mulher trabalhadora, aspecto também cogitado pela FBPF.

No II Congresso Feminista em 1931, a Federação Brasileira promoveu uma exposição de trabalhos femininos de todo o país “desde o mais rudimentar ao de mais alta concepção artística” (Pela mulher que trabalha. **Diário de Pernambuco**, 21 mai. 1931, p. 3), que visavam a ajudar as mulheres na vida prática do trabalho.

Já a Federação Pernambucana propôs uma “escola de oportunidades”, tendo Noemia Xavier²¹ à frente deste projeto inicial (Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. D. Flora de Oliveira Lima, aclamada presidente de honra desta prestigiosa associação feminina. **Jornal Pequeno**, 12 nov. 1931, p. 1). A “escola de oportunidades” foi inspirada na Escola de *Miss E. Griffith*, da cidade de Deuwer, tendo por finalidade preparar a mulher para o trabalho em coletividade (Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Recepção feita à vice-presidente desta prestigiosa associação pela diretoria da Federação Brasileira no Rio. **Jornal Pequeno**, 14 jan. 1932, p. 3).

A FPPF pretendeu, ainda, fazer um estudo estatístico para saber quais funções as mulheres desempenhavam em Pernambuco, se “exerciam atividade no

²⁰ O Código Penal vigente há época era o de 1890, concebido pouco depois da instauração da república no país.

²¹ Noemia Xavier foi vice-presidente da Federação de 1931 a 1935 (LIVRO de atas da FPPF, FUNDAJ).

funcionalismo, no comércio, nas fábricas” (Idem) para daí concretizar a referida “escola”.

Para Nascimento (2011, p. 39), a ideia de criar essa “escola” indica a necessidade de profissionalização das mulheres, na época. Além disso, a “escola de oportunidades” seria “um fórum de reflexão sobre temas educacionais” (SHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 189).

De fato, a maioria dos projetos da FPPF estava relacionada à educação, como a própria tese de Edwiges de Sá Pereira “Pela mulher, para a mulher”, esboço que tenta compreender o lugar da mulher pobre e também da elite. Apesar da “escola de oportunidades” não ter, provavelmente, obtido sucesso, Araújo confirma que Edwiges de Sá “aliciou senhoras de boa vontade que se dedicaram à missão de proporcionar aulas práticas de português, datilografia e línguas para moças das diversas classes sociais” (ARAÚJO, 1971, p. 440).

Outra proposta da FPPF foi as “companhias de bandeirantes” que estavam a cargo de Ceição de Barros Barreto (Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. D. Flora de Oliveira Lima, aclamada presidente de honra desta prestigiada associação feminina. **Jornal Pequeno**, 12 nov. 1931, p. 1), contudo, não aparece mais em nenhuma documentação e não fica claro do que se tratava.

A Cruzada Feminista Brasileira constava de quatro princípios: o primeiro apregoava “Elevar o nível intelectual e social da mulher brasileira, assegurando-lhe todos os direitos e promovendo-lhe a instrução necessária para a conquista de seu justo lugar nas nações civilizadas” (A brilhante escritora Martha de Hollanda fundou, entre nós, a Cruzada Feminista Brasileira no dia 29 de Maio último. **Jornal Pequeno**, 3 jun. 1931, p. 3). Convém recordar que o principal meio de comunicação das líderes feministas eram os jornais e, ao mesmo tempo, era grande o analfabetismo entre as mulheres (NASCIMENTO, 2011). Por isso, a importância da elevação do nível intelectual, pois para uma participação política era necessário, pelo menos, ser letrada. A questão social estava atrelada à intelectual, já que muitas mulheres não tinham estudos formais. As participantes do movimento eram das classes média e alta, ficando claro que esse primeiro princípio não dizia respeito as suas adeptas, mas às mulheres que precisam ser ajudadas pelo núcleo.

O segundo princípio pretendia “Assegurar as suas prerrogativas civis e constitucionais, facultando-lhe as garantias legislativas, concernentes ao seu trabalho e as medidas protetoras às mães e à infância” (A brilhante escritora Martha de

Hollanda fundou, entre nós, a Cruzada Feminista Brasileira no dia 29 de Maio último. **Jornal Pequeno**, 3 jun. 1931, p. 3). Uma perspectiva assistencialista desenvolvida na prática feminista, sobretudo com relação às viúvas pobres. O feminismo deste período tinha a premissa de garantir os direitos das mulheres por meio da lei, como na constituição e legislação civil. Essa perspectiva já estava sendo utilizada pelo feminismo de Bertha Lutz, no Rio de Janeiro, desde os anos de 1920, inspirada na Associação Nacional pelo Sufrágio da Mulher (NAWSA) que tinha a intenção de obter direitos para as mulheres dentro da legalidade. A idealizadora desta associação, Carrie Chapman Catt²², ajudou Bertha Lutz na concepção de seus objetivos.

O terceiro ponto estava relacionado com as ideias de organização, no intuito de conquistar a emancipação política; e o quarto ponto buscava “provocar o intercambio intelectual com as demais nações, principalmente aquelas do continente americano, a fim de que, pela sua ação homogênea e segura, seja mantida a paz e a tranquilidade do mundo” (A brilhante escritora Martha de Hollanda fundou, entre nós, a Cruzada Feminista Brasileira no dia 29 de Maio último. **Jornal Pequeno**, 3 jun. 1931, p. 3). Esta última perspectiva é a mais abrangente de todas, sendo essa ideia voltada mais para as participantes do evento, que muitas vezes tinham contato com feministas de outros países da América Latina. O artigo 7º da FPPF também versava sobre a interação americana, apregoando “estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental” (Arquivos pessoais, Edwiges de Sá, FUNDAJ).

Entre os principais objetivos da Cruzada Feminista, constava “estimular o seu espírito de organização orientando-a nos problemas que, direta ou indiretamente possam interessar-lhe, estendendo e ampliando a sua esfera de ação a todos os círculos civis e políticos” (FREITAS, 2003, p. 122-123). Esse princípio, mais do que os outros, foi o que teve maior proximidade com a prática feminista da Cruzada. As perspectivas da Cruzada estavam ligadas a atitudes mais conservadoras, diferentemente das atitudes de Martha de Hollanda após sua saída deste movimento, tomando, por exemplo, uma posição voltada a questões mais políticas, como sua formalização a candidatura nas eleições para a assembleia constituinte de 1933.

²² Carrie Chapman Catt (1859-1947) foi uma feminista estadunidense e amiga de Bertha Lutz. Organizou e participou de congressos sobre as questões das mulheres no Brasil e no exterior. Foi grande incentivadora das organizações feministas na América Latina.

Já os princípios da Federação Pernambucana estavam relacionados aos da Nacional, contudo não eram inteiramente iguais: temas que não faziam parte da Federação Brasileira, como a questão do divórcio e da religião, foram assuntos recorrentes na filial pernambucana. Houve outras questões em que a FBPF não queria interferir, sobretudo pela posição de Bertha Lutz que, por muitas vezes, pregava a neutralidade para alguns casos. A atitude da militante fez com que, por algum tempo, as pesquisadoras acreditassem que existia uma estratégia feminista em sua atuação no mundo político. Essa máxima vem sendo revista pelas historiadoras, sobretudo Rachel Soihet.

O vínculo da FPPF aos preceitos católicos, de fato, fugia à tônica da federação nacional e do feminismo em outros estados. Edwiges de Sá Pereira, líder e fundadora da Federação Pernambucana, era de família católica, nascida no município de Barreiros em 25 de outubro de 1885. Filha do advogado José Bonifácio de Sá Pereira e de Maria Amélia Rocha de Sá Pereira, teve condições propícias para estudar, diferentemente da maioria das mulheres daquele período. Foi professora, poetisa, escritora e também jornalista.

Fundou com seu irmão²³, Eugênio de Sá Pereira, o jornal manuscrito “Eco juvenil” e a revista literária “Azul e ouro”. Na criação da revista “Azul e ouro” também contou com a ajuda do conterrâneo barreirense Caetano Andrade. Também produziu, juntamente com Amélia Beviláqua, Úrsula Garcia e outras mulheres, a revista feminina “O lírio” (Notas biográficas de Edwiges de Sá Pereira, FUNDAJ).

O número de jornais e revistas que Edwiges de Sá Pereira escreveu foi considerável. Além de sua atuação jornalística, ela também se destacou na área literária, tendo alguns livros publicados, como “Campesinas”, “Um passado que não morre”, “Horas inúteis”, “Jóia de Turco”, “Eva Militante”, “A influência da mulher na ação pacifista do após guerra” e “Pela Mulher, para a mulher”. As três últimas obras estão relacionadas com a questão feminina no âmbito sociopolítico. Além de sua atuação no jornalismo e na poesia, foi professora concursada de prática pedagógica na Escola Normal do Recife. Edwiges de Sá Pereira falava, de fato, em um lugar de destaque no feminismo recifense. Uma fotografia da feminista, intensamente utilizada pelos jornais nos anos 30, pode ser observada na Figura 5, seguinte:

²³ De família privilegiada, entre treze irmãos, havia desembargadores (Virgílio e Manuel), advogado (Eurico), poeta (Eugênio) e professora (Ana).



Figura 5. Fotografia de Edwiges de Sá Pereira.

Fonte:

http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1330%3Aedwiges-de-sa-pereira&catid=76&Itemid=721 Acesso em: 10 de maio 2015.

Há mais de dez anos ela fazia parte Academia Pernambucana de Letras²⁴, feito até então inédito às mulheres da América Latina. De acordo com Dulce Chacon, aluna e discípula, ainda que não tivesse “curso universitário, sobravam-lhe o saber, a cultura geral e especializada, a inteireza do caráter, a prudência, a noção do dever de todo esse conjunto de qualidades e virtudes características da Mestra, a forjadora de personalidades e de destinos” (GASPAR, 2015, p. 1).

Edwiges de Sá Pereira, assim como Bertha Lutz²⁵, não se casou e também não teve filhos. Nascimento (2011, p. 40) aponta que “o ingresso em um mundo masculino pela via da atividade intelectual e da militância política parece ter sido um impeditivo à maternidade e ao casamento ou, talvez, uma escolha, pois a lei submetia a mulher ao marido”.

Outra questão que poderia ter influenciado foi a condição da mulher eleitora: a mulher, ainda que pudesse votar, precisava da aprovação do marido, ao qual era submetida pelo Código Civil da época²⁶, como observamos no primeiro capítulo.

²⁴ Em 13 de maio de 1920 Edwiges de Sá Pereira ocupou a cadeira número sete na Academia Pernambucana de Letras.

²⁵ Bertha Lutz (1894-1976) foi a líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

²⁶ O art. 178, § 7º, parágrafo VII determinava, durante os dois primeiros anos de casamento, “a ação do marido ou dos seus herdeiros, para anular atos da mulher, praticado sem o seu consentimento”. O art. 233 definia que “O marido é o chefe da sociedade conjugal”. O art. 1.299 escrevia que “A mulher casada não pode aceitar mandato sem autorização do marido”. O mandato, sendo possível utilizá-lo

Contudo, ficar solteira também era um risco, sendo motivo, além de outros, para sua internação em hospício²⁷.

A premissa católica da FPPF não advinha apenas de sua líder máxima, mas era uma perspectiva compartilhada pelas demais adeptas, que consideravam Edwiges de Sá Pereira a “exponente intelectual, síntese feliz das virtudes morais, cívicas e religiosas da mulher pernambucana” (A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura Constituinte? **Diário de Pernambuco**, 29 jan. 1933, p. 1), considerando-a, assim, como a mais intelectual e religiosa do movimento. O programa da federação se fundamentava no:

Apoio radical aos princípios católicos; inclusão das obras contra as secas na Constituição como medida de interesse nacional; combate a ideia da militarização da mulher, atendendo a que a Defesa nacional é consubstanciada no serviço militar e no serviço social, e que neste segundo ramo vem a mulher prestando a pátria uma cooperação inestimável em organizações de assistência, beneficência, e na educação popular. (Em torno da próxima convenção eleitoral feminina a reunir-se no Rio de Janeiro. **Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 1)

O princípio católico, que, em tese, deveria ser algo secundário para o movimento feminista, surgiu como tema principal na Federação Pernambucana. Alguns princípios destoavam do feminismo carioca e outros eram reafirmados. Não eram apenas ideais feministas que se contrapunham. Besse argumenta que nesta época ser “feminista” era algo ainda “controvertido”, pois ia desde “feministas católicas” até “feministas solteiras”:

Pregavam que ‘sem Deus, Pátria, Honra e Família não há feminismo possível’ até mulheres profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideravam que o emprego assalariado era o pré-requisito mais essencial para a emancipação feminina. (BESSE, 1999, p. 182)

na perspectiva das eleições. O art. 1.288 definia assim sobre o mandato: “Opera-se o mandato, quando tem aí um sentido genérico alguém recebe de outrem poderes, para, em seu nome, praticar atos, ou administrar interesses”. Este código foi publicado em 1916.

²⁷ Maria Clementina Pereira Cunha discute o nascimento do Hospício Juquery, na cidade de São Paulo. Revela os diversos fatores que levavam a internação feminina, incluindo o fato de estarem solteiras. Ao se referir a uma paciente, de nome Eunice, o alienista inclui entre os fatores de sua internação o fato de aos 30 anos ainda permanecia solteira, rompendo dois ou três noivados, “contra os conselhos paternos”, que de acordo com a autora “por todos estes motivos, ela parecia merecer uma punição exemplar, na época, o hospício se apresentava como a mais moderna e adequada” (CUNHA, 1998, p. 9).

Edwiges de Sá Pereira era o caso de uma feminista católica e solteira. Ela carregava elementos das duas características aparentemente destoantes da mulher feminista. Ela defendia os preceitos católicos na militância e, sendo solteira, acreditava que o trabalho era peça importante para emancipação da mulher.

Ao feminismo no Brasil, com o direito do voto em perspectiva, dentro de sua divisa rigorosamente humana – “pela mulher, para a mulher” – cabe uma nobre tarefa patriótica, social, cristã. Da sua ação perante os governos, do seu esforço moral e material resultará *ad futurum* a eficiência de elemento feminino nacional, influenciando como capital valorizado na economia do país. (PEREIRA, 1932, p. 11)

A questão religiosa, como foi observada em diversos momentos, foi a marca do feminismo de Edwiges de Sá Pereira e da Federação Pernambucana. Ela afirmava, com relação à coletividade da Federação Pernambucana: “Somos católicas e não compreendemos as reivindicações femininas fora desses princípios”, reiterando o apoio radical aos princípios católicos (Em torno da próxima convenção eleitoral feminina a reunir-se no Rio de Janeiro. **Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 1). Tal afirmação foi algo que a Federação Brasileira nunca fez, provavelmente devido à postura mais cosmopolita de Bertha Lutz, que morou na Europa e trouxe algumas ideias do feminismo europeu.

As propostas que destoaram da Federação nacional desaguaram em três questões da Federação Pernambucana: o divórcio, o feminismo católico e o ensino religioso nas escolas. Edwiges de Sá Pereira afirmou que “a filial de Pernambuco, por nós organizada, adotou na íntegra o programa da Federação Brasileira” (**Diário de Pernambuco**, 7 out. 1933), algo que na prática não se confirmou.

Em relação ao divórcio, Edwiges de Sá Pereira foi categórica: “Somos pela indissolubilidade do matrimônio como condição máxima de garantia da família, da estabilidade do lar, da moral social enfim” (Em torno da próxima convenção eleitoral feminina a reunir-se no Rio de Janeiro. **Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 1). Contudo, não atribuía a demanda pelo divórcio de uma forma apenas religiosa, mas pensava nas condições que o Código Civil impunha às mulheres casadas:

Mas não basta impedir que o divórcio se instale em nossa lei magna; é no Código Civil, quando se regular a sociedade conjugal, que todo o cuidado se impõe. Combater o divórcio e deixar subsistindo na legislação civil e nos costumes as causas principais que o provocam é obra incompleta. Combatamos o mal no organismo social; ele está muito na indiferença com que consideramos e que de grosseiro temos herdado ou contagiado de

raças diversas, vinculadas à nossa, e na importação de práticas dissolventes de civilizações requintadamente epicuristas. (**Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 1)

Tal afirmativa significa dizer que Edwiges de Sá Pereira discordava do divórcio, devendo-se, no entanto, combater as causas da separação.

A questão da raça era algo discutido por diversas feministas de todo o país. Elas criticavam a tida “degeneração”, que acarretava diversos problemas, como o divórcio. As pesquisadoras do feminismo, inclusive as historiadoras, não tratam desta questão ou, quando tratam, buscam eximir as feministas de suas declarações, devido ao contexto da época. No entanto, era comum atribuir alguns dos dilemas que as feministas vivenciavam à questão de raça. Nesse sentido ela acreditava em uma desarmonia dos costumes que afetava a família:

A família, para a sua finalidade, muito precisa de leis garantidoras, leis que se não contradigam e se entremoque, como ocorre, no caso, entre dispositivos do nosso Código Penal. Leis que regulem melhor esse duplo senso de moral que gera e desenvolve as desarmonias mais graves dos lares. Ao lado de leis sábias e justas, uma campanha de regeneração de costumes para o bom equilíbrio e dignidade da família. (**Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 1)

Além da questão do pátrio poder, Edwiges de Sá Pereira igualmente criticava uma suposta “modernização” da mulher, que começava a frequentar espaços de divertimento como bares, cafés, clubes (NASCIMENTO, 2013). A moda feminina também mudava, e nos primeiros anos da década de 1930 era comum o cabelo curto a la *garçonne*, chapéu *colche*, saltos baixos, saia curta e cigareira, como nos lembrou Mary Del Priore (2005, p. 258).

Essa mudança de costumes, que prejudicava a ordem familiar, incomodava Edwiges de Sá Pereira. Ao contrário do que se possa imaginar de uma feminista, ela não usava roupas “modernas”, não fumava e pouco saía de casa. Muitas das reuniões eram feitas na sua casa e suas saídas estavam, muitas vezes, relacionadas apenas ao trabalho. Ela afirmava, inclusive, quando da fundação do movimento, que “o que se pretende não é inovação nem importa em medidas que possam trazer qualquer alteração prejudicial aos bons princípios que norteiam os nossos costumes de família cristã” (A **Notícia**, 1931 apud NASCIMENTO, 2013, p. 49).

As inovações que pretendia, diziam respeito à participação política, por exemplo, mas não às questões que pretendiam mudanças no comportamento cristão.

Esse é um traço dos costumes que Edwiges de Sá Pereira criticava. Por outro lado, pensava na submissão feminina ao marido como algo que igualmente prejudicava a coesão familiar.

Em suma, para Edwiges de Sá Pereira, as mulheres não desejavam o divórcio, justificando pelas palavras da imprensa: “alguns jornais comentaram o caso e o Diário de Notícias escreveu: ‘D’esta arte é clara a conclusão: a mulher brasileira não deseja nem pleiteia o divórcio’” (A campanha feminista no Brasil. **Diário de Pernambuco**, 19 jul. 1931, p. 2). Apesar da opinião contrária ao divórcio, não houve uma discussão no II Congresso Feminista, devido à falta de trabalhos sobre o tema. A religião católica unida ao feminismo da FPPF foi, de fato, uma peculiaridade dessa organização, se comparada ao feminismo do resto do país.

Edwiges de Sá Pereira sempre sinalizou pelos princípios católicos, deixando essa ideia clara também no partido. É interessante notar, que ela colocou seus princípios católicos como “intransigente”, “radical”, ou seja, não era apenas mais uma pauta, mas uma premissa essencial em sua visão social, política.

Martha de Hollanda trilhou caminho inverso ao de Edwiges de Sá Pereira no feminismo do Recife, sendo contrária à articulação dos preceitos católicos e favorável à dissolubilidade do matrimônio. Ela considerava que era “inteiramente favorável ao divórcio para a moralização do nosso contrato civil e garantia da família” (**A Pilheria**, 4 fev. 1928). Era também contrária aos preceitos católicos na pauta feminista.

Martha de Hollanda Cavalcanti, de família tradicional, nasceu em 20 de março de 1903, na cidade de Vitória de Santo Antão, próxima à capital Recife. Dedicou-se à poesia, ao jornalismo, ao feminismo. Publicou um livro de poesias intitulado “Delírio do Nada” em 1930, que foi lido por ela em sessão solene na Academia Pernambucana de Letras. Este livro a tornou conhecida no mundo intelectual do Recife, com notícias em diversos jornais (**O Lيدador**, 30 ago. 1930; **A Pilheria**, 18 jan. 1930). Essa foi a primeira e mais importante obra da feminista.

Martha de Hollanda produziu outros trabalhos que aparentemente não foram publicadas, como “Escândalo” e “Diga que não tem flores!” (FREITAS, 2003, p. 95-96). Ela também foi professora do Collegio Santa Margerida e redatora da Revista Feminina (**A Noite**, dez. 1928). Nesse período, ser professor era algo quase que exclusivo das mulheres, retratando, muitas vezes, o cuidado da mãe sobre um filho.



Figura 6. Fotografia de Martha de Hollanda.

Fonte: <<http://ven1.blogspot.com.br/2012/03/ha-109-em-vitoria-de-santo-antao-nascia.html>>

Martha casou-se em 1928, aos 25 anos de idade com o poeta, jornalista e historiador José Teixeira de Albuquerque (FREITAS, 2003), contando, na cerimônia, com “famílias da mais alta sociedade recifense” (*A Pilheria*, 15 dez. 1928). Após o casamento Martha de Hollanda fixou residência em Recife. Seu marido era funcionário do Arquivo da Diretoria das Obras Públicas do Estado, mas não deixou de fazer poesias. Teixeira foi um marido que nunca a impediu de ser uma escritora e feminista, algo raro para o período. Contudo, tal postura acarretou repreensões e intrigas ao marido e ao casal (FREITAS, 2003).

Martha de Hollanda tinha o comportamento que Edwiges de Sá Pereira tanto recriminava: frequentava sozinha cinemas, teatros, sorveterias e casas de chá. Esse comportamento naturalmente não era normal para a mulher da época (FREITAS, 2003). Ela fumava dois maços de cigarros por dia e cerca de seis charutos, além da bebida, comum nos saraus em sua casa (Ibidem, p. 108). A feminista vestia roupas extravagantes, coloridas e, às vezes, paletó, algo que causava estranhamento e falatório, mesmo em uma cidade como o Recife, que aparentemente se modernizava. Além disso, tinha corte de cabelo a la Paris e outros detalhes que chamava a atenção na época e, portanto, era considerada uma pessoa divertida e cômica.

Apesar de ser oriunda de família católica, era favorável ao divórcio. Ela também não atrelava suas opiniões ao pensamento da Cruzada, como fez Edwiges de Sá Pereira com a Federação.

Na verdade, Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda tinham o mesmo objetivo, mas de forma diferente. As militantes da época se viam como feministas e não como sufragistas, como é comum pensar. Martha de Hollanda definiu o feminismo no país:

A mulher, incontestavelmente, constitui parte integrante desse corpo que é a humanidade, e, logicamente necessária e indispensável a ele com todas as suas condições. O feminismo é uma condição da mulher moderna. E, essa condição, é uma necessidade inalienável para a harmonia desse soberbo e magnífico conjunto que é a grande obra de criação, que evolui e melhora [...]. O feminismo é a associação das forças dispersas da mulher, para combater o bom combate. O combate de suas reivindicações. E, por isso, justo. E necessário. Necessário por uma exigência filosófica; necessário por uma tradição histórica; necessário por uma lei natural. (**O LIdador**. 20 jul. 1935)

Para Martha de Hollanda, “o feminismo é uma condição da mulher moderna”. Esse é um ponto importante a ser considerado, pois o movimento feminista, por muitas vezes, não foi sinônimo de modernidade: a Federação Pernambucana, por exemplo, defendia ideias tidas por retrógradas, como a perpetuação de preceitos católicos. Martha de Hollanda ainda definiu os argumentos antifeministas que justificavam a desigualdade de gênero:

Os mais eminentes letrados que se insurgiram contra a alforria das mulheres brancas, não produziram argumentos definitivos. Doutrinas capazes de levar a convicção ao espírito mais primário dos povos menos esclarecidos. Uns temiam a dissolução do lar, outros receavam, que os laços sagrados da família, fossem anulados pela concorrência dos sexos nas relações da vida comum; e houve os que negaram o direito, considerando a mulher na missão precípua de educadora dos filhos; e houve os que temeram as discórdias e controvérsias entre membros da mesma família. A anarquia... (**O LIdador**. 20 jul. 1935)

A “alforria” para as “mulheres brancas” seria o acesso ao âmbito público e político. Obviamente diversas mulheres já trabalhavam nas ruas do Recife, sobretudo mulheres pobres. Mas ela se refere às mulheres brancas que estão em uma condição privilegiada entre as demais. Martha de Hollanda era de família importante, de traço cultural erudito, e sua intenção era acessar o campo político para ajudar as mais

pobres – o assistencialismo era a via. Violeta do Passo definia a ação social de Martha de Hollanda:

A distinta diretora da Cruzada Feminina em Recife, com uma cultura elevada e inteligência ilimitada veio com toda delicadeza de mulher, trazer aos cegos pela ignorância e egoísmo, um pouco de luz sublime da realidade, e um pouco de afeto. Apesar da pobreza rústica dos meus ideais, comungarei com a ilustre patriciã a mesma hóstia santa da causa. Sempre considere a mulher digna de melhor sorte, digna mesma das grandes honras tão somente dispensadas ao sexo orgulhoso e forte; não me incomodado com os preconceitos sociais, ou se eram doentias ou absurdas as minhas idéias. [Sic] (**Jornal do Recife**, 30 ago. 1931)

A análise de Violeta do Passo reflete uma desigualdade de gênero real e alarmante da sociedade da época. Mas, de fato, existia uma ideia de que as líderes feministas detinham um saber elevado, sendo guias para as adeptas do movimento e as demais mulheres que não eram informadas.

2.5 O lugar social feminista: a obra *Pela mulher, para a mulher* de Edwiges de Sá Pereira

O trabalho de Edwiges de Sá, intitulado *Pela mulher, para a mulher* (1932) foi escrito para o II Congresso Feminista no Rio de Janeiro e retrata sua visão sobre as mulheres, reafirmando também seu lugar social. Seu esboço retratava como ela se preocupava com a situação das mulheres pobres, supondo um protagonismo das mulheres da elite e da classe média no intuito de ajudá-las. Ela dividiu as mulheres em três categorias: a que sabe e não precisa trabalhar, a que precisa e sabe trabalhar e a que precisa e não sabe trabalhar.

As duas primeiras categorias deveriam, unidas, retirar a terceira categoria de uma situação econômica precária. Será que a mulher pobre não sabia trabalhar? Ou há uma visão elitizada sobre este aspecto? O que seria trabalho para Edwiges de Sá Pereira? Digo, o que ela considerava como tal, no começo do século XX?

Edwiges de Sá Pereira explica em sua tese a origem das três categorias, começando pelas mulheres da elite. A origem dessa mulher remonta ao período escravocrata, patriarcal, no qual tinha uma vida amorfa. E, mesmo após o fim da escravidão, em muitos casos, a mulher continuou sendo sustentada pelo marido, devido “à doçura dos nossos costumes” (PEREIRA, 1932, p. 6). Contudo, foi nesse período, pós-abolição, que a mulher começou a interessar-se pela vida fora do núcleo

familiar. Esse movimento de saída das mulheres ao ambiente público exigiu delas mais cultura, construindo assim uma “hierarquia onde as mais ricas e mais cultas são as mais nobres” (PEREIRA, 1932, p. 7).

Essa mulher foi, cada vez mais, integrando-se às atividades fora do lar, como associações religiosas, de caridade, orfanatos, creches, escolas, asilos e comitês patrióticos. Esse, de fato, foi o mundo público das mulheres da elite, por décadas, no Brasil. Eram comuns e aceitas pela sociedade as ações de caridade feitas pelas mulheres, forma até de se sentirem úteis. A educação formal, isto é, a escola, foi por anos, considerada como uma atitude mesmo de caridade, comumente desenvolvida por mulheres letradas e muitas vezes da elite. A maioria das feministas do Recife e do Rio de Janeiro tinham o curso normal e atuavam como professoras. A própria Edwiges de Sá Pereira foi um exemplo disso.

Já a segunda categoria, “a que precisa e sabe trabalhar”, segundo a autora, tem uma história dolorosa. Elas não tinham escolha, tinham que trabalhar e as fábricas foram uma solução para as mulheres proletárias (PEREIRA, 1932, p. 7). Contudo, havia contestações sobre o trabalho feminino nas fábricas, pois “afetaria sua natureza orgânica, diminuindo a sua capacidade procriadora, comprometeria a natalidade, concorreria para a despopulação” (PEREIRA, 1932, p. 7). Edwiges de Sá Pereira cita ainda o cardeal Manning, que afirmava que a mulher deveria primar pelo “contrato conjugal”, que seria afetado pela vida na fábrica.

Manning traça aí um panorama do movimento antifeminista, muito atuante na época. Contudo, a feminista reflete que para a mulher que sabe trabalhar, não existem apenas as fábricas e ateliers, mas também a burocracia, o comércio, os cursos secundários e superiores.

Essas duas categorias de mulheres (as intelectuais e as trabalhadoras) lutavam pelos direitos sociais e políticos.

O cérebro que a displicência atrofia, os braços que a inação paralisa, a vontade que passiva resignação coagia, cedem ao dinamismo da hora presente e, acionados por invencível força ascensional, pensa, movimentam-se, age. E, unidas as duas correntes, as mulheres que não precisam e as que precisam e sabem trabalhar organizam-se, protestam, e reclamam a conquista de direitos civis e políticos, na aspiração de colaborar nos dispositivos das leis que, regulando a sociedade, tão profundamente vão se refletir nos costumes. (PEREIRA, 1932, p. 9)

Por outro lado, eram essas mulheres que salvariam aquelas que não sabiam trabalhar, pois “da ação conjunta dessas duas correntes deve sair, há de sair a redenção das mulheres da terceira categoria, de que trata esta síntese imperfeita da evolução feminina de nosso país: as que precisam e não sabem trabalhar” (PEREIRA, 1932, p. 9).

Edwiges de Sá Pereira lamentava essas mulheres que precisavam e não sabiam trabalhar, por se acharem em uma condição de ignorância, “nessa dolorosa avalanche de incapazes que, impúberes ainda, vagueiam pelas ruas da cidade, esmolam pelos cafés e pelos templos, e se arrastam no declive de todas as indigências ao despudor de todos os vícios” (PEREIRA, 1932, p. 9).

Essa foi uma análise que tentou organizar as mulheres pobres em apenas um bloco, algo difícil de pensar. Contudo, era uma característica das feministas da época, que não olhavam de forma plural para as experiências cotidianas da mulher pobre, considerando-a como “animalizada, selvagem quase, vivendo do instinto, rude como a natureza que a cerca, inútil como as riquezas jacentes sob o solo em que pisa”²⁸ (PEREIRA, 1932, p. 9), sendo uma classe que não tinha acesso à escola, higiene, religião (PEREIRA, 1932, p. 10) e que, portanto, necessitava ser educada, higienizada e moralizada.

A religião, obviamente, foi um tema que preocupou Edwiges de Sá Pereira. Antes de buscar uma solução para essa classe, concluiu, sobre a mulher pobre, que “em si, só por exceção encontram uma ou outra, elementos naturais para reagir. Desajustadas, esquecidas vegetam como os cogumelos, concorrem com o seu coeficiente nos recenseamentos, avolumando, como peso morto, a população do Brasil” (PEREIRA, 1932, p. 10).

Entretanto, a militante debate em sua tese, sobretudo, a questão educacional das mulheres e do país. Afirma, em sua síntese, que existiam 80% de analfabetos no Brasil, sendo algo comum em toda a totalidade das mulheres pobres, no qual “compete responsabilidade maior na formação moral da família” (PEREIRA, 1932, p. 11) que, por conseguinte reproduziria um ciclo de analfabetos. Conclui que a União deveria tutelar a “causa *mater* do interesse nacional” (PEREIRA, 1932, p. 12) com a

²⁸ Alcileide Cabral do Nascimento (2011, p. 41) isenta o olhar de Edwiges de Sá Pereira sobre as mulheres pobres, afirmando que era uma “perspectiva elitista, comum à época”.

cooperação dos estados, promovendo educação escolar itinerante, fixa, nos centros urbanos e áreas rurais, sendo:

Escolas ativas: pedagógicas, domésticas, profissionais, agrícolas – onde a colaboração feminina se possa exercer num plano de proteção e defesa para a finalidade social da mulher, e a coordenação dos objetivos nacionais consubstanciados na família, na moral, na religião, na liberdade. (PEREIRA, 1932, p. 12)

Na verdade, a mulher da classe pobre já trabalhava, não era uma opção, como para as mulheres da elite. Quando Edwiges de Sá Pereira falava que as mulheres pobres não sabiam trabalhar, supõe-se que ela esteja se referindo às profissões liberais, como as áreas do direito, da medicina, que só o mundo letrado poderia oferecer. É importante notar a posição social que ela ocupava no discurso feminista de salvação das mulheres mais pobres. Além de advogar pela emergência da cidadania política feminina, também tinha a intencionalidade de socorrer as mais necessitadas da pobreza, com proposições assistencialistas.

Desde o começo, havia uma preocupação com as mulheres pobres e também em prepará-las para o mundo do trabalho. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, por exemplo, desenvolveu alguns projetos neste sentido, assim como a Federação Pernambucana. Como vimos, houve a intenção da FPPF de criar uma “escola de oportunidades”. Propostas com relação ao trabalho feminino foram sugeridas à Constituição de 1934, por Bertha Lutz, em um documento intitulado “O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social”, contendo diversas garantias, como “a proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil” e “reconhecia a maternidade como fonte de direitos, devendo ser amparada pelo Estado” (SOIHET, 2013, p. 83-84).

Apesar da preocupação dos dois movimentos, do Recife e do Rio de Janeiro, dispensado às mulheres pobres, “estas não se somaram às campanhas da FBPF” (SOIHET, 2013, p. 94-95) e nem da Federação Pernambucana. Operárias, empregadas domésticas, não se filiaram aos movimentos feministas do começo do século, haja vista que, embora propusesse melhorias para esse grupo de mulheres, na realidade, “seus vínculos diretos com as pobres eram frágeis” (Ibidem, p. 95). A afirmação de Rachel Sohiet sobre o movimento feminista do Rio também pode ser igualmente aplicada ao Recife.

A Federação Pernambucana era um grupo de mulheres da elite, devidamente intitulado pelos jornais, muitas vezes, como de “ilustres mulheres da sociedade pernambucana”²⁹, tendo pouco contato com as mulheres mais pobres.

Mas, de fato, existia uma ideia no discurso feminista de salvação das mais necessitadas. Além de advogar pela emergência da cidadania política feminina, também tinha a intencionalidade de socorrer as mais necessitadas da pobreza e da falta de emprego. Edwiges de Sá Pereira ainda discutiu a importância da sua tese para o feminismo brasileiro:

Ao feminismo no Brasil, com o direito do voto em perspectiva, dentro de sua divisa rigorosamente humana – “pela mulher, para a mulher” – cabe uma nobre tarefa patriótica, social, cristã. Da sua ação perante os governos, do seu esforço moral e material resultará *ad futurum* a eficiência de elemento feminino nacional, influenciando como capital valorizado na economia do país (PEREIRA, 1932, p. 11).

Além da questão do acesso da mulher ao mundo político e ao espaço público, foi imprescindível discutirmos a religiosidade de Edwiges de Sá Pereira e, por consequência, o caráter cristão da Federação Pernambucana.

Este capítulo retratou os movimentos feministas do Recife que estavam intrinsecamente ligados ao pensamento das suas líderes: Edwiges de Sá Pereira na Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino e Martha de Hollanda pela Cruzada Feminista Brasileira. Por mais que existissem outros projetos de luta dos dois movimentos no Recife, o voto foi o objetivo feminista mais almejado, levando décadas para ser concretizado. As organizações nasceram no Recife dentro de um processo de amadurecimento do voto feminino, no qual os discursos dos políticos da época já convergiam para sua obtenção. Mas as militantes não desejavam apenas o voto pelo voto. Era necessário intencionar a construção do eleitorado feminino para pôr em prática suas ideias e ambições sociais e políticas.

No capítulo seguinte, discutiremos justamente esse momento de construção do eleitorado feminino, bem como os caminhos percorridos para sua obtenção.

²⁹ “A ‘enquete’ do ‘Diário’ junto a ilustres damas da sociedade pernambucana” (**Diário de Pernambuco**, 19 jan. 1933).

Capítulo 3: O voto feminino

Elevemos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nesta injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política.

(Machado de Assis)³⁰

Após anos de luta pelo sufrágio feminino, havia chegando o momento de a mulher exercer o direito de voto. E os anos 1930 foram decisivos nessa trajetória, pois cada ano analisado teve sua importância. Em 1931, os movimentos feministas nasceram no Recife, em 1932 o voto feminino foi aprovado e em 1933 as mulheres foram às urnas com duas candidatas feministas em Pernambuco.

O 1º capítulo tratou da perspectiva antifeminista deste período no Recife, com discursos que desqualificavam as mulheres. No 2º capítulo mostramos que as mulheres, feministas, não recuaram frente a tais discursos, criando seus movimentos e lutando por sua emancipação. Estas questões desaguaram na busca pelo voto feminino, que havia ganhado espaço significativo após a Revolução de 1930.

Entretanto, o voto feminino não era o ponto de chegada dos movimentos, pois ainda existiam outras reivindicações a serem atendidas. O voto não estava isolado no campo de exigências, outros debates foram postos, como religião, instrução, divórcio, mulher “moderna”. O acesso à franquia eleitoral fez surgir outra questão de suma importância para as sufragistas, pois o voto feminino não era obrigatório e seria necessário convencer as mulheres da importância de irem às urnas. Assim, neste capítulo, analisamos as influências feministas no país, a campanha política feminista e a construção do eleitorado feminino.

³⁰ VILLA, Marco Antonio. **A história das constituições brasileiras**: 200 anos de luta contra o arbítrio. São Paulo: Leya, 2011.

3.1 A campanha feminina no Brasil

Bertha Lutz, Carlota Pereira de Queiroz e Lacerda de Moura foram as mulheres que mais influenciaram o feminismo em todo o país, no começo do século XX. Bertha Lutz fundou a maior organização feminista até então, influenciando organizações pelos diversos estados da federação. Carlota Pereira de Queiroz, apesar de não estar ligada ao movimento feminista e por muitas vezes discordar de seus preceitos, foi a primeira mulher a participar de uma assembleia nacional, da política representativa. Maria Lacerda de Moura também foi influente em sua época, rompendo com o movimento feminista de Bertha Lutz, trilhando caminho pelo feminismo anarquista.

Bertha Lutz foi a idealizadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criado em 1922 no Rio de Janeiro. Este foi o movimento mais importante do período, influenciando a abertura de federações estaduais, como a FPPF em 1931. Filha da inglesa Amy Fowler e do suíço Adolfo Lutz, de um lugar social privilegiado, estudou na França, onde se formou em Ciências pela Universidade de Sorbonne. Após sua volta de Paris, em 1918, participou da Legião da Mulher Brasileira, em 1919, sob a liderança de Alice Rego Monteiro. Foi só em 1920 que fundou, no Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, com a ajuda de Maria Lacerda de Moura, tendo como pauta principal a luta pelo voto feminino (HAHNER, 1981, p. 102).

A federação tinha como proposta pressionar os políticos no Congresso a fazerem pronunciamentos públicos, sobretudo utilizando a imprensa escrita, e buscar apoio nas lideranças do país (SOIHET, 2000). Soihet lembra que a pressão da FBPF era feita de forma comedida, “bem-educada”, como foi analisado no segundo capítulo. O objetivo final seria a conquista da cidadania política feminina, ocasionando outras conquistas futuras. Branca Moreira Alves (1980, p. 96) considera que essa tática de pressionar os membros do Congresso foi uma herança do Partido Republicano Feminino, liderado por Leolinda Daltro.

A FBPF tinha em seu núcleo de direção, apenas mulheres das classes média e alta, mas no que diz respeito à composição geral, já era uma organização heterogênea. A maior parte das mulheres que a compunham eram professoras, funcionárias públicas, compositoras e encadernadoras (HAHNER, 1981). Bertha Lutz, além de construir os objetivos da Federação junto com Carrie Chapman Catt, que era feminista

estadunidense e sua amiga, organizou e participou de congressos sobre as questões das mulheres no Brasil e no exterior.

Após alguns reveses ao direito político feminino, ela seguiu a ideia do senador Lauro Müller, que “aconselhou às líderes que procurassem um governador de Estado disposto a instituir o voto feminino por interpretação da Constituição, o que resultaria na adesão de outras unidades da Federação” (SOIHET, 2000, p. 101-102). Com a obtenção do direito ao voto feminino no Rio Grande do Norte em 1927, como vimos anteriormente, por meio de seu presidente Juvenal Lamartine que havia declarado apoio à causa feminina, mais dez estados permitiram a participação política das mulheres e, em 1932, já existiam treze filiais da Federação.

O debate pelo direito ao voto feminino, em âmbito nacional, pairava no legislativo desde 1919³¹, entre picos de otimismo e decepção. O que existia dentro do senado, antes de 1930, eram políticos que simpatizavam com a causa, mas não seguiam uma orientação política sufragista. Bertha Lutz também foi de grande importância no momento pós-voto, pois participou da elaboração do anteprojeto para a Constituinte de 1933 e 1934, chegando à política representativa nacional em 1936 (KARAWEJCZYK, 2013). Bertha Lutz foi candidata em 1933 pelo Partido Autonomista (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005, p. 315).

Já Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira deputada federal da América Latina e a única a assinar a Constituição de 1934. Nascida em São Paulo, em 1892, formou-se na Escola Normal e também cursou medicina em 1920. Carlota Pereira de Queiroz sempre se posicionou à margem do movimento feminista, colocando-se como uma constitucionalista de 1932. Carlota Pereira de Queiroz teve um grande apoio da Chapa Única por São Paulo Unido, sendo vital para sua candidatura em 1933. Bertha Lutz tenta aproximar Carlota Pereira de Queiroz de seu movimento:

Como vai aí de propaganda e de resultado? Sei que sua vitória é certa e fico muito satisfeita com isso. Espero, entretanto, que você dê apoio ao programa feminista, não é assim? Ainda não li a entrevista que você deu, mas soube que você teve a gentileza de falar em mim. Algumas ficaram um pouco sentidas, por você não se ter declarado feminista, porque para nós a entrada da mulher na Constituinte representa o resultado de 14 anos de luta. [...] e afinal o que se precisa é defesa da Mulher. Mas eu tenho certeza que você será um baluarte feminista, não é assim? Tenho-o dito aqui à imprensa com moderação, às colegas com entusiasmo. Tenho recebido aplausos à minha candidatura de S. Paulo e tenho pedido a todos

³¹ Em 1919, foi apresentado ao Senado o projeto que defendia o voto às mulheres. A autoria do projeto foi de Justo Chermont (HAHNER, 1981, p. 113).

que votem em você, já que o entusiasmo deles deve beneficiar uma mulher. (SCHPUN, 1999, p. 357)

Carlota Pereira de Queiroz não era simpatizante das causas feministas e também não se achava fruto do movimento, que se construía há 14 anos, como relata Bertha Lutz. Entretanto, Carlota Pereira de Queiroz se aproximava das causas tidas femininas, dizendo representar a mulher na Constituinte (SCHPUN, 1999, p. 359). Ela não considerou em nenhum momento para a sua vitória o feminismo e o movimento sufragista. Ao contrário, creditava sua vitória à Revolução de 1932 e à mobilização das mulheres paulistas nesse movimento (SCHPUN, 1999, p. 363). Sua plataforma política ia de encontro ao pregado pelo feminismo, como o acesso aos direitos políticos e civis das mulheres. O ideário de Carlota Pereira de Queiroz reflete o que afirmou Chiquinha Rodrigues, vice-presidente da Bandeira Paulista de Alfabetização:

Não alimentamos ilusões sufragistas. Desejamos apenas enfrentar as realidades ambientes, e pugnar, com desinteresse, e bastante despreendimento, pelo bem de S. Paulo. Entre os valores que integram o pensamento da gente de Piratininga não se pode pôr à margem a mulher. Daí o meu entusiasmo pela candidatura dessa ilustrada conterrânea. Dando-lhe o meu voto desejo render homenagem à mulher de minha terra. (Ibidem, p. 364)

A fala de Chiquinha Rodrigues é contraditória, pois não alimenta as “ilusões sufragistas”, mas Carlota Pereira de Queiroz só se tornou candidata devido ao movimento sufragista, que culminou no direito à candidatura das mulheres com o Código Eleitoral, em 1932.

Com relação às questões femininas, Mônica Schpun define da seguinte forma as intenções de Carlota Pereira de Queiroz, afirmando que “ela pensa as questões que chama de femininas com um olhar de educadora e de médica, sem esquecer suas preocupações com a assistência social, centradas na proteção à infância e à maternidade” (Ibidem, p. 369-370). O título do artigo de Schpun simboliza o conflito vivenciado na carreira política de Carlota Pereira de Queiroz, “Entre o feminino e masculino”, estando mais ligada à causa política (masculina) e menos à causa feminista ou feminina (Ibidem, p. 375). O contexto político da época considerava as feministas como radicais e ela fugia desta perspectiva, aliando-se aos homens do partido, à política tradicional.

Maria Lacerda de Moura seguiu outro rumo na vida política. De família simples, nasceu em Minas Gerais no ano de 1887. Participou do movimento feminista tradicional com Bertha Lutz, no início dos anos de 1920, fundando a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Ela rompeu com Bertha Lutz, radicalizando as suas ideias. Tornou-se anarquista e iniciou duras críticas às feministas sufragistas. Continuou feminista, contudo, da ala radical, que Celi Pinto tratou como um feminismo mal comportado, trazendo para a discussão o mundo do trabalho, algo que não era tão explorado no feminismo de Bertha Lutz (PINTO, 2003, p. 38). Miriam Moreira Leite definiu assim as suas aspirações:

direito à cidadania, à educação, à necessidade de resistência à redução da vida da mulher ao papel de procriadora, aos preconceitos existentes contra a mulher escritora, à legitimação da inferioridade feminina na sociedade vigente; o direito ao amor e ao casamento por livre escolha, à necessidade da maternidade consciente, o problema da solteirona e da prostituta, as situações criadoras dos crimes passionais e as formas do trabalho doméstico e repercussões do trabalho assalariado. (LEITE, 1984, p. 21-22)

Desde 1921 que Maria Lacerda de Moura abriu mão da luta pelo direito de voto, que, de acordo com ela, “lutava por uma causa que iria beneficiar poucas mulheres, sem trazer vantagem alguma à multidão feminina” (PINTO, 2003, p. 36-37). De fato, não havia uma preocupação do movimento de Bertha Lutz com as mulheres operárias e assalariadas (LEITE, 1984, p. 39). Isabel Cerruti fala *A Plebe*, jornal da imprensa anarquista, rebatendo a ideia da *Revista Feminina* sobre a emancipação da mulher:

A Revista Feminina em seu programa propõe-se a propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. É só a isso que chamam emancipação feminina? Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco... O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social ...Qualquer reforma nas leis vigentes que venha a conferir-lhe direitos políticos iguais ao homem não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constrange e protege a prostituição. Nós, os anarquistas com clara noção da verdadeira e sã moral, esforçamo-nos para que um dia seja realidade uma organização social mais perfeita, do que a atual, para que a honra das famílias seja assegurada ao amor livre. (A moral nos lares. **A Plebe**. 20 nov. 1920)

O feminismo anarquista não queria apenas a modificação das leis, mas a mudança social dos costumes. Lutavam pela emancipação feminina, sobretudo no mundo do trabalho.

Foram três campanhas diferentes do começo do século: Bertha Lutz, voltada ao sufrágio influenciou a campanha feminista no Recife; Carlota Pereira de Queiroz, que apesar de ter sido beneficiada pelo movimento sufragista, afinal foi eleita um ano após o direito à cidadania política para as mulheres, buscava um perfil de política mais global, fugindo da temática feminista; e Maria Lacerda de Moura que trouxe à campanha feminista características diferenciadas das duas anteriores, pois pregava uma emancipação feminina além do direito ao voto, visando à igualdade no trabalho.

A campanha que trataremos neste capítulo diz respeito ao período posterior à obtenção do voto feminino. Por isso a campanha no Recife tinha diversas preposições, que também incluía as mulheres trabalhadoras.

3.2 As pioneiras vão às urnas: o exemplo do Rio Grande do Norte

O ano de 1927 foi importantíssimo para a historiografia do sufrágio feminino. Foi o ano do acesso das mulheres no Rio Grande do Norte à representação política, pela primeira vez no Brasil, impulsionando o clima pela franquia eleitoral feminina em todo o país. Entretanto, a historiografia especializada é diminuta com o recorte em tela. As obras que retratam o feminismo e o sufrágio, infelizmente, não dão a devida importância a esse momento histórico.

Quando se fala em pioneiras no contexto do voto, pensamos de antemão no feminismo estadunidense, britânico e no Brasil, lembramos de Leolinda Daltro, Bertha Lutz e outras, mas as potiguares quase nunca são mencionadas. O número de pesquisas também é pequeno, se pensarmos que as norte-rio-grandenses foram as primeiras na América Latina a serem eleitoras e candidatas.

3.2.1 1927: o ano I do voto feminino

A primeira lei que garantiu o voto feminino partiu do Rio Grande do Norte. Juvenal Lamartine então senador da República, havia prometido que, se eleito governante de seu estado, garantiria tal direito às mulheres. Foi essa plataforma política de Lamartine que resultou no apoio de Bertha Lutz e Carmem Portinho, da

FBPF. De acordo com Céli Pinto (2003, p. 25), elas “proferiram palestras, concederam entrevistas à imprensa local e lançaram panfletos sobre a cidade, a bordo de um monomotor”.

Lamartine foi eleito e, mesmo antes de assumir, articulou a implantação de sua promessa de campanha com os parlamentares estaduais. Com sua influência, fez com que o projeto fosse aprovado e logo foi sancionado pelo ainda governador José Augusto Bezerra de Medeiros (SHUMAHER& BRAZIL, 2000, p. 219). A partir daí diversas mulheres do estado entram com o pedido de alistamento eleitoral. As primeiras foram Celina Guimarães Viana e Júlia Alves Barbosa, totalizando vinte mulheres (SOIHET, 2013). O periódico *O Mossoroense* anunciava Celina como a primeira eleitora do Brasil:

Com a inclusão no dia 25 de novembro do nome de D. Celina Guimarães Viana na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte, em virtude da lei nº 660 de 27 de outubro último, sancionada pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado, teve o Brasil sua primeira eleitora e erigiu Mossoró mais um padrão memorável na sua vida de município paladino de altas e avançadas iniciativas. (A primeira eleitora brasileira. Mossoró sempre à vanguarda dos grandes e nobres cometimentos. **O Mossoroense**. 4 dez. 1927)

É natural o hiato entre a vigência da lei e o pedido para a aceitação da mulher como eleitora. Hoje esse processo é quase automático. Nesse período, contudo, a petição passava às mãos de um magistrado para daí deferir ou não o pedido. Um exemplo disso foi o que ocorreu com as duas primeiras eleitoras. Júlia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana entraram com requerimento no mesmo dia, mas a primeira a obter o registro foi a Celina Guimarães Viana (SHUMAHER& BRAZIL, 2000). Os critérios para se alistarem eram os seguintes: “instruído, com a prova de idade já aludida (21 anos), renda com a garantia de sua subsistência e residência no município pelo prazo de quatro meses ininterruptos” (RODRIGUES, 1982, p. 66). O requisito da alfabetização continha um traço econômico peculiar da eleitora: classes média e alta.

Celina Guimarães nasceu em Mossoró em 1898, onde foi professora na Escola Normal. Já Júlia Alves Barbosa nasceu em Natal em 1906 e também era professora na Escola Normal da capital. Seu pioneirismo como sufragista lhe rendeu a eleição para a Câmara Municipal de Natal em 1928 (SHUMAHER& BRAZIL, 2000).

Entretanto, o maior feito das mulheres no Rio Grande do Norte foi a eleição da primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano, noticiada inclusive no *The New York Times* em 8 de setembro de 1928 (SHUMAHER& BRAZIL, 2000, p. 36). Ela

detinha uma colocação social privilegiada. Seu pai era coronel da Guarda Nacional, líder político da região de Angicos (RN) e comerciante. Ela casou-se com o promotor Tomaz Soriano de Sousa Filho de uma família tradicional de Pernambuco.

Foi nesse contexto sociopolítico que Alzira Soriano obteve apoio total do governador Juvenal Lamartine, ganhando força para as eleições. Ela lançou sua candidatura pelo Partido Republicano, após reunião com Lamartine e Bertha Lutz. Mesmo com tal apoio político, a sua empreitada não foi fácil: a campanha eleitoral de Lages, cidade potiguar, foi marcada por ofensas dos candidatos contra Alzira Soriano, “alguns apregoavam, às claras e sem rodeios, que mulher pública é prostituta; outros procuravam seus familiares para dizer que não ficava bem uma senhora de família entrar para a política” (SHUMAHER& BRAZIL, 2000, p. 36). Apesar dessa campanha antifeminista, Alzira Soriano obteve 60% dos votos.

O lugar social dessas mulheres fica bem visível até na escolha entre se candidatar ou ser apenas eleitora. Após a vitória de Alzira Soriano, as organizações sufragistas se multiplicam e dez estados permitiriam o direito à franquia eleitoral feminina após a Revolução de 1930 (SOIHET, 2006).

Apesar da importância política e social do feito das mulheres mossoroenses, este momento é geralmente contado em um parágrafo, um *boxe* ou em uma nota de rodapé. Ainda é necessário estudar o momento além da aprovação da lei, pensando, por exemplo, como essas mulheres potiguares se organizaram e fizeram política.

3.3 O voto feminino nos jornais

Os periódicos analisados, *Diario de Pernambuco* e *Jornal Pequeno*, discutiram a questão do voto feminino em todos os anos de nosso estudo. O ano de 1931 iniciou-se com a posição favorável de Vargas ao voto feminino (Entrevista concedida ao “Correio da Manhã pelo Sr. Getúlio Vargas. **Diario de Pernambuco**. 18 mar. 1931, p. 1). Em 1932 a novidade foi o Código Eleitoral, que permitia o sufrágio feminino em todo o país. Em 1933, a notícia foi as eleições para Constituinte, tendo a inédita participação da mulher como candidata e eleitora, em nível nacional. Por fim, 1934, ano da constitucionalização do voto às mulheres. Foram pesquisados os quatro anos dos dois jornais. Todas as menções ao voto feminino e a mulher nas eleições

foram contados na pesquisa quantitativa, como será possível perceber nas tabelas desse tópico. Matérias, artigos, sueltos etc estão reunidos.

Tabela 1. Matérias por mês do Jornal Pequeno

ANO	MÊS	MATÉRIAS
1931	Janeiro	1
	Março	1
	Julho	2
	Agosto	1
	Setembro	2
	Outubro	2
	Novembro	2
1932	Julho	2
	Outubro	2
	Novembro	2
	Dezembro	1
1933	Fevereiro	3
1934	Abril	1
Total		23

Fonte: Jornal Pequeno (anos 1931 a 1934). Elaborado pelo autor (2015).

Lembramos que as matérias reunidas na tabela diziam respeito a assuntos diretamente relacionados ao voto feminino, com isso não incluímos questões sobre o trabalho feminino e outras pertinentes ao feminismo. As matérias do *Jornal Pequeno* mantiveram uma constante, sem picos. Foram identificados 34 favoráveis, 7 contrários e nenhum neutro. Segue tabela do periódico *Diario de Pernambuco*.

Tabela 2. Matérias por mês do Diário de Pernambuco

ANO	MÊS	MATÉRIAS
1931	Janeiro	3
	Julho	3
	Setembro	12
	Outubro	8
	Novembro	1
	Dezembro	3
1932	Janeiro	4
	Fevereiro	1
	Junho	1
	Julho	1
	Outubro	1
	Novembro	1
1933	Janeiro	9
	Fevereiro	11
	Março	8
	Abril	7
	Maio	5
1934	Março	1
Total		80

Fonte: Diário de Pernambuco (anos 1931 a 1934). Elaborado pelo autor (2015).

No *Diário de Pernambuco* foram identificadas 58 matérias favoráveis, 13 opiniões contrárias e 9 neutras. Alguns temas tiveram mais destaque em cada ano analisado. A condição da mulher casada no anteprojeto do Código Eleitoral também marcou a discussão nos jornais em 1931. As feministas discordavam de a mulher casada necessitar de autorização do marido para votar, como criticou a mineira Elvira Komel:

[...] colocar a mulher casada em inferioridade ao homem e também as solteiras, viúvas e desquitadas, sujeitando-a a uma interminável tutela é mesmo que tornar indesejável o casamento, pelas desarmonias que não se farão esperar. Para completa paz e moralidade da família se faz mister completa igualdade de direitos dos cônjuges, acabando-se com todos os vestígios de escravidão que as nossas leis ainda guardam, na parte referente as mulheres. (D. Elvira Komel fala sobre o anteprojeto de reforma eleitoral. **Diário de Pernambuco**. 10 out. 1931, p. 8)

Contudo, ainda era o momento de discussão da importância do voto feminino, que constava no anteprojeto. A feminista Natércia da Silveira, favorável ao voto feminino, ratificava sua posição, acreditando “que o governo revolucionário tem nesse o maior de todos os seus atos. Não se podia esperar da mentalidade que ora norteia a administração do país outro gesto que não esse para colocar o Brasil ao lado dos povos mais evoluídos em matéria política” (“A Batalha” ouviu várias feministas a propósito da concessão do direito de voto as mulheres. **Diário de Pernambuco**. 15 set. 1931, p. 1). Em 1932 as discussões continuaram relacionadas à construção e implantação do código eleitoral.

Um caso curioso da posição contrária ao voto feminino foi de Georgina Azevedo Lima, candidata pelo Distrito Federal a Assembleia Constituinte, afirmando que se eleita iria:

[...] fazer um apelo a fim de que cesse o direito de eleição feminina por entender que o lugar da mulher é o lar e principalmente à mulher casada incumbe, dentro do lar, zelar pela educação dos filhos, tornando cidadãos dignos e úteis à pátria, de maneira a desempenhar a sua verdadeira missão. (Em torno do voto feminino. Curiosas declarações da sra. Georgina Azevedo Lima ao “Diário da Noite”. **Diário de Pernambuco**. 27 mai. 1933, p. 8).

O jornal ainda lembrou que Georgina Lima recebeu autorização de seu marido para se candidatar, o ex-deputado Azevedo Lima, que estava exilado na Europa. Segundo informações veiculadas na matéria, caso eleita, renunciaria ao mandato.

Consideramos como notícia neutra aquela que é apenas informativa, sem um caráter de opinião, como a que segue: “A Pátria abriu uma enquete na qual se manifeste a opinião pública sobre se a mulher deve ter o direito de voto no nosso país” (Deve ou não votar a mulher brasileira? **Diário de Pernambuco**. 17 out. 1931, p. 8). Este suelto apenas informou que o jornal A Pátria, do Rio de Janeiro, havia iniciado a enquete, sem uma opinião se era favorável ou contrária o voto.

Já em 1933, houve um “boom” de notícias do *Diário de Pernambuco*, podendo ser explicado pelas publicações da enquete intitulada “A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte?”, que discutiremos mais adiante. Em 1934, houve uma diminuição brusca de notícias referentes ao voto feminino, provavelmente pela ratificação com a Constituição de 1934.

3.4 Cuidar do lar... e da pátria: a campanha de Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda

Algumas mulheres participaram da campanha eleitoral de 1933 como candidatas no país, após a legitimação desse direito pelo Código Eleitoral de 1932³², como já foi discutido em momentos anteriores. Pelo Rio de Janeiro candidataram-se a professora Leolinda Daltro, as feministas Bertha Lutz e Anna César Vieira, a advogada Natércia da Silveira, a socialista Ilka Labarthe e a católica e “não feminista”, de acordo com a Revista da Semana, Georgina de Azevedo Lima (O feminismo triunfante! A mulher na Constituinte. **Revista da Semana**. 20 mai. 1933, p. 20-21). Outra destacada política foi Carlota Pereira de Queiroz, candidata por São Paulo. Em Pernambuco duas mulheres se candidataram: as feministas Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda Cavalcanti.

Como observamos no capítulo anterior, as duas feministas participavam de organizações diferentes o que, inclusive, gerou críticas dos antifeministas. Mário Melo, por exemplo, como vimos no 1º capítulo, criticava as feministas, que aparentemente não se entendiam, gerando a divisão dos movimentos. Há um olhar irônico do jornalista no teor de sua crítica, mas é uma análise importante a se fazer. De fato, elas tinham ideias diferentes, que ficaram evidenciadas na campanha política das duas.

Pretendemos discutir nesse contexto eleitoral justamente as diferentes visões de sociedade, política e do próprio teor feminista na campanha. Decidimos trabalhar o texto de forma temática, como o lugar da mulher “moderna”, divórcio, religião, instrução. Os jornais foram o principal meio de campanha, como foi evidenciado no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal Pequeno*. O jornal era a principal meio de comunicação no final do século XIX e início do XX. June Hahner (2003, p. 84) afirma que, diante do importante papel dos jornais, as líderes da emancipação feminina estimulavam as mulheres a lerem para daí conhecerem os seus direitos e obrigações.

³² O código eleitoral de 1932 tinha como objetivo regular normas legislativas para o ato das eleições do país. Esse foi o primeiro código propriamente dito, pois a reforma eleitoral de 1881 tinha caráter de retificação de leis anteriores, não tendo a perspectiva de reunir todas as implicações de um processo eleitoral. O código de 1932 inova ao instituir o voto feminino e o voto secreto, criando também a Justiça Eleitoral, oportunizando maior transparência nas eleições. Antes da criação deste órgão, o processo das eleições era conduzido pelo Poder Legislativo, sendo comum a fraude. O código foi instituído pelo decreto no 21.076 em fevereiro de 1932 e em maio era criado, por consequência da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A importância dos jornais aumenta potencialmente quando consideramos que o eleitorado deveria ser alfabetizado. Nascimento & Oliveira (2007, p. 442), analisando o jornal *O Sexo Feminino*, considerava esse meio, antes de qualquer coisa, como “porta-voz de um potente interventor na dinâmica social”. Também podemos aplicar essa ideia aos jornais do Recife, porta-vozes da campanha eleitoral.

Os caminhos político-partidários também foram distintos entre as candidatas. Edwiges de Sá Pereira se filiou ao Partido Economista, que surgiu no calor do processo eleitoral. Martha de Hollanda não se filiou, candidatando-se como “avulsa”, dispositivo permitido na época. Aparentemente Martha de Hollanda participou nesta condição não por vontade própria, pois teria tentado se candidatar pelo partido situacionista, o Partido Social Democrático de Pernambuco, como noticiou o *Diário de Pernambuco*:

Com o alistamento eleitoral aberto às senhoras, começaram a aparecer também as candidatas femininas à Constituinte. Entre os nomes lançados as eleitoras estavam o da sra. Martha de Hollanda, ao que se diz prestigiada pelo Sr Mario Melo. Dizia-se, ontem, no Palácio da Justiça, que a indicação daquela candidata não é ao eleitorado, sim ao Sr. Interventor, para que a faça incluir na chapa que o Congresso do PSD vai escolher no dia 10 corrente. Nesse sentido, dizia uma eleitora tagarela, teriam já apelado para a sra. Natércia da Silveira, uma das líderes feministas do Brasil, para que fizesse valer a sua simpática intervenção junto ao nosso Interventor... (Nos arraiais femininos. **Diário de Pernambuco**. 5 abr. 1933, p. 3)

O pedido de Martha de Hollanda foi tratado de forma irônica pelo texto de autor não identificado, ao chamá-la inclusive de tagarela. Não podemos descartar o prestígio de Mário Melo. Apesar de fazer duras críticas às posições feministas, ele elogiou a campanha de Martha de Hollanda em favor das viúvas desvalidas (As Cruzadas Femininas. **Jornal Pequeno**. 7 ago. 1931, p. 1) e ainda havia elogiado pessoalmente a feminista pela sua primeira obra, intitulada “Delírio do nada”.

Ainda de acordo com a matéria, ela havia procurado um dos líderes do PSD no estado, o interventor Carlos de Lima Cavalcanti. Essa atitude ratifica a perspectiva ousada de Martha de Hollanda, que marcou sua trajetória. Ela não ambicionava entrar em qualquer partido, mas no maior partido, que congregava os políticos mais

influentes de Pernambuco, como Agamenon Magalhães, Luiz Cedro Carneiro Leão, João Alberto Lins de Barros e Osorio Borba³³ (Relatório das eleições, 1933, p. 14).

A notícia ainda cita a feminista Natércia da Silveira, que de fato mantinha relações com ela. Considerava Natércia a maior representante do feminismo em todo país. Ela ia de encontro à opinião de Edwiges de Sá, que como a maioria das feministas, considerava Bertha Lutz sua maior representante. Natércia da Silveira fez parte da FBPF ao lado de Bertha Lutz até o rompimento em 1929. O motivo do rompimento foi a participação de Natércia da Silveira em um comício da Aliança Liberal, coligação opositora ao governo do então presidente Washington Luís. Após esse momento, seguiram caminhos diferentes: Bertha Lutz seguiu com a Federação e Natércia da Silveira criou a Aliança Nacional de Mulheres, em 1931 (KARAWEJCZYK, 2013, p. 297). Como vimos, Martha de Hollanda buscou apoio de Bertha Lutz na criação de sua organização, contudo Bertha Lutz apoiou a criação de outro movimento feminista do Recife, o de Edwiges de Sá Pereira. Esse pode ter sido o motivo da aproximação de Martha de Hollanda à feminista da Aliança Nacional. Um ano antes, Martha de Hollanda já havia publicado apoio à participação política de Natércia da Silveira, como retratou o *Jornal Pequeno*: “constata-se como foi divulgado, pelos jornais do Rio, o telegrama que a escritora Martha de Hollanda enviou ao presidente Getúlio Vargas, indicando o nome [da] dra. Natércia da Silveira, para a comissão do projeto da Constituição”. (Martha de Hollanda. **Jornal Pequeno**. 25 jul. 1932, p. 3).

Após a tentativa frustrada de sua filiação no PSD na condição de candidata, Martha de Hollanda tentou criar sua própria legenda, supostamente intitulada de “Segura esta Mulher”, como foi relatado no *Diario*:

Nos últimos dias da inscrição, apareceu no Tribunal eleitoral uma legenda de candidato. O desembargador Lacerda de Almeida leu, limpou os óculos, tornou a ler e passou ao dr. Domingos Vieira. Este lançou a vista no papel, esfregou os olhos e tornou a ler. Tratava-se de candidatura feminina. A legenda era: Segura esta mulher...

Consta que fora mandada registrar por instigações do sr. João Cleofas, que está temendo certa cabala em Santo Antão da Vitoria... (Segura esta mulher... **Diario de Pernambuco**. 30 abr. 1933, p. 3)

³³ O PSD foi fundado em 19 de dezembro de 1932 no período de reorganização partidária que o país vivenciava, devido à autorização de Vargas para as eleições de 1933. Carlos de Lima Cavalcanti foi o principal articulador da criação do novo partido, recebendo instruções do poder central (PANTOJA, 2010, n.p.).

O tratamento do jornal foi tão jocoso quanto o da tentativa de Martha de Hollanda entrar no PSD. Esse nome não foi idealizado por ela, na verdade foi uma notícia de caráter irônico. Entretanto, é provável que ela tenha tentado inserir o nome do movimento que acabara de idealizar, intitulado de Liga Social Democrática Feminina, fundado para apresentar sua candidatura (Uma liga feminina. **Diário de Pernambuco**, 30 mar. 1933, p. 3).

Após esses desapontamentos, ela optou pela candidatura “avulsa”, como já foi mencionado. Não necessitava de filiação partidária para se candidatar. O candidato sem partido era considerado avulso. Apesar dos dissabores na busca pela legenda, a campanha continuava, como afirma o *Jornal Pequeno* que “a escritora Martha de Hollanda, candidata avulsa à Constituinte prestigiada por valiosos elementos femininos, tem estado em grande atividade. No interior do estado fundaram comitês femininos que trabalham pela vitória de sua candidatura” (A candidatura de Martha. **Jornal Pequeno**. 26 abr. 1933, p. 3).

Já Edwiges de Sá Pereira disputou as eleições filiada ao Partido Economista. Existia um “clima” favorável a sua candidatura, sobretudo nas opiniões das demais participantes da FPPF. Apesar do *Diário de Pernambuco* já ter antecipado sua candidatura afirmando que “é possível que a Federação pelo progresso feminino concorra também às urnas apresentando a candidatura da Sra. Edwiges de Sá Pereira”, (**Diário de Pernambuco**. 22 mar. 1933) Edwiges de Sá Pereira só se alistou ao Partido Economista de Pernambuco em 28 de abril de 1933. Sua carta de adesão, de mesma data, pode ser lida abaixo, na íntegra:

Ilmos. Srs. Membros da Comissão Executiva do Partido Economista de Pernambuco. Empresto a minha adesão ao Partido Economista de Pernambuco, comprometendo-me a pugnar pela objetivação do seu programa, no caso de ser eleita, mantendo a mais completa intransigência quanto aos meus princípios católicos e absoluta liberdade de ação para a sua defesa na Assembleia Constituinte. (Partido Economista de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. 30 abr. 1933, p. 12)

Nesta carta de adesão, Edwiges de Sá Pereira afirmou sua intransigente defesa dos “princípios católicos”, deixando a entender que também era um princípio do Partido. O Partido Economista de Pernambuco surgiu em 1933, como modelo do Partido Economista do Brasil, situado no Rio de Janeiro. Luis Djalma Granja, articulador e presidente do partido no Recife, define os principais pontos do programa:

[...] 1º Reagir contra a politicagem. 2º Estimular o exercício do voto. 3º Pugnar pela educação e cultura pelos interesses, pelo bem-estar dos que trabalham e produzem. 4º Trabalhar pela coordenação das Classes, pela vida econômica do Estado e consequentemente do País. 5º Bater-se pela representação política das Classes, da futura Constituinte. 6º Pugnar pela unidade da Pátria. (Como será organizado o Partido Economista em Pernambuco. Uma entrevista com o Sr. Djalma Granja. **Jornal Pequeno**. 31 jan. 1933, p. 1)

A defesa dos princípios católicos não foi uma bandeira proeminente do partido. Pregavam a moralização da política, como fica evidenciado no discurso de Djalma Granja. Era algo comum nos jornais o discurso de moralização da política brasileira, um dos motivos utilizados para justificar inclusive a Revolução de 1930. Tanto que “o governo teve o cuidado de fazer uma nova convocação dos eleitores, de exigir uma nova confecção de títulos eleitorais (agora com foto) e aplicar o voto secreto. Todas essas medidas foram adotadas em uma tentativa de coibir a fraude” (KARAWJCZYK, 2010, p. 207) e, portanto, moralizar a política.

De acordo com Djalma Granja, “trata-se da primeira agremiação promovida pelas classes comerciais, industriais e agrícolas deste Estado no sentido de propugnar uma elevada política impessoal” (Como será organizado o Partido Economista em Pernambuco. Uma entrevista com o Sr. Djalma Granja. **Jornal Pequeno**. 31 jan. 1933, p. 1). Nesse intuito, o presidente do partido defendia sua biografia e dos políticos que integrariam o partido:

Como responsabilidade que me cabe na iniciativa, será minha preocupação máxima que presida a formação do seu núcleo inicial, o critério de escolha de figuras representativas, capazes, independentes e insuspeitas. Quero ser coerente com o meu passado, com o dia de ontem, não fechando os olhos aos hábitos que sempre verberei e condenei. [...] O povo está cansado de ser ludibriado e as classes Conservadoras necessitam de condutores dignos e leais, que as coloquem no plano que merecem e representem fielmente o seu pensamento. (Como será organizado o Partido Economista em Pernambuco. Uma entrevista com o Sr. Djalma Granja. **Jornal Pequeno**. 31 jan. 1933, p. 1)

Edwiges de Sá Pereira foi uma dessas figuras representativas que Djalma Granja apregoou. Ocupar a Academia Pernambucana de Letras, lecionar e possuir moral católica inabalável foram aspectos que influenciaram a sua aceitação no partido. Apesar de lançada por esta agremiação, em sua imagem de campanha não há menção a sigla partidária.

A campanha de Edwiges de Sá Pereira não estava direcionada apenas às mulheres. Ela falava ao eleitor, sem direcionar a preleção das candidatas. Houve uma tentativa de construção do eleitorado feminino por meio dos discursos das líderes feministas, como veremos à frente, mas, em relação à campanha partidária, a ideia era angariar o maior número de votantes, como fica evidenciado na figura 7, seguinte.



Figura 7 - Campanha Edwiges de Sá Pereira

Fonte: Diário de Pernambuco. 30 abr. 1933, p. 8.

As propostas de Edwiges de Sá Pereira estavam ligadas a ideias já expostas em momentos anteriores à campanha política. Contudo, ela lamenta não poder ter construído um programa específico para esta ocasião:

O Partido Economista de Pernambuco distingue o meu nome incluindo-o na chapa de seus candidatos à Assembléia Constituinte. É uma homenagem à mulher pernambucana, chamada a colaborar na Magna Carta.

A exiguidade do tempo não deixa margem à composição de um programa, nem à explanação das ideias sintetizadas já em entrevista que ultimamente concedi ao “Diário de Pernambuco”. A minha profissão de fé está expressa nesta contínua atuação que venho exercendo em torno dos problemas relacionados com a educação popular, com as organizações de assistência social, com os interesses do operário e os altos postulados da Igreja Católica.

Ela está, portanto, explicada no fato mesmo desta candidatura, que o eleitorado sufragará, solicito-o, nas urnas do próximo pleito (Ao eleitorado pernambucano. **Diário de Pernambuco**. 30 abr. 1933, p. 7).

Edwiges de Sá Pereira considerou sua candidatura uma homenagem à mulher pernambucana. Mesmo sem o tempo adequado para confecção do programa, afirma compromissos traçados anteriormente, como a educação popular, questão operária e católica. A FPPF também se pronunciou em favor de Edwiges de Sá Pereira, tendo a assinatura de 20 feministas, traçando o perfil da candidata:

Recomendamos aos sufrágios do eleitorado e colocamos sob o amparo fraternal das nossas conterrâneas a candidatura da escritora Edwiges de Sá Pereira, apresentada pelo PARTIDO ECONOMISTA DE PERNAMBUCO às eleições de 3 de maio para deputados a Assembléia Constituinte. Afiando a uma forte inteligência uma sólida cultura, aprimoradas ambas por elevada educação religiosa e comprovado senso de equilíbrio; dispondo de estudos especializados sobre a moderna função da mulher na sociedade e sobre assuntos de educação, a que tem consagrado nobremente as suas melhores atividades, é unânime no conceito público de nossa terra que a ilustre recomendada reúne os necessários requisitos para tão alta investidura. Pugnando sempre pelas justas aspirações femininas, a sua tese “Pela mulher para a mulher” atesta o quanto a preocupam os interesses da família a condição da operária, as seguranças da funcionária, a proteção às desamparadas. Intelectual de renome, síntese feliz das tradições cívicas, morais e religiosas da mulher pernambucana, cabe-lhe por todos os títulos o direito de representar esta com a superioridade precisa na Assembleia Constituinte.

Eis porque confiamos ao eleitorado em geral o nome feminino de maior projeção e relevo em nosso Estado - Edwiges de Sá Pereira (Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Ao eleitorado de Pernambuco e à mulher pernambucana. **Diário de Pernambuco**. 30 abr. 1933, p. 7).

Os atributos que a própria Edwiges de Sá Pereira havia falado foram reafirmados por suas seguidoras de associação. Era um exemplo para o movimento: “sólida cultura” e “inteligência” são características que legitimam sua posição de candidata, ficando implícito o tecido social que a integra, como o termo “ilustre senhora”, “intelectual de renome”.

“A moderna função da mulher na sociedade”, tem como maior expoente em 1933 a ascensão da mulher ao sufrágio. É comum creditar à “mulher moderna” da época questões de moda, como corte do cabelo e vestuário. Edwiges de Sá Pereira, como vimos, fugia da característica da maioria das feministas da época, que utilizavam cabelos e saias curtas e fumavam (PRIORE, 2005), sendo conservadora na moda e nos costumes e “moderna” para a política. As adeptas da Federação terminam o texto ratificando o nome da feminista “ao eleitorado em geral”, ou seja, sem direcionar o discurso para homens ou mulheres.

Alguns temas foram recorrentes nas campanhas eleitorais das candidatas por Pernambuco, como o trabalho feminino, divórcio, religião e instrução. A questão do

divórcio e da religião foram tratadas no 2º capítulo, dentro da perspectiva das feministas ao longo de suas trajetórias. No período das eleições, as ideias defendidas pelas candidatas foram reafirmadas.

Edwiges de Sá Pereira traçou sua campanha em uma perspectiva tradicional de sociedade. A ideia de moralização do país, bandeira do Partido Economista, foi reafirmada por ela, dizendo que “ao lado de leis sábias e justas, uma campanha de regeneração de costumes para o bom equilíbrio e dignidade da família” (Em torno da próxima convenção eleitoral feminina a reunir-se no Rio de Janeiro. **Diario de Pernambuco**. 30 mar. 1933). Família e religião sustentavam sua campanha.

Um dos pilares da moralização da família decorreria do ensino religioso, considerando que o “milagre leigo” não se realizou. Ela relatou países de todo o mundo, onde o ensino leigo fracassou na educação moral, como na Inglaterra, França, Estados Unidos e Japão. A feminista finalizou a entrevista ao *Diario de Pernambuco* afirmando que seu pensamento faz parte de um projeto programático de sua agremiação de mulheres, não agindo ao léu, mas em reivindicações que pleiteiam como a religião e a moral.

Essa característica de defesa da moral católica estava, de fato, dissonante da Federação Brasileira, que se afastava de “questões políticas e religiosas” (Manifesto da “Alliança Nacional de Mulheres”. **Diario de Pernambuco**. 11 abr. 1931, p. 1).

Shumaker (2000, p. 189) considerou, inclusive, a defesa do catolicismo dentro do embate feminista uma característica peculiar da FPPF, “fugindo à tônica do movimento feminista nos demais estados e da orientação seguida pela direção nacional, a seção pernambucana dava firme apoio aos princípios católicos.”

Como relata a autora, a Federação Brasileira elaborou orientações, o “programa das reivindicações” (Em torno da próxima convenção eleitoral feminina a reunir-se no Rio de Janeiro. **Diario de Pernambuco**. 30 mar. 1933, p. 1). Para tanto, foi realizado no Rio de Janeiro uma convenção para alinhamento do discurso eleitoral. Caso algum estado não tivesse candidata própria, poderia ocorrer apoio a algum candidato, de acordo com o programa traçado na referida convenção. De acordo com Edwiges de Sá Pereira, a convenção focalizou:

Todos os problemas femininos compreendendo diversas seções, que tratarão dos interesses das mães de família, donas de casa, empregadas públicas e comerciárias, professoras, operárias, enfim todas as mulheres que trabalham. O núcleo central enviou circulares a todas as filiais,

solicitando a designação de representantes especiais para a apresentação e defesa das ideias porque pugnam, dentro do aspecto geral do país e das aspirações regionais, bem como a lista de candidatas prováveis, adeptos de nossa causa. (**Diário de Pernambuco**. 30 mar. 1933, p. 1)

Independentemente da filiação partidária, as candidatas ligadas ao movimento feminista de Bertha Lutz seguiam esses direcionamentos (SOIHET, 2006). Edwiges de Sá Pereira tinha uma característica em comum com a feminista carioca no que se referia à postura política: elas não entravam em debates acalorados, fazendo uma campanha dentro da moderação. Um exemplo foi quando Edwiges de Sá Pereira foi ao Congresso Internacional Feminista em 1931 no Rio de Janeiro. Perguntada “como o interventor federal vê o feminismo, escusou-se delicadamente a responder, frisando que vem aqui apenas tomar parte no congresso” (**Diário de Pernambuco**. 20 jun. 1931, p. 1).

Ela defendia seus princípios, mas sem entrar em atrito com os políticos. Essa postura parece ser igualmente compartilhada por outras filiais no Nordeste, como a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, fundado por Lilia Guedes. Ela afirma sobre a criação desta organização:

[...] a nossa única intenção foi reunir a família paraibana no laço da maior fraternidade, sem impor princípios que viessem ferir melindres religiosos, políticos ou mesmo regionalistas. A associação com as suas sessenta e tantas associadas, em grande parte católicas, conta além da maioria de paraibanas que era de esperar, brasileiras de outros Estados e até estrangeiras, tendo como preocupação exclusiva o engrandecimento da mulher sem imposição ou restrição alguma as suas crenças serão respeitadas de modo absoluto. Todas somos mulheres e é isto que no momento nos une. (Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. **Diário de Pernambuco**. 12 abr. 1933, p. 4)

Lilia Guedes não foi impositiva com os valores católicos, “sem impor princípios”, diferentemente da FPPF. Todavia, apoiava as federações que estavam ligadas aos princípios católicos, como a agremiação pernambucana. De acordo com Lilia Guedes, Edwiges de Sá Pereira era “conhecida intelectual pernambucana, pertencente a uma importante família de seu Estado, senhora virtuosíssima e reconhecidamente católica.” (Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. **Diário de Pernambuco**. 12 abr. 1933, p. 4). Em carta a Lilia Guedes, Edwiges de Sá Pereira explica sua condição de católica no meio feminista e político:

Eu jamais me filiaria a qualquer associação cujos fins contrariassem os princípios da Igreja. Sou católica, de família tradicionalmente católica. Antes de resolver a minha colaboração ao 2º Congresso Internacional Feminista e a fundação em Pernambuco de uma associação congênere da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ouvi aqui a um ilustre e adiantado sacerdote e no Rio, na própria residência episcopal, ao nosso digníssimo conterrâneo o ilustre bispo d. José Pereira Alves, em Niterói. Solicitei a sua opinião (depois de ouvi-la) por escrito, em uma carta que possuo e muito me honra. (Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. **Diário de Pernambuco**. 12 abr. 1933, p. 4)

Os princípios católicos eram basilares no movimento feminista que Edwiges de Sá Pereira liderava e na sua campanha política. Contudo, de acordo com a carta, sem tais preceitos ela não ingressaria em nenhuma agremiação. Sua formação católica advinha da “família tradicionalmente católica”. Acredito que esse fato não justifica por si só sua posição, pois Martha de Hollanda era igualmente de família católica, mas não se deteve a tais princípios. A feminista vitorriense era contrária à articulação dos preceitos católicos no discurso feminista (**A Pilheria**. 4 fev. 1928). A postura política de Martha de Hollanda não era moderada. Ela tomava posição, como fez exemplo, um memorial escrito em favor de Getúlio Vargas:

Viestes das cochilas rio-grandenses trazendo na vanguarda das vossas hostes, as tradições de cavalheirismo e bravura da aguerrida gente gaúcha. E como a vossa cultura e o vosso civismo não mais queriam senão a redenção do Brasil escravizado e vendido, a lâmina de vossa espada não se tingiu no sangue de vossos irmãos, apenas, a força do direito lidimo dos candidatos políticos, que deveriam continuar a obra nefanda da ruína nacional. Então, na minha aldeia natal, eu me batia, cantando e sorrindo pela vitória da vossa causa. E horas tristes do sol posto, olhos parados do horizonte onde o céu se curva para beijar o mar, eu pensava no meu Brasil, liberto, entre lanças dos guerreiros do sul, entre as quais brilhava aquela que brandíeis – príncipe magnífico de valentia, intrépida e consciente. E sonhava. Sonhava com a alvorada do novo 13 de maio, que deveria vir para a da minha terra. (A emancipação da mulher. Um brilhante memorial enviado pela fulgurante escritora Martha de Hollanda ao presidente Getúlio Vargas. **Jornal Pequeno**. 8 out. 1931, p. 1)

O texto acima é apenas uma parte do discurso de Martha de Hollanda em louvação ao varguismo, tomando boa parte da primeira página do *Jornal Pequeno*. Não fizemos nesta dissertação um estudo profundo da política editorial dos jornais analisados, mas ficam claras, nas matérias pesquisadas, as posições favoráveis ao novo governo. A líder sufragista tanto apoiava o governo que tentou ingressar no partido getulista em Pernambuco, o PSD.

Com relação ao discurso político, Bertha Lutz havia orientado prudência à feminista mineira Elvira Komel ainda nos anos 1920, afirmando que uma candidata

teve seu pedido de eleitora anulado porque deu uma entrevista falando que era de oposição. Por isso, a feminista carioca pedia “prudência”, solicitando que “não permita transparecer quaisquer opiniões sobre política partidária e assuntos que possam apaixonar ou trazer divergências, não estando líquido o direito das eleitoras” (Carta de Bertha Lutz para Elvira Komel. 30 dez. 1928. Arquivo Nacional apud KARAWEJCZYK, 2013, p. 297).

Em 3 de maio de 1933, as eleições foram realizadas, finalizando, assim, o primeiro processo eleitoral, para todo o país, de eleitoras e candidatas do sexo feminino. Como observamos apenas duas mulheres se candidataram, ambas feministas. Contudo, outro movimento feminino também fez parte do contexto eleitoral: a Juventude Eleitoral Feminina, inserida na Liga Eleitoral Católica. Analisaremos esse movimento, juntamente com os movimentos feministas na perspectiva de construção do eleitorado feminino.

3.5 Construindo o eleitorado feminino

O voto nunca foi pra nós um fim e sim um meio. A campanha começava quando tivéssemos o voto.

(Maria Luíza Bittencourt)³⁴

Ao homem, o voto era obrigatório, mas para a mulher não³⁵. Por isso, após a concessão deste direito em 1932, a luta das feministas não cessou, sendo ainda necessário instigar, incentivar as mulheres ao alistamento e ao pleito. Mônica Karawejczyk (2008, p. 144) acerta que “afinal, depois de garantida, por lei, a participação feminina no pleito, o inusitado, o inédito, é o alistamento”.

Retratamos nesta dissertação a participação feminista em diversos contextos, contudo, as mulheres católicas e a mobilização católica como um todo atuaram ativamente nesse processo de alistamento. Apesar de as católicas apoiarem o sufrágio feminino, não podemos considerá-las feministas. Elas não defendiam abertamente outras questões da emancipação feminina e fugiam da alcunha de feministas, de acordo com a análise dos periódicos.

³⁴ SOIHET, Rachel. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p. 119.

³⁵ O voto feminino apenas se tornou obrigatório após o término do Estado Novo e a confecção da nova Constituição, em 1946 (KAWEJCZYK, 2010, p. 204).

Neste momento, discutiremos a “corrida” pelo alistamento eleitoral feminino e os argumentos de feministas e não feministas no convencimento da possível mulher eleitora. Como nos lembra Karawejczyk (2008, p. 144), a qualificação eleitoral foi iniciada em 3 de novembro de 1932 e finalizada em 25 de março de 1933. Entretanto, antes do início do alistamento, os discursos já se caracterizavam como uma forma de convencer as mulheres ao ato do voto.

Esse momento foi intensificado, de fato, com o alistamento eleitoral, período pouco analisado pelas estudiosas do feminismo. O eleitorado é um corpo de votantes de um determinado local, tendo em comum o direito ao voto. Entre as feministas, as que mais instigaram as mulheres ao voto nos jornais, foram a Federação Pernambucana, junto com a Federação Brasileira. Esta última chamava as mulheres ao sufrágio em 1932, momento esperado por elas há pelo menos dez anos:

Tendo chegado o momento em que postas de lado as ambições pessoais, as correntes avançadas fazem sentir a sua influência benéfica no nosso país, a ponto de vermos reconhecida a capacidade eleitoral da mulher brasileira, não podemos ficar inativas, nós as pioneiras do movimento feminista no Brasil, nós que pertencemos a este grupo de “mulheres modernas” que surge hoje, por toda a parte onde existe civilização. (A mulher e o problema da educação. **Diário de Pernambuco**. 20 out. 1932, p. 1)

A FBPF reivindicava um direito legítimo pelo voto feminino, no qual era ratificado por Edwiges de Sá Pereira e a FPPF. Por isso, o discurso que elas deveriam prepará-las para o “exercício inteligente dos direitos políticos” (Idem).

3.5.1 Movimento católico

O movimento católico pró-voto feminino tem início com a construção da Liga Eleitoral Católica. A Liga surge no país em 1932, sob a liderança de dom Sebastião Leme,³⁶ com o intuito de defender os ideais cristãos na vida política nacional, de forma apartidária (CPDOC). Não devemos perder de vista que nesse período havia um crescimento da direita católica, motivado entre outras questões pelo medo do comunismo que crescia no país. As mulheres faziam parte disso, como o movimento da Ação Integralista Brasileira, intitulado “Deus, Pátria e Família”.

³⁶ Sebastião Leme nasceu no Espírito Santo em 1882, elevado a cardeal em 1930 pelo Papa Pio XI, assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro (CPDOC).

A religiosa Olivia Orlando ratifica essa ideia afirmando que a Liga é “uma organização fora dos partidos, cuja finalidade se limita a esclarecer aos católicos quanto ao seu dever eleitoral”, defendendo candidatos que “reúnam indispensáveis atributos de responsabilidade e defendam os princípios de ordem moral apresentados pela Igreja” (Alistamento eleitoral no Recife. **Diário de Pernambuco**. 8 mar. 1933, p. 1). A Liga Eleitoral Católica construiu o eleitorado feminino de forma diferenciada das líderes feministas, pois o convencimento das potenciais eleitoras em votar ocorreu “de porta em porta” e não apenas em discursos de jornais ou nas rádios.

Maria do Carmo Mendonça, mais conhecida por Carmita, líder católica no alistamento eleitoral e secretária da Juventude Católica Feminina de Pernambuco, revelou o método de trabalho pelo alistamento, no qual elas vão “de casa em casa, visitando as famílias, indagando se os chefes já estão alistados e se as senhoras e senhoritas, ali residentes, não pretendem exercer também seu direito de voto que a lei lhes concede” (Alistamento eleitoral no Recife. **Diário de Pernambuco**. 8 mar. 1933, p. 1). Perguntada sobre o alistamento feminino, ela afirma ser uma batalha a vencer, pois:

Muitas alegam não “desejarem ser políticas” e repisam o disco, por demais fonografado, de que “o lugar da mulher é no lar, cuidando da família e dos filhos”.

Não há nada melhor para convencer um antagonista do que nos declararmos, logo, de acordo com ele. Por isso retrucamos imediatamente. [...] Nada mais nobre e justo do que isso. Entretanto, para que a mulher possa estar no lar, despreocupadamente, cuidando da família e dos filhos, é preciso que saia daí, uma vez na vida, para se qualificar eleitora, para exercer, livremente, o direito do voto que a nova lei lhe outorgou, a fim de eleger os dirigentes da nação onde ela constituiu seu lar, os orientadores da ação social que deverá manter, íntegro, esse lar, de acordo com a doutrina moral da Igreja Católica. (O movimento católico feminino no Recife em face das próximas eleições constituintes. **Diário de Pernambuco**. 31 jan. 1933, p. 1)

Para ela, a mulher deveria conciliar o voto com o lar. Um lar que devia estar de acordo com a moral católica. Contudo, a intencionalidade das católicas não era apenas alistar as mulheres, mas convencê-las em se alistarem na Liga e em votarem em candidatos católicos, verdadeiro “jogo de sedução”, como afirmou Rita de Cássia Araújo (2003, p. 143):

Quando o nosso interlocutor é católico não é difícil a tarefa. Obtemos a promessa de que se filiará à Liga. Isso, porém, apenas não basta. Apresentamos-lhe o “compromisso de inscrição”, que

alguns relutam em assinar, alegando que basta sua palavra para se comprometerem a “votar nos candidatos aprovados pela Liga”. Explicamos-lhes, então, que sua assinatura naquele papel é como “um compromisso de honra que ele assume perante sua própria consciência” e depois, para fins estatísticos, para provar que a Liga Eleitoral Católica tem tantos ou quantos eleitores, que “se comprometeram a votar de acordo com a sua orientação, é indispensável sua assinatura naquele documento. (O movimento católico feminino no Recife em face das próximas eleições constituintes. **Diário de Pernambuco**. 31 jan. 1933, p. 1)

As senhoras saíam para os serviços de propaganda tendo em mãos os requerimentos de alistamento e o “compromisso de inscrição”. Elas realizavam conferências públicas, no intuito de orientar as mulheres sobre o alistamento. Uma imagem da campanha de alistamento publicada no *Diário de Pernambuco*, flagra três moças no trabalho de propaganda e alistamento em uma rua no bairro das Graças, no Recife (ARAÚJO, 2003, p. 143).



Figura 8: Juventude Católica Feminina

Fonte: **Diário de Pernambuco**. 31 jan. 1933, p. 1.

No sentido concreto do alistamento eleitoral feminino, a Liga Eleitoral Católica foi o principal expoente. Uma senhora declarou aos repórteres do *Diário de Pernambuco*, em visita ao estabelecimento católico, que a Liga “teve a primazia no eleitorado do Recife. Conseguiu alistar numerosos eleitores masculinos e realizou também grande alistamento feminino, este, porém consciente e disciplinado”

(Alistamento eleitoral no Recife. A Liga Eleitoral do Pensamento Livre – Uma conquista da Liga Eleitoral Católica. **Diário de Pernambuco**. 8 mar. 1933, p. 1).

As notícias dos jornais reafirmavam a primazia da Liga Eleitoral Católica: de acordo com o *Diário de Pernambuco*, deixou-se nos visitantes a impressão que “a Liga Católica tornou em Pernambuco uma realidade completa no alistamento eleitoral feminino” (Idem). Já as feministas, trabalhavam a questão da construção do eleitorado por meio de discursos nos jornais, onde se ratificava essa importância.

3.5.2 As feministas em prol do alistamento

Nesse cenário, que chamamos de construção do eleitorado feminino, havia a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino junto a diversas feministas que dialogavam em favor do alistamento eleitoral feminino.

Martha de Hollanda, nesse período de alistamento, não foi tão recorrente nos jornais, mas foi um exemplo de pioneira no processo de qualificação eleitoral. Houve inclusive uma disputa entre ela e Celina Nigro, adepta da FPPF, sobre a primeira eleitora de Pernambuco. São comuns entre os livros de história das mulheres informações como a primeira mulher médica, advogada, eleitora. Contudo, existe aí um valor simbólico, utilizado, muitas vezes, como justificativa para legitimar a campanha feminista e eleitoral.

N. 4.214
(Dado no Tribunal Regional)

TÍTULO DE ELEITOR

ESTADO DE PERNAMBUCO

A. zona Recife (Município)

Domicílio eleitoral Recife

Número de ordem da inscrição 1264

Data da inscrição no cartório 15 de Março de 1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Martha de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque

Filiação Murilo de Hollanda Cavalcanti

Naturalidade Brasileira - Pernambuco

Idade 29 anos - Data do nascimento 10 de Março de 1903

Qualificativos

Estado civil Casada

Profissão Professora

ASSINATURA DO ELEITOR
Martha de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Pernambuco e recebeu o número 4264 aos 9 dias do mês de Março do ano de mil novecentos e trinta e três

Dir. Geral de Justiça Eleitoral
Diretor da Secretaria

Formula dactiloscópica

Polegar direito

121

Figura 9– Título eleitoral de Martha de Hollanda

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão – IHGVSA

Martha de Hollanda requereu alistamento na comarca de Vitória pela primeira vez em 1928, alegando que a Constituição de 1891, primeira do período republicano, não excluía a mulher da cidadania política³⁷. Esse pressuposto constitucional foi utilizado por diversas mulheres no país e Martha de Hollanda foi provavelmente a primeira a tentar esse feito em Pernambuco. Contudo, apesar de o juiz da comarca de Vitória, Felinto Ferreira de Albuquerque, ter dado causa ganha ao requerimento de Martha de Hollanda, o Tribunal vitoriense derrubou a sentença, por meio de recurso. Com isso, Martha de Hollanda só conseguiria o direito ao voto em 15 de março de 1933, data de sua inscrição no cartório, desta vez em nível estadual (FREITAS, 2003, p. 120-121), como é possível verificar na figura 9, anterior.

³⁷ José Murilo de Carvalho desdobra a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. A cidadania política se refere ao direito do voto, da participação política representativa (2012, p. 9).

Nesses termos, a primeira eleitora de Pernambuco foi Celina Nigro, que segundo o *Diario de Pernambuco*, qualificou-se em 28 de dezembro de 1932. É interessante notar que existiu certa disputa entre o *Diario de Pernambuco*, em creditar o ineditismo a Celina Nigro, e os jornais de Vitória, em defender sua conterrânea como a pioneira do voto feminino.

Como é sabido, a legislação eleitoral decretada pelo Governo Provisório instituiu o voto feminino, dando às mulheres capacidade eleitoral ativa e passiva. Em Pernambuco, a primeira representante do belo-sexo que solicitou a sua admissão no alistamento eleitoral do Estado foi a aplaudida virtuosa do canto senhorita Celina Nigro que se acha qualificada desde 28 de dezembro último (A primeira eleitora pernambucana. *Diario de Pernambuco*. 6 jan. 1933).

Segue a imagem (figura 10) da cantora lírica na notícia do jornal recifense:



Figura 10 – Fotografia de Celina Nigro

Fonte: *Diario de Pernambuco*. 6 jan. 1933

Vincular Celina Nigro à FPPF foi importante para tal movimento, pois existia uma espécie de “direito legítimo” ao sufrágio feminino no Brasil, atrelado à luta da FBPF, ao qual a federação pernambucana estava atrelada.

Diante do novo momento político, os discursos incentivavam as mulheres ao alistamento e ao pleito. A educadora paraibana Alice de Azevedo Monteiro afirmou que “o direito do voto conferido à mulher é apenas a prova de que o homem não mais pode apreciar a vida através das lentes invertidas do egoísmo e da maldade com que por muitos séculos acorrentou a companheira” (A quem deve caber a representação da

mulher paraibana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**. 10 mar. 1933, p. 1). Alice traz uma característica pouco utilizada entre as feministas sufragistas: a fala de conflito, questionando a posição do homem nesse processo. Ela avalia ainda a posição subalterna da mulher, historicamente construída até a conquista da franquia eleitoral:

[...] A mulher brasileira deve votar por que há muito deixou de ser a mulher da época do Brasil colônia, da qual apenas se exigia graça e beleza. A mulher brasileira de hoje pensa, estuda. Mulher de espírito forte conservando no coração como em preciso escrínio os sentimentos de honra e do dever, tendo sido a inspiradora do movimento revolucionário, que libertou a nossa terra dum regime de comodistas e blasés, deseja agora contribuir com as forças sãs de seu idealismo para o soerguimento moral e político da terra comum. (Idem)

Ela pondera o momento pós-revolucionário, no qual a mulher deveria desempenhar papel fundamental, com sua voz e seu voto. Lili Lages, médica alagoana, considerava o sufrágio feminino “grande vitória da mulher”, sinônimo de “civilização” e “progresso”, criticando a exclusão política da mulher por tantos anos:

De que serviriam revoluções, promessas de um Brasil melhor, anseios de liberdade, se metade da população permanecesse soterrada em incongruentes preconceitos e inexplicáveis injustiças, que lhe fazem perder a noção de personalidade própria, o direito de viver como parte ativa do complexo organismo social? (Quem deverá representar a mulher alagoana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**. 25 fev. 1933, p. 1).

Esse discurso de Lili Lages se aproxima do de Bertha Lutz e tantas outras feministas da época. Isto é, a Revolução de 1930 foi vitoriosa no país, mas, sem a participação da mulher, a revolução estaria incompleta. Nair de Andrade, bem-educada e de “ilustre família”, tinha uma posição mais conservadora. Para ela, a mulher deveria participar da política “colaborando e não competindo com o homem em uma coirmanação natural de ideias e sentimentos no mesmo ritmo comum de inclinações” e “realizará com generosidade e altruísmo o compromisso assumido junto à coletividade” (A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**. 28 jan. 1933, p. 1).

O caráter religioso também ficou explícito neste momento de convencimento do eleitorado. Celina Didier Morais, professora e participante da Cruzada de Educadoras Católicas, reafirmou tais preceitos:

[...] a mulher precisa votar, deve votar, não porque seja mulher, porque é brasileira e brasileira católica, eis o princípio que deve guiá-la no voto. É esta, a imperiosa e sagrada necessidade que vai fazê-la suspender, por uns instantes, os deveres profissionais para depositar na urna a expressão de sua vontade soberana. Orientada pela própria consciência, animada de coragem e firmeza, cooperará com o número dos que combatem o bom combate, depois passado o momento da luta, feliz e tranqüila voltará aos seus deveres ordinários (A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte? **Diário de Pernambuco**. 3 mar. 1933, p. 1).

Para Didier, a mulher deveria participar das eleições, combatendo o bom combate, mas sem esquecer os ideários católicos. Existia, inclusive, a ideia de que o voto feminino moralizaria a política (KARAWAJCZYK, 2008). Era a primeira experiência eleitoral feminina, excetuando Rio Grande do Norte, sendo, por isso, motivo de cautela para algumas feministas, como considerou a advogada e escritora paraibana Lilia Guedes:

[...] não podemos esperar grandes surtos de eloquência parlamentar nem profundos conhecimentos nos princípios de direito, muito menos devemos descrever das possibilidades de defesa e recursos intelectuais de qualquer candidata escolhida. O momento como vimos, impôs graves obrigações a quem não parecendo estar preparado para assumi-las soube, contudo, cabal desempenho. Assim estou certa acontecerá no nosso caso (A quem deverá caber a representação da mulher paraibana na futura constituição? **Diário de Pernambuco**. 22 fev. 1933, p. 1).

Como afirmamos anteriormente, o voto feminino não era obrigatório, exceto para as funcionárias públicas (NICOLAU, 2002). Em 1930, o país detinha 60% de analfabetos, sendo um dos maiores impedimentos para o voto. As eleições de 1933 registraram apenas 3,3 da população nas urnas, como afirma Nicolau (2002, p. 23). As mulheres que foram às urnas em Recife e, sobretudo as líderes feministas eram de um estrato social elevado e com ideias “modernas” do seu tempo.

3.6 As eleições de 3 de maio

As eleições ocorreram da “melhor ordem” no Recife, como revela o *Diário de Pernambuco* (O pleito eleitoral de ontem. **Diário de Pernambuco**. 4 mai. 1933, p. 1). Os temas jornalísticos estavam relacionados à liberdade eleitoral e à garantia do voto secreto. Não havendo destaque para a participação feminina nos jornais analisados, apesar de toda a discussão com relação a sua participação.

Em 3 de maio, 69.829 cidadãos estavam aptos a votar em Pernambuco, contudo compareceram às urnas 54.893. Foram 36.852 eleitores que votaram filiados por algum partido e 18.041 foram avulsos³⁸. Edwiges de Sá Pereira obteve 50 votos no “primeiro turno”³⁹, 48 nas cédulas avulsas e 2 nas cédulas partidárias, e 1.630 no “segundo turno”, 40 nas cédulas partidárias e 1.590 nas cédulas avulsas. Já Martha de Hollanda obteve 50 votos no primeiro turno e 216 no segundo turno, em cédulas avulsas (Relatório das eleições, 1933, p. 17-20).

O Partido Social Democrático de Pernambuco preencheu quase todas as cadeiras na Constituinte pertencentes ao estado⁴⁰. Ângela de Castro Gomes (1996, p. 24) acerta que “os resultados eleitorais asseguraram ampla vitória dos situacionismos estaduais, configurando uma Assembléia Constituinte caracterizada pela dominância de tendências governistas”. Os únicos candidatos que se elegeram, fora desse partido, foram: Francisco Barreto Campelo, de forma avulsa, obtendo 4.971 votos, ficando em primeiro lugar nas eleições e Antônio da Silva Souto Filho, do Partido Republicano Social de Pernambuco, com 4.031 votos, ficando em quarto lugar.

Nesse contexto, as candidatas Martha de Hollanda, candidata avulsa, e Edwiges de Sá Pereira, candidata pelo Partido Economista, tiveram poucas chances nas eleições. Martha de Hollanda, por ser avulsa, teria que ficar no mínimo entre os três primeiros, isto é, com mais de quatro mil votos. Edwiges de Sá Pereira, como estava em um partido de pequeno porte, não contava com a ajuda do coeficiente eleitoral, ou seja, também teria que obter mais de quatro mil votos para se eleger. Essas eleições foram exclusivamente para a promulgação da constituição, sendo dissolvida após este momento (VILLA, 2011). Não houve uma votação considerável para elas.

³⁸ Assim como os candidatos, os eleitores eram avulsos ou filiados a algum partido.

³⁹ Os “turnos” de votação que trata o código eleitoral fazem referência a duas opções de candidatos para votar e não aos turnos de votação que conhecemos na atualidade. Somente os votos do “primeiro turno” seriam computados para as eleições. Só se restasse alguma vaga que os votos do “segundo turno” seriam válidos.

⁴⁰ Os deputados que representaram Pernambuco foram: João Alberto Lins de Barros, Agamenon Magalhães, Joaquim de Arruda Falcão, Luiz Cedro Carneiro Leão, Francisco Carneiro da Cunha, Mario Domingues da Silva, Alfredo de Arruda Câmara, Arnaldo Olyntho Bastos, Augusto Cavalcanti de Albuquerque, José de Sá Bezerra Cavalcanti, Thomaz de Oliveira Lobo, Alde de Feijó Sampaio, Adolpho Simões Barbosa, Humberto Salles de Moura Ferreira e Osorio Borba. Todos esses foram eleitos pelo Partido Social Democrático de Pernambuco (PSD). Apenas Francisco Barreto Campelo (Avulso) e Antônio da Silva Souto Filho (PRS), também eleitos, não pertenciam ao PSD.

Contudo, devemos considerar que esta foi a primeira eleição com a participação feminina no estado. Até Adalgisa Rodrigues Cavalcanti⁴¹ ser a primeira mulher eleita em Pernambuco em 1945, a participação feminina como candidata não aumentou. Nas eleições para vereador do Recife em 1936, as únicas mulheres a se candidatarem foram Carmen Ricardo de Souza pelo partido Trabalhador! Ocupa teu Posto!, obtendo 31 votos e Maria de Lourdes Santos Mousinho pelo partido Integralista, com 32 votos. Martha de Hollanda e Edwiges de Sá não participaram como candidatas nessas eleições.

⁴¹ Adalgisa Rodrigues Cavalcanti (1907-1998) nasceu em Glicéria, Pernambuco, mudando-se para o Recife ainda adolescente. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1945. Obteve 1.258 votos no mesmo ano para a Assembléia Legislativa do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar os movimentos feministas e não feministas nos anos de 1930, no contexto de luta pelo sufrágio feminino e o momento posterior a sua conquista. O voto feminino foi o tema que desaguou nos três capítulos desta pesquisa, no qual abordamos a perspectiva antifeminista, a edificação dos movimentos feministas, a conjuntura da conquista do voto feminino e a posterior construção do eleitorado pelas católicas e feministas.

Utilizamos para reconstruir o cenário político da época, sobretudo os jornais da cidade, como o *Diario de Pernambuco* e o *Jornal Pequeno*. Os discursos antifeministas que basearam a discussão do primeiro capítulo foram oriundos dos jornais e da revista recifense *P'ra Você*. As opiniões antifeministas, de algum modo, intentavam justificar a incapacidade feminina, e assim, inviabilizar a participação da mulher no ambiente político e público. Essas justificativas estavam relacionadas a questões físicas, sociais e também jurídicas, tendo em vista que as leis já reafirmavam o “lugar” da mulher na sociedade brasileira, desde a primeira constituição do país, em 1824.

Todo esse arsenal de discursos que inferiorizavam as mulheres buscava garantir, como relatou Caulfield (2000, p. 64), uma “harmonia” familiar entre homens e mulheres, em que a perpetuação das diferenças era necessária. Os anos 1930, de fato, marcaram a efervescência do movimento feminista no Recife e, ao mesmo tempo, o crescimento do temor de uma emancipação que tirasse a mulher do seu ambiente ‘natural’, social e historicamente construído.

Debatemos também a construção do feminismo, que foi sobretudo um reflexo de ações individuais, como a de Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda. Essa foi uma característica, inclusive do Rio de Janeiro com Bertha Lutz, que fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Identificamos na pesquisa que existiam divergências entre os movimentos do Recife e do Rio de Janeiro, no que se referia a questões relacionadas ao divórcio, à religião e à conduta feminina. Edwiges de Sá Pereira pensava a mulher recatada e que não fosse afeita ao *footing*, por exemplo, e Martha de Hollanda tinha pensamentos mais liberais da conduta feminina, pois ela mesma optava por sair de casa sozinha,

frequentar cafés e cinemas. Com relação ao feminismo do Rio de Janeiro, a grande diferença foi a ausência da relação entre o movimento e o catolicismo.

Outro dado importante foi a participação das feministas no processo eleitoral, ocorrendo divergências na campanha política. Edwiges de Sá Pereira saiu candidata pelo Partido Economista de Pernambuco, prestigiada pelo jornal *Diário de Pernambuco*, que citou diversas vezes a sua participação como candidata e seus discursos sobre a coligação com o partido. Martha de Hollanda não teve o mesmo espaço nesse ínterim eleitoral. Seu nome não era facilmente visto nos periódicos.

É notório, no entanto, entre as próprias feministas a preferência por Edwiges de Sá Pereira, quando observamos na enquete idealizada pelo *Diário de Pernambuco*, intitulada “A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura Constituinte?”. Nenhuma entrevistada lembrou o nome de Martha de Hollanda. Possivelmente seu discurso em favor do divórcio e contrário a preceitos religiosos possa explicar sua ausência nos jornais e na opinião das mulheres.

O feminismo dos anos 1930 não se restringiu apenas à questão do voto, como se costuma pensar. O sufrágio foi uma característica importante do feminismo, mas não a única. Outras preposições foram discutidas, como religião, divórcio, costumes, instrução. Inclusive os próprios jornais do Recife atribuíam a elas a alcunha de feministas e não sufragistas, talvez até para negá-las a presunção do voto.

Apesar de todas as críticas perpetradas às feministas dos anos de 1930 por aparente passividade em questionar direitos, não corroboramos com esta visão, considerando que nossas fontes contestam essa premissa. Esta perspectiva é oriunda, sobretudo, das décadas de 1960 a 1990, pois as autoras não consideravam a luta pelo voto algo que desestabilizasse as relações assimétricas de gênero. Na verdade, há uma visão diminuta do valor do voto feminino para aquelas mulheres. Uma ideia descontextualizada e extemporânea.

A relevância desse direito explica o temor dos antifeministas, como se verificou no capítulo 1, premissa recorrente entre os letrados que acessavam os principais jornais estudados. Na corrente contrária, estavam as feministas que contestaram os discursos que as diminuía, como observamos no capítulo 2, lutando pelo acesso à vida política, por meio do sufrágio. Esse embate contestou sim as hierarquias de gênero. A mulher, de classe média/alta letrada, questionou justamente seu lugar de margem, do que foi convencionado para o gênero feminino, dentro da

classificação social. No capítulo 3, a experiência da participação política, almejada há anos pelas feministas, foi enfim vivenciada.

O feminismo no Brasil, assim como no Recife, foi praticado de forma pacífica, intitulado inclusive de “bem comportado” por algumas autoras, diferentemente do feminismo inglês, que pregava a violência como meio de pressionar os governos. Bertha Lutz, até chega a criticar a atitude das feministas inglesas, ponderando outros meios para a obtenção do espaço político.

A história dos movimentos feministas e o cenário sufragista no Recife ainda são temas incipientes. Buscamos, nesse intuito, contribuir não só para a história das mulheres, mas também para a história política de Pernambuco, da qual fizeram parte. Em pesquisas futuras, pretendemos estudar cada vez mais estas mulheres, sobretudo as esquecidas, que fizeram parte dos movimentos feministas, mas de alguma forma foram silenciadas.

O feminismo faz parte de uma série de movimentos por direitos, como os movimentos anarquistas e operários, no começo do século XX, e aos quais, por décadas, não se deu a devida importância.

Os movimentos feministas do começo do século XX tiveram o mérito de iniciar uma série de modificações nas estruturas de gênero. Temas discutidos naquele momento hoje são lutas consolidadas, como a instrução feminina, o divórcio, o direito sobre os filhos de forma igualitária, deixando de ser “pátrio poder” para “poder familiar”. Estes são exemplos de alterações na legislação que refletem a contestação/transformação da própria sociedade feita por e para mulheres/feministas. E, apesar das desigualdades ainda perdurarem, as leis do país garantem direitos igualitários para homens e mulheres que foram, também, conquistas desses movimentos.

REFERÊNCIAS

Periódicos

Diário de Pernambuco – FUNDAJ (1931-1934)
Jornal do Recife – FUNDAJ (1931)
Jornal Pequeno – FUNDAJ (1931-1934)
Lidador, O – IHGVSA (1935)
Mossoroense, O (1927)
Noite, A (1928) – IHGVSA
Notícia, A (1931) – IHGVSA
Pilhéria, A – FUNDAJ (1928 - 1930)
Plebe, A (1920)
Revista da Semana (1933) – Biblioteca Nacional - BNDigital
Revista P´ra Você – FUNDAJ (1931-1932)

Legislação e outros documentos legais

Arquivos Pessoais (Edwiges de Sá Pereira) – FUNDAJ

Arquivos Pessoais (Martha de Hollanda) – Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão – IHGVSA

BRASIL. Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Constituinte de 1890/91.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. Código Civil de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. Decreto N. 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acesso em: 10 de maio 2015.

BRASIL. Pernambuco. Tribunal Regional Eleitoral. Relatório do resultado final das eleições em 3 de maio de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, 1933.

Documentação

(CPDOC- FGV)

PANTOJA, Sílvia. Carlos de Lima Cavalcanti. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. In: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

Monografias, Dissertações e Teses

KARAWEJCZYK, Mônica. **O voto da costela**. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). Dissertação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Marcelo Melo. **Votar é preciso**: o movimento feminista em Recife e a invenção do eleitorado feminino. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Maria Angélica. **Eva militante**: Edwiges de Sá Pereira e o movimento feminista em Recife (1900-1932). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

TORREZAN, Roseli. **O governo provisório na constituinte de 1933/34**. Dissertação (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo, 2009.

ZARIAS, Alexandre. **Das leis ao avesso**: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Referências

ABREU, Martha. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. Edwiges de Sá Pereira. In: **Mulheres do Brasil**: pensamento e ação. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1971.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, p. 133-150, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

BELLE, Edgard. Um olhar intertextual em: navegar é preciso, viver não é preciso. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 91-103, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antonio. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Ed. UFGD, 2015.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 3, n. 5, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary & BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

DOARÉ, Hélène Le; HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e Delírio do Nada. Recife: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

GASPAR, Lúcia. Edwiges de Sá Pereira. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GOMES, Ângela de Castro et all. **O Brasil republicano**: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Emancipação do sexo feminino**. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

KARAWAJCZYK, Mônica. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 21, jul.-dez. p. 204-221, 2010.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LEMONS, Fernando. Entrevista com Joan Scott. **Mandrágora**, São Paulo, vol. 19, n. 19, 2013.

LEVY, Darlene Gay; APPLEWHITE, Harriet Branson; JOHNSON, Mary Durham. **Women in Revolutionary Paris, 1789-95**. Urbana: University of Illinois Press, 1979.

MICHELET, Jules. **A Mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. Mulheres, política e cidadania: a criação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1918-1932). **Sophie**, Recife, n. 1, p.30-46, abr. 2011.

_____. Liberdade, transgressão e trabalho: cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n.1, jan-jul. 2012.

_____. O bonde do desejo. O movimento feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21, n. 1, jan-abr. 2013.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa em Pernambuco** (1821-1954). Recife: UFPE, 1966.

NASCIMENTO, Cecília Vieira; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagú**, n. 29, p. 429-457, 2007.

NICOLAU, Jairo. **A participação eleitoral no Brasil**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011.

PEREIRA, Edwiges de Sá. **Pela Mulher, Para a Mulher**. Recife: Oficinas Graphics da Associação da Boa Imprensa, 1932.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cadernos Pagú**, n.25, p.25-54, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Sexualidades e Saberes, convenções e fronteiras. In: LIMA COSTA, Cláudia; SCHMIDT, Simone Pereira. (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1969.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada: estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela (orgs.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Unesp, 1995.

SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. **Cadernos Pagú**, n. 12, p.331-377, 1999.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, n. 20, jul-dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 13, n. 1, jan-abr. 2005.

SHUMAHAR, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Thiago Silva e Estevão. **Eleições no Brasil antes da democracia**: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 75-106, 2015.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.15, 2000.

_____. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

_____. A conquista do espaço público In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Feminismos e antifeminismos**. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOIHET, Rachel & PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUSA, Lia Gomes; SOMBRIO, Mariana Moraes; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 24, p.315-325. 2005.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antônio; SILVA, Sergio. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

VILLA, Marco Antonio. **A história das constituições brasileiras**: 200 anos de luta contra o arbítrio. São Paulo: Leya, 2011.